

ISSN 1413-9987

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

TEXTOS & DEBATES

10



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Número 10

janeiro a Junho de 2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor

Roberto Ramos Santos

Vice-Reitora

Gioconda Martinez

Diretor da Editora da UFRR

Rafael da Silva Oliveira

Conselho Editorial

Alexander Sibajev
Armando José da Silva
Fábio L. Wankler
Jaci Guilherme Vieira
Marlene Grade
Nilza Pereira de Araújo
Rafael da Silva Oliveira
Robson Fernandes Farias
Rubens Savaris Leal
Simão Farias Almeida

TEXTOS & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comissão Editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes

Conselho Editorial

Profª Drª Ana Lúcia de Sousa (UFRR)	Prof. Dr. Antonio Emilio Morga (UFAM)
Profª Drª Carla Monteiro de Souza (UFRR)	Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)	Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. Erwin Frank (UFRR)	Profª Drª Hilda Maria Freire Montysuma (ISE-RR)
Profª Drª Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)	Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Profª Drª Maria Luiza Fernandes (UFRR)	Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Prof. Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos (UFRR)	Profª Drª Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)	Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)

TEXTOS e Debates / Universidade Federal de Roraima,
Centro de Ciências Humanas - V.1, n.1 (Ago - Dez 1995).
Boa Vista/RR: Editora da UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História –
Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas

CDU: 0 (05)

EVOLUÇÃO DO FOCO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA NO BRASIL

Dany Geraldo Kramer Cavalcanti e Silva; Anésio Mendes de Sousa; Walter Romero Ramos Silva Júnior; Sérgio Marques Júnior; Aurean de Paula Carvalho; Bianca Caroline da Cunha Germano

07

RISOS COVARDES E CORAGEM RACISTA: O DISCURSO SOBRE O OUTRO E A DIVERSIDADE ÉTNICA NA ESCOLA EM RORAIMA

Elisangela Martins

19

ENSINO DE ARTES VISUAIS: TRAJETÓRIAS DE MESTRES

Neli Klix Freitas

37

PROFISSIONALISMO E MISSÃO NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Marina Félix de Melo

49

ENTRE A LENDA E A REALIDADE: O FASCÍNIO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Márcia d'Acampora

75

DIVÓRCIO, ADULTÉRIO E DISCURSOS JURÍDICOS: SIGNIFICADOS SOCIAIS EM BELÉM NO FINAL DO SÉCULO XIX (1890 / 1900)

Ipojucan Dias Campos

99

Apresentação

O Centro de Ciências Humanas, em conjunto com a Editora da UFRR, tem grande satisfação em apresentar à comunidade universitária mais uma edição da Revista Textos & Debates, a de número 10.

O comitê Editorial da Revista tem se empenhado fortemente para garantir a regularidade e a qualidade da Revista, no sentido de realizar um de nossos principais compromissos que é estimular a produção acadêmica e garantir aos seus professores, pesquisadores e estudantes um espaço adequado para mostrar seu trabalho; buscamos, ainda, a contribuições de outros profissionais do país, com o objetivo de ampliar, dessa forma, o debate tão necessário para a retomada de posições críticas, da criação de um espaço cuja autonomia intelectual seja elemento constituinte do processo de produção do conhecimento.

Com este objetivo, o comitê editorial vem propondo uma série de mudanças voltadas para garantir e ampliar a qualidade da Revista Textos & Debates. Para os próximos números, contaremos com um Conselho Editorial ampliado, através da inserção de professores e pesquisadores importantes de nossa universidade, e com um Conselho Consultivo, formado por professores-pesquisadores de outras instituições.

Agradecemos a todas as pessoas que, sensíveis a este projeto, contribuíram com seus artigos.

Desejamos a todos que tenham uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para os próximos números.

As editoras

EVOLUÇÃO DO FOCO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA NO BRASIL

Dany Geraldo Kramer Cavalcanti e Silva¹
Anésio Mendes de Sousa²
Walter Romero Ramos Silva Júnior³
Sérgio Marques Júnior⁴
Aurean de Paula Carvalho⁵
Bianca Caroline da Cunha Germano⁶

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a evolução histórica das ações ambientais, especificamente do ponto de vista da gestão ambiental no Brasil. Realizando para isto uma pesquisa bibliográfica descritiva em periódicos nacionais e internacionais, livros e arquivos referentes à temática aludida. Observaram-se avanços na implantação de ações de preservação ambiental principalmente na década de 90. Incluso o Brasil, principalmente depois da ECO 92, gerando uma pressão no sentido de minimizar as ações de impacto negativo sobre o ambiente. Com a criação da norma ISO 14000 em 1996, os planos de gestão ambiental passaram a ter uma referência internacional, ganhando adesão crescente de empresas. Contudo, observa-se na atualidade a prevalência da degradação ambiental em detrimento do desenvolvimento sustentado, levando à falência do meio ambiente e da sociedade Mundial e Brasileira.

Palavras-chave: Gestão ambiental; análise histórica e; Brasil.

¹ Prof. MSc. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins–TO.

² Prof. MSc. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins–TO.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁴ Prof. Dr. do Programa de Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁵ Prof. Esp.CEM – Antonina Milhomem – Araguatins TO.

⁶ Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano começou a influenciar a natureza, milhares de anos, quando diversas formas de indústrias praticavam suas ações primárias. Com o advento da Revolução Industrial, a influência do homem sobre os recursos naturais atingiu níveis preocupantes, através de atividades e processos extrativos ou pela emissão de poluentes em maior quantidade, intensificados ainda mais após a Segunda Guerra Mundial (COELHO, 1996 e EMERECIANO, 2000).

No período pós-guerra, a qualidade de vida era medida pelo nível de consumo de uma população, seguindo o ciclo de extração de matéria prima, processamento, distribuição, utilização e descarte dos resíduos sem preocupação com a degradação ambiental (SILVA, 2003 E ROMERO 1999).

Já a partir dos anos 60, as questões ambientais passam a ter maior foco de discussão em diversos ramos da sociedade, culminando nos anos 90 com o desenvolvimento da gestão ambiental, na qual a qualidade ambiental passa a ser vinculada à qualidade de vida e eficiência econômica, (SILVA, 2003, COELHO 1996 e DONOHOE, 2000).

Sabendo-se da importância social e econômica que existe sobre a gestão ambiental, busca-se através deste artigo discutir a evolução histórica deste item no Brasil, contribuindo com informações sobre a temática abordada.

2. EVOLUÇÃO DO FOCO DE GESTÃO AMBIENTAL

As inovações tecnológicas depois da II Grande Guerra contribuíram bastante para a economia mundial e na melhoria da qualidade de vida civilizada das pessoas, mas, por outro lado, seus produtos deram origem a diversos problemas sociais, econômicos e ambientais (QUAZI 2001, COELHO, 1996).

Como exemplo, cita-se o caso da "Doença Minamata", que ocorreu no Japão, considerada como tendo sido provocada pelo mercúrio usado como catalisador na síntese dos acetoaldeídos, sendo despejado no mar e acumulando em peixes, que foram consumidos pela população local, provocando intoxicações (COELHO, 1996).

No mesmo período pós-guerra, iniciaram-se os movimentos de proteção à natureza, produzindo algumas obras importantes prioritariamente sob enfoque da ruptura do equilíbrio natural causada por entes abstratos, o homem ou a civilização. Tendo, porém, em 1962 o momento em que os problemas ambientais chegaram mais próximos de se integrar à consciência popular, com a publicação do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, que se tornaria, um clássico na história do ambientalismo com grandes repercussões. Carson explicou, de maneira científica, como o DDT se movimentava na cadeia alimentar, passando de uma forma de vida para outra, de forma cada vez mais letal (EMERECIANO, 2000).

Fomentados por Carson, os movimentos ambientalistas mundiais cresceram, alimentados pela crescente queda de qualidade ambiental produzida pela busca de lucros a qualquer custo, através da exploração dos recursos naturais. Em 1968, trinta especialistas de várias áreas de conhecimento reuniram-se em Roma para discutir a crise atual e o futuro da humanidade. Fundava-se o clube de Roma. No mesmo período a ONU alertava para os riscos da degradação ambiental (EMERECIANO, 2000).

Em 1972 o clube de Roma publicava seu relatório *Limites do crescimento*, onde denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e possivelmente a um colapso. Meses depois, as Nações Unidas realizaram a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. As conclusões alcançadas nesta conferência foram publicadas na tão bem conhecida "Declaração de Estocolmo", indicando que há apenas uma terra "Only one earth" e portanto devemos preservá-la para usufruto das gerações futuras (EMERECIANO, 2000 e COELHO, 1996).

Também em 1972, a conferência dos membros de gabinete, representando os países da OECD adotaram o Princípio Poluidor Pagador (PPP) (estabelece que o responsável pela poluição deve remover a causa a sua própria custa), mas nos parece que o significado deste princípio se limita ao aspecto econômico e que deveria ser estendido ao seu significado moral (EMERECIANO, 2000 e COELHO, 1996).

Outro fato que marcou decisivamente a questão ambiental no âmbito mundial foi a Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, em 1983, com o objetivo de reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, bem como propor novas formas de cooperação internacional e, proporcionar à sociedade internacional uma maior compreensão desses problemas. Desse estudo resultou o relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, dito Relatório de Brundtland, em referência à senhora Gro Harlem Brundtland, que presidiu a comissão, onde ficou evidenciado que os problemas ambientais exigem maior cooperação entre os países, além de considerar meio e maneiras para a comunidade internacional lidar com essas preocupações (SILVA, 2003, EMERECIANO, 2000). Na década de 80 cita-se como exemplos de acidentes ambientais, Chernobyl, em que uma usina nuclear explodiu liberando material radioativo na atmosfera, contaminando a área local com efeitos danosos até a atualidade. O acidente do petroleiro Exxon Valdez, liberou grandes quantidades de petróleo na região do Alasca, contaminando grandes áreas locais.

Em 1992, o Brasil foi sede da Segunda Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada de RIO – 92, realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer uma nova parceria global e igualitária, por meio da criação de novos níveis de cooperação entre o Estado. A RIO – 92 direcionou seu trabalho para acordos internacionais que dizem respeito aos interesses coletivos e que protegem a integridade do sistema global do meio ambiente e do desenvolvimento.

Esse evento originou o documento denominado carta do Rio sobre desenvolvimento e meio ambiente, o que resultou no conceito atual de *desenvolvimento sustentável*, que preconiza, que o crescimento econômico deva ser regido por políticas capazes de manter os recursos naturais, sem destruir o ambiente. Este conceito embasou todas as Convenções assinadas na ocasião (Biodiversidade, Floresta, Mudanças Climáticas, etc.), os termos da Agenda XXI - Agenda de Compromisso para Ações Futuras, bem como documentos do

Fórum Global, que reuniu mais de 3600 organizações não governamentais.

O crescimento da preocupação ambiental por parte da sociedade, a legislação cada vez mais restritiva a processos e produtos poluentes e mecanismos introjetados nas relações de comércio têm levado vários setores da indústria a se posicionarem e adotar medidas de proteção e recuperação ambiental. Ao buscarem maior qualidade ambiental as empresas podem gerar inovações que resultem no aumento da eficiência produtiva, em novas oportunidades de negócios ou em produtos menos agressivos ao meio ambiente, ao mesmo tempo que contribuem para a competitividade da empresa (SILVA, 2003 e DAROIT, 2000).

A responsabilidade social empresarial quanto ao meio ambiente está deixando de ter apenas característica compulsória para transformar-se em atitude voluntária, superando em muitos casos as expectativas da sociedade. Conceitos como: "crescimento sem limites x sustentabilidade", "competição x cooperação", etc., estão sendo questionados. A globalização dessas questões trouxe importantes conseqüências econômicas.

No Brasil a evolução da "Questão Ambiental" iniciou-se com um caráter preservacionista, na década de 60. Em Estocolmo, em 1972, o governo Brasileiro foi o principal organizador do bloco de países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da problemática ambiental, considerando mais importante o crescimento econômico. É definido então, que a problemática ambiental deve se ater ao controle de poluição e à preservação de algumas amostras de ecossistemas naturais. (FARIA, 2000)

Com a crescente preocupação interna, através de entidades ambientalistas, e externa, para que o Brasil apagasse a imagem negativa de 1972, a problemática ambiental toma rumos mais amplos na sociedade brasileira, formando um movimento que envolve o Estado, a comunidade e finalmente, no final da década 80 e durante os anos 90, o setor empresarial que passou a exercer papel importante no sentido de orientar investimentos destinados a gestão de processos produtivos, segundo critérios de proteção e uso adequado do meio ambiente (FARIA, 2000)

A série ISO 9000 (Sistema de Gestão da Qualidade) representou a evolução natural de diversas normas existentes, isoladamente, em vários países, relacionadas à garantia da qualidade, especialmente a norma inglesa BS 5750. Por sua vez, a série ISO 14000 representa uma evolução natural de outra norma inglesa, a BS 7750.

No início da década de 90, diversos países desenvolviam normas e procedimentos no campo ambiental. O Reino Unido possuía a Norma BS-7750 (base para o posterior desenvolvimento da EMAS – Environmental Management and Audit Scheme e da série ISO-14000); o Canadá, as auditorias de gerenciamento ambiental, rótulos ecológicos e outras normas; a União Européia possuía a EMAS, o Gerenciamento Ecológico e Regulamentos para Auditorias. Muitos outros países, como EUA, Alemanha e Japão, tinham introduzido Programas de Rotulagens Ecológicas (BOGO, 1998, SILVA, 2003 e DAROIT, 2000).

Esta profusão de normas ambientais – e uma certa pressão internacional para que houvesse uma unificação – fez com que a ISO avaliasse a necessidade de uma norma internacional para o Gerenciamento Ambiental, que será ilustrado no próximo item.

2.1 SURGIMENTO DA ISO 14001

Devido às crescentes pressões e preocupações relativas à problemática ambiental, a ISO, International Organization for Standardization, organização internacional e não-governamental, localizada em Genebra-Suíça, iniciou estudos para elaboração de normas ambientais. Os documentos resultantes da RIO-92, Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas, forneceram justificativas oficiais para o aprofundamento destes estudos, colaborando desta forma para a criação da Série ISO 14000, Sistema de Gestão Ambiental *“aquela parte do sistema de gestão global que inclui a estrutura organizacional, o planejamento de atividades, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos para desenvolver, conseguir implementar, analisar criticamente e manter a política ambiental”* (NBR 14001, 1996 e IFC 2002), que visa a

sistematização de ações voltadas para a obtenção de resultados ambientais satisfatórios através de uma abordagem internacional, comum ao gerenciamento ambiental. Em 1996 a família ISO 14000 (ISO 14001, 14004, 14010, 14011 e 14012) foi oficialmente documentada (ROMERO, 1999 ; VALE, 1995; BOGO, 1998 e QUAZI, 2001).

O propósito geral da norma é apoiar a proteção ao meio ambiente e a prevenção da poluição em equilíbrio com as necessidades sócio-econômicas. Deve ser notado que muitos dos requisitos podem ser alcançados simultaneamente ou retomados a qualquer tempo (NBR 14001, 1996). Ou como se refere a IFC (2002), o SGA aumenta a eficiência e o foco sobre as necessidades do consumidor e as condições de mercado, melhorando tanto o desempenho financeiro da companhia como o ambiental, com certificação feita por agencias independentes credenciadas, e em geral se dá de forma espontânea.

A partir do lançamento da ISO 14001 o foco de aplicação e adesão das empresas cresceram bastante, tendo-se por exemplo, na América Latina saltado de 15 empresas certificadas em 1996 para 556 em 2000 (Figura 1). O Brasil saltou de 63 empresas em 1997 para 836 em 2004, segundo dados do INMETRO (2004), mostrando a evolução no que se refere ao número de certificações.

Entre 2002 e 2004 outros eventos internacionais ocorreram, revalidando ações e acordos internacionais, tendo-se em 2002 a Conferência de Joanesburgo – RIO + 10, com avaliações de acordos internacionais, com avaliação negativa de muitos compromissos assumidos na RIO 92. Em 2004 ocorreu assinatura do protocolo de Kyoto, que embora não ocorreu adesão de agentes principais na poluição ambiental, como os Estados Unidos, com alegação de que ações de controle ambiental inibiriam o desenvolvimento econômico do país.

O caminho que aponta para o futuro é o do comportamento ético ambiental. Nele, a conformidade é conquistada pela implementação de um Sistema de Gerenciamento Ambiental. A empresa torna-se estável e sustentável, comprometendo-se, junto com seus empregados, com uma política de meio ambiente, expressa em planos e

políticas específicas. A questão ambiental deixa de ser uma função exclusiva da produção para tornar-se uma função da administração, passando a fazer parte do planejamento estratégico, do desenvolvimento das atividades de rotina, da discussão dos cenários alternativos e, conseqüentemente, da análise de sua evolução, gerando políticas, metas e planos de ação (MELNIK, 2002).

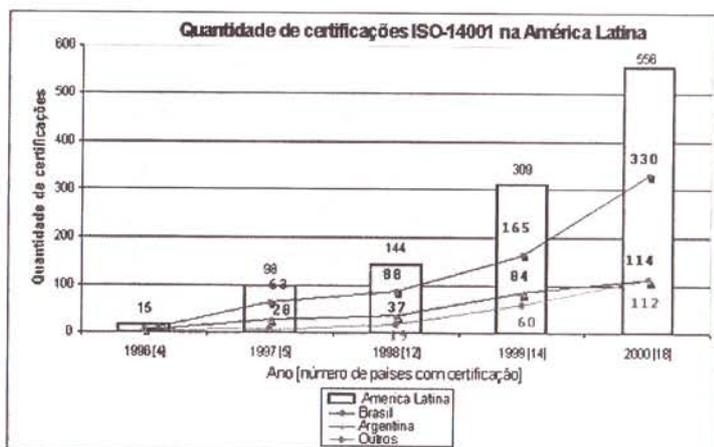


Figura 1: Quantidade de certificações ISO-14001 na América Latina (INMETRO, 2004).

Os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição final do produto. Quando se atua no processo produtivo com parâmetros ambientais, contribui-se para a diminuição dos impactos ambientais adversos e desfavoráveis. Quando se busca melhoria contínua da gestão da empresa com o meio ambiente, reavalia-se parâmetros anteriormente utilizados, introduzindo-os num ciclo contínuo para a otimização de processos (MELNIK, 2002 e ROMERO, 1999).

3. SUMÁRIO

<i>Época</i>	<i>Estágio</i>	<i>Atitudes</i>	<i>Eventos</i>
Antes dos anos 70	Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> •• Pouco conhecimento sobre impactos ambientais •• Existência limitada de requisitos e padrões ambientais 	Livro de Carson Especialistas se reúnem (1968)
Anos 70	Controle	<ul style="list-style-type: none"> •• Controle da poluição industrial •• Gestão reativa •• Filosofia de controle pontual 	Conferência de Estocolmo Clube de Roma
Anos 80	Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> •• Estudos de Impactos Ambientais •• Gestão de resíduos sólidos •• Controle da poluição do solo 	Chernobyl Exxon Valdez Comissão Brundtland
Anos 90	Sistema de Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> •• Atuação responsável •• Gerenciamento Integrado •• Auditoria Ambiental •• Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos •• SGA 	Conferência do Rio de Janeiro ISO 14000
2002	Ações	<ul style="list-style-type: none"> •• Avaliação dos acordos internacionais 	Conferência de Joanesburgo RIO+10
2004	Ações	<ul style="list-style-type: none"> •• Assinatura do protocolo do Kyoto 	EUA – Não assinam

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o gerenciamento ambiental tornou-se uma das mais importantes atividades relacionadas com

qualquer organização, passando-se a incorporação da variável ambiental, como novo passo no ajuste competitivo das empresas face às imposições da globalização econômica. Etapa que estabelece conexões com o acelerado processo de certificação de empresas brasileiras pela série ISO 9000, implementadora dos sistemas de gestão da qualidade.

O desenvolvimento desse tipo de norma responde às recentes exigências de um desenvolvimento sustentável da comunidade internacional, isto é, de acordo com as condições físicas e biológicas do planeta e com a sobrevivência condigna das gerações futuras. As normas ambientais também contribuem para um esforço mundial de diminuição e controle da poluição ou degradação ambiental. O setor produtivo passa a não ser mais uma alavanca do crescimento de um país, mas também, um gerador de condições e recursos para solucionar problemas sócio-econômicas e ambientais já existentes.

No Brasil, os dados do INMETRO revelam adesão crescente das organizações em se certificarem pela ISO 14001, mostrando que as ações ambientais tem –se estendido no país. Citam-se ainda o surgimento de Organização-não-governamentais auxiliando no combate a degradação ambiental; a criação de normas mais rígidas de controle por parte de governos locais e conscientização da população.

Contudo, muito precisa ser feito, pois segundo a RIO + 10, nenhum dos grandes desafios foi sequer equacionado e contemplado com propostas de ação “aqui e agora”. A proposta brasileira de alcançar 10% do consumo de energia por fontes renováveis foi derrotada por uma aliança da qual faziam parte os EUA e Iraque e Irã.

No Brasil, ainda observam-se diversas práticas de agressão ao meio ambiente e poucas providências do poder público. Como por exemplo, a disposição inadequada de resíduos sólidos, produzidos pela maioria do municípios brasileiros, acarretando em contaminação do solo, atmosfera, lençóis freáticos e a população a ele exposta.

Portanto, apesar da urgência às vezes dramática dos problemas sociais e ambientais, na corrida entre a degradação dos ecossistemas e o “desenvolvimento”, prevalece a primeira, enquanto o crescimento econômico que supostamente nos

livraria dos males, segue em seu curso, levando à falência do meio ambiente e da sociedade, caso este, confirmado com a não adesão dos EUA em não assinar o protocolo de Kyoto em 2004, das ações não apropriadas de degradação observadas diariamente no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, J. M. *O sistema de gerenciamento ambiental segundo a ISO 14001 como inovação tecnológica na organização*. Florianópolis, 1998 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina.

COELHO, C. C. de S. R. *A questão ambiental dentro das indústrias de Santa Catarina: uma abordagem para o segmento industrial têxtil*. Florianópolis, 115 f, 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina,

DAROIT, D.; NASCIMENTO, L. F. A Busca da Qualidade Ambiental como Incentivo à Produção de Inovações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., Florianópolis, 2000. *Anais...* ENANPAD 2000 (1 CD-ROM).

DONOHUE, M. Causes and health consequences of environmental degradation and social injustice. *Social Science and Medicine*, v 56, pp 573-587, 2002.

EMERECIANO, I. A. A. *Políticas públicas de Gestão Ambiental. Pós-Graduação em Gestão Ambiental – UFRN, 2000.*

FARIA, H. M. *Uma discussão a respeito dos benefícios econômicos da gestão ambiental.* Itajubá, 125 f, 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

IFC - Internacional Finance Corporations. *Manual of Environment Management Systems (EMSs)*. 2002. Disponível em: <<http://www.ifc.org>>. Acessado em 10 mar. 2003.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. *Guia de Empresas com ISO 14001* – Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/gestao14001>>. Acessado em 05 Nov. 2004.

MELNIK, S. A.; Sroufe, R. P.; Calantone, R. Assessing the impact of environmental management systems on corporate and environmental performance. *Journal of Operations Management*, 336, 1–23, 2002.

NBR 14001. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sistemas de Gestão Ambiental, Especificação e Diretrizes Para Uso. NBR - ISO 14001, 1996.

QUAZI, H. A.; KHOO, Y.; TAN, C.; WONG, P. Motivation for ISO 14000 certification: development of a predictive model. *Omega*, 29, p 525-542, 2001.

ROMERO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (Org.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria política e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp I. E. 1999.

SILVA, D. G. K. C. e. *Gestão ambiental na saúde pública: um estudo sobre a percepção ambiental em laboratórios de análises clínicas*. Natal, 150 f, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

SOARES, S. R. Avaliação ambiental de Sistemas - *Aula 007* . Disponível em: <<http://www.ens.ufsc.br/~soares/aula7pos.pdf>> Acessado em 04 ago. 2004.

VALE, C. E. *Como se preparar para as Normas ISO 14000 – Qualidade Ambiental: O desafio de ser competitivo protegendo o Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1995.

RISOS COVARDES E CORAGEM RACISTA: O DISCURSO SOBRE O OUTRO E A DIVERSIDADE ÉTNICA NA ESCOLA EM RORAIMA.

Elisangela Martins¹

RESUMO

Este artigo pretende, através de uma história exemplar, discutir as dificuldades de se trabalhar a questão da pluralidade étnica e cultural em sala de aula. Para tanto, faz uma análise do discurso presente nas referências feitas por alunos e professores ao elemento indígena em uma escola privada de Boa Vista, Roraima. A partir de duas experiências distintas inseridas nesse contexto, a autora questiona quais seriam as origens das construções discursivas observadas, valendo-se para isso da literatura, da historiografia e da análise de imagens contidas em livros didáticos. Por fim, com a intenção de propor hipóteses que possam nortear a prática pedagógica para a diversidade étnica e cultural, levanta questões acerca das políticas públicas que já existem no Brasil, concluindo pela necessidade da formação continuada dos profissionais de educação, do aprofundamento de políticas afirmativas de inclusão, do uso da ética e da fraternidade como elementos necessários na luta contra o preconceito e discriminação étnica e cultural.

Palavras-chave: Pluralidade Cultural; Análise de Discurso e; Educação.

¹ Licenciada em História pela UFRR, aluna do curso de pós-graduação em Alfabetização do CEDUC, atua como professora de História do Brasil em escolas de nível médio e cursos pré-vestibulares em Boa Vista.

Mas como falar disso? [...] Escolhi contar uma história. Mais próxima do mito que da argumentação, mas distinta em dois planos: em primeiro lugar, é uma história verdadeira (o que o mito *podia* mas não *devia* ser) e, em segundo lugar, meu interesse principal é mais o de um moralista que de um historiador. O presente me interessa mais do que o passado. Não tenho como responder à pergunta de como se comportar em relação a outrem a não ser contando uma história exemplar (esse é o gênero escolhido), uma história tão verdadeira quanto possível, mas tentando nunca perder de vista aquilo que os exegetas da Bíblia chamavam de sentido tropológico, ou moral. Tzvetan Todorov.

A abordagem da diversidade étnica e cultural em sala de aula, sobretudo nas aulas de História do Brasil não são uma opção do professor, mas uma necessidade apontada pelos parâmetros curriculares nacionais da educação básica para se implementar a promoção de políticas de respeito a essa mesma diversidade.

Como é bastante difícil executar essa abordagem de uma maneira mais aprofundada, refletindo sobre os papéis sociais e as representações construídas historicamente para cada etnia, muitas vezes se acaba por condicionar o trabalho ao tradicional ufanismo, que define o brasileiro como fruto da miscigenação entre o branco, o negro e o índio. Essa maneira de trabalhar leva a marca da superficialidade e da generalização.

Em Roraima é praticamente impossível manter-se na superficialidade anteriormente citada, pois na abordagem da diversidade étnica e cultural o professor é surpreendido por questões que normalmente obrigam que a discussão seja mais aprofundada. Isso ocorre por que os conflitos advindos da chamada "Questão Indígena" são a um só tempo latentes e manifestos, seja pela presença importante do elemento indígena na composição da própria população do Estado, seja pelos processos recentes de reconquista das terras indígenas. Essa dificuldade pode levar a dois caminhos: No primeiro, o trabalho descamba para o senso comum e a prática

pedagógica ao invés de combater, termina por reforçar o preconceito. No segundo, por considerar a abordagem muito conflituosa e, portanto improdutiva, o professor a evita, reforçando o preconceito por omissão.

Esse contexto local/regional provoca o seguinte fenômeno: a inserção de temas sobre a diversidade étnica e cultural em sala de aula, quando ocorre, é marcada por uma comunicação cheia de ruídos. Torna-se perpassada por uma grande polifonia que denuncia os conflitos políticos, sociais e econômicos que transcorrem no contexto sob a superfície observável da sala de aula. Todas essas características tornam a discussão sobre a diversidade étnica e cultural um fértil campo para análises e reflexões.

Apresentarei aqui duas situações² distintas ocorridas no âmbito da educação escolar não indígena como ponto de partida para analisar diferentes discursos que fazem referência ao elemento indígena, com a finalidade de propor uma reflexão sobre o papel do professor e do aluno acerca da elaboração de enunciados em que o indígena, apesar de próximo, ainda é constituído como distante e desconhecido, ou seja, como o outro. É para refletir sobre discursos que descrevem o outro, através de uma história exemplar, como fez Tzvetan Todorov, que apresento esse artigo.

EXPERIÊNCIA 1 – A CORAGEM RACISTA

Na sala de aula, junto a alunos da segunda série de nível médio, dia 07 de fevereiro de 2006:

Prof: - Bom, então vamos começar, né? Vamos fazer uma dinâmica para iniciar então o estudo da História do Brasil...

Alunos: fazem grande ruído, levantam-se, agitados.

Prof: - Gente, vamos sentar? Vai ser assim: quero que vocês me digam aí o que pensam quando eu falo naqueles que já estavam aqui antes da chegada dos europeus. (silêncio...)

² A primeira situação se refere à dinâmica realizada durante aula registrada em diário de classe da autora. A segunda situação foi observada e registrada em comunicação oral junto à pesquisadora Audrey Hoc, francesa de origem basca em viagem exploratória sobre a educação na América do Sul.

Prof: - vocês falam e eu anoto, vamos lá...

(Novo silêncio. Alguns fazem comentários em voz baixa, com os colegas).

Prof: - Será possível que vocês não pensam em nada quando a gente fala dos índios? Podem dizer, o que vocês lembrarem...

Aluno 1: – Pelados...Andam pelados.

Prof: - Ok, boa! Vamos lá, mais alguém?

Aluno 2: - Folgado!

(risos)

Prof: - Tá... Folgado. Que mais?

Aluno 3 – Preguiçoso.

Prof : Hahã... ok, mais alguma coisa?

Aluno 4 – Nativo!

Aluno 5 - Ladrão! Estão roubando todas as terras de Roraima!

(risos, comentários mais exaltados...)

Prof: - Ladrão? Bom, vamos anotar isso... Então temos aqui que índio lembra (lendo o quadro) andar pelado, folgado, preguiçoso, nativo, ladrão de terras...

Aluno 4 – Não! Eles não são ladrões não... os índios não fazem questão de riqueza, eles são iludidos pelas ONG's convencem eles a pedir tanta terra...

Prof: - ah... Então são ingênuos? [...].

EXPERIÊNCIA 2 – RISOS COVARDES

Noite de sábado, 04 de março de 2006:

Em confraternização para funcionários do setor pedagógico e administrativo de uma escola de nível médio, ao redor de uma mesa estão sete professores, entre eles um professor de origem indígena. Compartilham a mesa também duas professoras bascas, que visitavam a cidade com objetivo de conhecer melhor a educação indígena e não indígena em Roraima. Todos riem e conversam em grupos menores, apesar de estarem na mesma mesa. Ocorre então uma indagação das estrangeiras para o professor indígena, traduzida por uma das professoras da escola:

Prof^a 3: - hei Fulano! As meninas aqui querem saber qual é a sua etnia...

(Explodem risos generalizados entre os demais professores que estavam sentados à mesa e que haviam parado para prestar atenção à pergunta...).

Prof 1: – E isso lá tem etnia? Hehehe, é maracuxi!

Prof 2 : - É, é índio do Maranhão... (risos)

Como as professoras visitantes continuassem a esperar a resposta, claramente constrangido, o professor questionado responde:

Prof 3 : - Macuxi... eu sou macuxi... nasci no Tepequém...

Tais situações foram observadas junto a alunos e professores de uma escola privada na cidade de Boa Vista. Da coragem dos adolescentes à covardia do riso descontrolado dos professores, que permanência se pode observar? Vou partir da análise do contexto da primeira situação para depois discutirmos quais são as vozes presentes no texto.

Posso afirmar que a minha ação como professora, planejada e intencional, aplicada na primeira aula de um curso de História do Brasil, era provocar os alunos para que eles fizessem mais do que uma descrição do indígena: que refletissem sobre a mesma descrição tomando consciência de seu próprio discurso. Nesse sentido, há que se descontar o fato de que os alunos apresentavam, em relação à dinâmica aplicada, o receio típico do primeiro dia de aula. Levando em consideração esses fatores, decidi aplicá-la a alunos que já me conheciam como professora, alunos com quem eu já havia trabalhado no ano anterior.

O inicial pudor dos alunos, o silêncio e as conversas paralelas que observei após o primeiro comando foram considerados por mim, no momento da dinâmica, como um reflexo da falta de compreensão em relação ao mesmo comando. Por esse motivo repeti a pergunta sendo mais direta

³ O nome dos professores será resguardado com a finalidade de evitar constrangimentos, dado o tamanho de nossa cidade e a visibilidade de nossa profissão

e substituindo a frase "naqueles que já estavam aqui antes da descoberta pelos europeus" por "índio". Outra interpretação me ocorreu mais tarde: receosos de falar, preocupados em acertar a resposta, os alunos preferiram fazer comentários junto aos colegas evitando assim uma exposição individual para a professora e para a própria turma já na primeira aula. Somente depois de encorajados a dizer qualquer coisa, uma voz irrompeu o espaço: era o Aluno 1, que se arriscava: - "Pelados".

O silêncio dos colegas nesse momento me pareceu uma tensão, como um julgamento de que o aluno teria "errado" a resposta. Como a minha atitude, enquanto professora, foi a de elogiar a sugestão (Ok, boa!) e de anotá-la no quadro, alguns dos demais alunos sentiram-se encorajados a repetir o ato do amigo. Rapidamente um segundo aluno cita um item, depois outro, depois outro. Os alunos, encorajados por minha atitude em não reprimilos, por meu esforço em não fazer nenhuma cara de reprovação, começam a desfiar um rosário de características que para eles pertenciam aos indígenas. A cada citação, uma chuva de risos irrompia a sala, os que não falavam se divertiam em concordar com os que falavam.

É evidente que pelos termos citados a visão que se tem em relação ao indígena em Roraima, explícita no discurso dos jovens alunos, é pejorativa. Analisando esses termos, podemos classificá-los de acordo com algumas idéias: Primeiro a imagem, a memória visual que se tem do índio. Depois a descrição/construção do que seria a sua índole, marcada pelos ferros da disputa ideológica que o colocam como um vilão de um lado ou como a pobre vítima indefesa do outro.

A primeira palavra citada pelos alunos é também a única que remete a uma imagem visual que se faz do indígena: "Pelados". O indígena vestido não é tangível no imaginário daqueles alunos. Quão interessante para mim foi analisar que, apesar de viverem numa cidade em que grande parte da população é indígena e que, no período em que realizei a dinâmica em sala de aula, duas das três novelas⁴ apresentadas

⁴ A novela Alma Gêmea trazia como protagonista Serena, uma mestiça nascida na aldeia indígena Kadiwéu, interpretada por Priscila Fantin. Já a novela Bang Bang, exibida às sete horas, trazia a personagem Mãe Bizerra, tia avó da protagonista Dayanne Bullock.

pela rede Globo de televisão, traziam em suas tramas personagens indígenas que obviamente não andavam nus, quando evocados a dizer do que lembravam quando falamos de índios, os alunos persistiram na imagem do índio nu. Essa imagem sequer a teledramaturgia recente, com todo seu impacto na construção de imagens, tem conseguido apagar.

É necessário lembrar que, numa sociedade em que os conflitos de terra entre posseiros e indígenas são tão sérios a ponto de parte da sociedade ter adotado fitas negras de luto à época da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, há evidente intencionalidade ideológica (consciente ou não) de constituir o indígena como alguém que só será reconhecido como tal se estiver nu. Parece-me óbvio que essa memória de imagem não ocorreu de forma espontânea nos jovens de quinze, dezesseis anos que ali estavam. Como afirma Bakhtin,

...um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica...

A imagem do índio nu, evocada pelos alunos nesse caso demonstra a prevalência do senso comum que (baseado na lógica daqueles que historicamente se apropriaram das terras indígenas no Brasil) afirma: "se o índio está vestido, não é mais índio, e se não é mais índio, não precisa de terra".

Ainda que essas reflexões tenham importância central na análise dos enunciados, no campo pedagógico, que é a arena em que me digladio com estas questões, o mais problemático para mim é perceber que essa imagem projetada pelos alunos traz em si um forte reflexo dos livros didáticos de História. Apesar do corpo textual desses livros ter sofrido

importante mudança no sentido de incluir o elemento indígena a partir de textos que inserem uma nova perspectiva da história⁵, ao observar superficialmente as gravuras, quadros e demais imagens de indígenas⁶ contidos em seis livros didáticos voltados para o ensino médio, pude observar que nestas, o indígena é sempre caracterizado como um elemento desnudo, junto à natureza.

Vale questionar: por que a imagem do indígena nos livros didáticos continua atrelada ao elemento nu ou seminú, coberto de penas ou pinturas corporais se tantos povos indígenas hoje se vestem como "os brancos"? Como afirma Grupioni,

O livro didático é uma fonte importante, quando não a única, na formação da imagem que temos do Outro. Alie-se a isto o fato do livro didático constituir-se numa autoridade, tanto em sala de aula quanto no universo letrado do aluno...

e, apesar disso,

Os manuais escolares continuam a ignorar as pesquisas feitas pela história e pela antropologia no conhecimento do Outro, revelando-se deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil.(...).

⁵ São textos reproduzidos nos livros com a intenção de auxiliar o professor a inserir a discussão sobre o papel do indígena na história. Cito aqui três exemplos encontrados em livros didáticos: "Canibalismo deu pretexto para escravizar" de Luis Felipe de Alencastro, que relativiza os valores culturais de europeus e indígenas ao explicar e contrastar conceitos como antropofagia e escravidão; "Juruna (1942-2002)" de Laymert Garcia dos Santos, que conta a trajetória de Juruna no Congresso Nacional ou ainda "Conquistadores e Conquistados", que discute a prevalência da visão portuguesa na composição da historiografia tradicional, de Luis Koshiba.

⁶ Ver lista de imagens nas referências bibliográficas.

Quase vinte anos depois dos estudos⁷ citados por Grupioni em sua análise sobre o tratamento dispensado ao indígena nos livros didáticos, pouco mudou. É possível verificar, como já citei antes, que os textos dos manuais já apresentam algumas mudanças. Na verdade, em busca de manter-se com importante participação nas vendas de livros didáticos do Brasil, o mercado editorial inovou. Nesse contexto, como mercadoria que é, o livro precisa adaptar-se às mudanças. O evento da globalização econômica levou a um intenso processo de profissionalização da indústria editorial: Uma editora paulista chegou ao requinte de contar com um especialista em fotografia histórica com nível de doutorado, para cuidar da pesquisa iconográfica dos livros didáticos de História" (MUNAKATA:1998). Assim, as imagens, menos presentes em livros didáticos de vinte anos atrás, compõem hoje parte importante dos livros didáticos, mas, como foi possível observar, são apresentadas de forma anacrônica e descontextualizada, problemas que Grupioni apontou como concernentes aos textos dos livros didáticos.

Não quero aqui propor uma grande fogueira tendo os manuais como combustível, nem se trata de desqualificar completamente os livros didáticos. Apesar disso é importante problematizar as imagens que retratam indígenas nestes manuais, apontar que estas estão fixas num passado remoto e que se perpetuam mesmo quando nossos documentos normativos para a educação⁸ apontam para a inclusão e respeito à diversidade étnica e cultural. Entendo ainda que é necessário levantar um problema, que por seu aspecto muito amplo, não poderei aprofundar neste artigo: na era da informática e da televisão de massa, tratamos com jovens que, independentemente de sua posição social, adquirem informações muito mais por fontes de áudio-visual do que pela leitura de textos. Assim, cabe questionar qual o impacto do uso equivocado de uma imagem em um livro? Creio que em parte,

⁷ Os estudos citados pelo autor foram realizados por Rocha (1984), Pinto e Myazaki, e Almeida (1985) e Telles (1987).

⁸ Refiro-me aqui apenas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional bem como aos PCN's e seus Temas Transversais, que me parecem bastar para o argumento.

meus alunos deram uma resposta a esta questão: uma resposta de preconceito e não de promoção da diversidade.

Voltando aos termos utilizados pelos alunos para descrever a memória que lhes vinha em relação aos indígenas, como avalei anteriormente, com exceção do primeiro termo citado, todos os demais se referiam a uma "descrição" da índole do indígena. Observo que o tom ofensivo e pejorativo foi aumentando de grau conforme os alunos arriscavam e não eram corrigidos: de "folgados" a "preguiçosos", descambando mais à frente para "ladrões". Em outra via, um aluno cita a palavra "nativos" e depois faz uma explicação de que os índios "são iludidos pelas ONG's".

Que peleja duríssima se travou sem que os próprios alunos percebessem naquele momento: o embate de séculos entre a visão do "selvagem", iniciada com os colonizadores e do "bom selvagem", sobretudo divulgada pela literatura romântica. Para apontar uma das origens da cristalização do primeiro discurso, podemos nos valer da análise sobre a produção historiográfica brasileira, em que Reis demonstra que boa parte de nossos historiadores descreveu os povos nativos da América pela voz dos colonizadores. São descrições matizadas pela visão etnocêntrica e eurocêntrica, a imagem de nativos tolos, que trocavam ouro por coisas sem valor, vagabundos em guerra constante, bárbaros e destituídos de patriotismo (Varnhagen apud Reis:1999). Se por um lado é evidente que essa visão desconsiderava os indígenas como sujeitos de sua vida, tratando-os como destituídos de capacidade intelectual, de organização política, econômica e social, do outro lado não era muito diferente, já que, na produção literária, em contraposição a esse indígena de má índole, outro indígena vai se estabelecer através do mito do bom selvagem,

[...] Ferindo a vista os trêmulos cocares,
Animoso esquadrão de Chefe Augusto,
Rompe as cadeias do Espanhol injusto
E torna a vindicar os pátrios lares.
Inca valente, generoso Indiano! [...] (DA GAMA:1997)

[...] Nas selvas cresci;

[...]Da tribo pujante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci;
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte; [...] (DIAS:2006)

Influenciados pela idéia posteriormente difundida por Rousseau, que vinha afirmar que o homem não é naturalmente mau nem depravado, que nasce puro, mas se corrompe pela sociedade, os poetas e demais escritores criam como herói nacional o indígena, com as qualidades de valentia, bravura, força, capacidade de liderança. Essas características só se revelam a partir do momento em que seu povo foi corrompido pelo contato com o branco e com suas impurezas: o branco injusto, que encarcera Tupac Amaru é o mesmo que provoca o "andar errante" da tribo de I-Juca Pirama e por conseqüência as reações desse e daquele, cantadas nos poemas citados. Mais uma vez o indígena não é sujeito, seus sentimentos e atitudes são artificiais, europeizados, semelhantes aos sentimentos dos cruzados, que saíam em campanhas guerreiras para defender sua fé.

Voltando aos livros didáticos de História, vale lembrar que, via de regra, no início do processo de colonização os indígenas são cordiais e amigáveis, ao colaborar com a exploração do pau-brasil. Em seguida, são transformados em inimigos traiçoeiros, ao aliar-se aos franceses, na confederação dos Tamoios. Por essa lógica, ou os índios são bons, e é preciso que os protejamos como são, ou são maus, e devem ser portanto "civilizados". (GRUPIONI:1995)

Tanto o primeiro como o segundo indígena podem ser observados nos termos citados pelos alunos. Enquanto alguns (os alunos 2, 3 e 5) trazem em seu discurso a imagem pejorativa do indígena preguiçoso, um aluno (nº 4), talvez levado pela preocupação em acertar a resposta, ou em dar uma resposta que me agradasse como professora, traz à baila um discurso que se opõe ao primeiro, descrevendo-o como bom, sem contudo dar espaço ao índio sujeito, reproduzindo, provavelmente sem perceber, o núcleo do problema que é considerar o indígena como incapaz de fazer a si mesmo.

Percebo que a proximidade com os conflitos surgidos em decorrência do avanço da sociedade capitalista sobre as terras anteriormente ocupadas pelos indígenas e o contato nem sempre tranqüilo ou amistoso que se deu a partir desse avanço, leva, devido às disputas ideológicas produzidas em torno desse embate, a um entrecruzamento desses discursos seculares, que se perpetuam e deságuam, feito um rio caudaloso, nas salas de aula em Roraima. Baseada na postura de que o trabalho de sala de aula deve pautar-se pela ética e pelo respeito à diversidade, penso que meu papel como professora é, mais do que denunciar a existência desses discursos, buscar mecanismos de como nadar nesse rio sem que ninguém da turma se afogue.

Um bote que tem me ajudado nesse sentido faz parte de um conjunto de publicações em que estão expostos princípios discutidos pela sociedade civil organizada, junto a representantes governamentais de todas as esferas, e que compõem os chamados PCN's, ou parâmetros curriculares nacionais. No que tange ao trabalho em relação à diversidade étnica e cultural de nosso país, os Parâmetros definem a importância de se conhecer e valorizar as diferentes características dos habitantes do território nacional. Para isso, o professor deve oferecer elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, acentuando que esse respeito é devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. (PCN: Pluralidade Cultural).

Creio que a afirmação da diversidade é traço fundamental na construção das identidades que se determinam e transformam historicamente, e deve ter a Ética como elemento definidor das relações sociais e interpessoais. Por isso, quando decidi falar de coragem racista e de risos covardes, é por que penso desde o início de minha análise, que os risos dos professores emitiam, silenciosamente, as palavras de meus alunos, afinal, que motivos teriam os professores para rir ao saber que um deles não tinha como, devido ao fenótipo, negar sua origem indígena? Só me ocorre que mesmo que inconscientemente, os professores que riram o fizeram por que o determinado professor passa a ser

considerado inferior, dada a sua condição. Também é interessante observar a referência que um dos professores faz ao Maranhão, estado de onde provém a maior parte dos migrantes que vivem em Roraima e contra os quais o preconceito também existe em grande carga.

O que fazer então diante dessa situação? É mesmo o discurso abafado dos professores que está impresso no discurso dos alunos, ou é a verbalização inconseqüente (até aqui a tratei como "corajosa", mas é hora de botar os pingos nos is e concluir o raciocínio...) dos alunos que provoca a atitude dos professores? E como fica o indígena diante desses discursos que não o incluem como sujeito, mas como um agente social sempre descrito pelo outro?

Não pretendo com este artigo oferecer respostas a essas perguntas, mas ensaiar algumas hipóteses que obviamente devem ser aprofundadas. A primeira hipótese, mais ou menos óbvia, é de que só o conhecimento aprofundado sobre a diversidade étnica e cultural poderá começar a romper com discursos fundados em paradigmas do passado, discriminatórios e cruéis em relação ao outro, como são os discursos aqui evidenciados sobre os indígenas. A segunda, aplicação mais prática da primeira, parte do princípio de que as políticas públicas em relação à diversidade não podem se restringir a publicações de princípios ou Parâmetros, e devem atingir diretamente a formação dos professores de todas as áreas ainda na época da graduação. A terceira hipótese é a que, para transpor o mundinho acadêmico e ampliar a problematização dessas questões junto à população em geral, podemos utilizar como instrumento a luta por políticas afirmativas mais efetivas⁹, que garantam aos indivíduos e grupos secularmente excluídos do direito de ser

⁹ Quero aqui citar dois exemplos interessantes de como essas políticas são importantes e devem ser ampliadas: o primeiro refere-se aos trabalhos realizados na Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran da Universidade Federal de Roraima, que forma professores indígenas em nível superior. A segunda, é o Programa PAAIS da UNICAMP, de São Paulo, que dá bônus no vestibular aos candidatos oriundos de escolas públicas, bem como para negros e indígenas auto-declarados.

sujeito, a possibilidade de se auto-afirmar e, de maneira solidária, reafirmar, construir ou reconstruir sua própria identidade.

Uma última hipótese é a de que muitos professores deverão mergulhar na filosofia intercultural, que cria um paradigma interpretativo novo e que opera pela interpretação do próprio e do outro como resultado da interpelação comum, mútua, em que a voz de cada um é percebida e reconhecida em sua alteridade. (SIDEKUM:1996). Para isso, será necessário voltar aos bancos escolares, (já não o fazemos o tempo todo, na busca de aprimoramentos?) a fim de nos educarmos para a diversidade, pois só assim poderemos verdadeiramente educar nossos alunos para essa realidade. Somente dessa maneira, professores, como tais, passarão a evitar e até lutar contra posturas de desrespeito diante da diversidade cultural na qual estamos inseridos.

Assim terminei, em minha aula, com a dinâmica aplicada com os alunos, resultado da primeira experiência aqui relatada:

Prof: - ah... Então são ingênuos? (...).

(silêncio)

Prof: Bom, se não tem mais nada... Vocês anotaram tudo isso aqui? (no quadro, abaixo da questão "O que me vem à cabeça quando falo dos índios", seguiam os termos citados pelos alunos.).

Alunos: Ah, era pra anotar?

Prof: É anotem. Anotaram? (...) Já todos? (...) Pois agora prestem atenção. Prestem atenção... Aqui a gente vai estudar História do Brasil, é História com letra maiúscula estão entendendo? Então 'tá... Arranquem essa folha aí do caderno e joguem no lixo...

(nova agitação, surpresos, alguns riem, outros reclamam em tom mais exaltado...)

Prof: Vamos, arranquem e joguem no lixo por que isso não presta, é uma visão de preconceito, vamos jogar o preconceito no lixo. Aqui a gente vai fazer uma outra história...

Sabemos que pela resistência do mar, um rio que ali deságua não o torna doce. Espero poder contribuir com esse relato, para que, no mar da sala de aula aprendamos a conter as águas do preconceito, do desrespeito à pluralidade cultural e da discriminação racial para, dessa forma, preservar a riqueza que faz do povo brasileiro uma preciosidade: a nossa diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- DA GAMA, Basílio. Soneto a Tupac Amaru. In: BARBOSA, Frederico (Org.) *Clássicos da Poesia Brasileira*. São Paulo: Klick Editora, 1997. p.41
- DIAS, Gonçalves. I-Juca Pirama In: *Jornal da Poesia*. São Paulo. Disponível em < <http://www.secel.com.br/jpoesia/gdias01.html#juca>>. Acesso em: 11.03.2006.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e Fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Araci Lopes da ; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural*. Vol.10.3. Disponível em <www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/pluralidade.pdf> . Acesso em 11.03.2006.
- MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. São Paulo: FGV Editora, 1999.
- SIDEKUM, Antonio. *Multiculturalismo: desafios para a educação na América Latina*. Disponível em <espaçoadademico.com.br/livsidekum.htm>
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Referência das imagens analisadas em livros didáticos

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História de olho no mundo do Trabalho*. Scipione Editora. São Paulo: 2004

- Aldeia dos Tapuias, de Rugendas (1802-1858), página 179
- Mulher Tupinambá de Albert Eckout. 1641. página 186

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

- O último suspiro de Rodolfo Amoedo. Página 17.
- Tupinambás guerreiros e Dança de Tupinambás, de Jean de Léry, página 16 e 17, respectivamente.
- Anhanguera, de Teodoro Braga, página 68.
- Luta entre Botocudos, de Maximiliano Von Wied, 1820. página 149.
- Aldeia dos Apiacás, de Hercule Florence, página 152.
- Índio flechando onça, de Rugendas, página 154.
- Desenho de gentio, de Jose Joaquim Freire, página 163.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *"Oficina de História"*. São Paulo: Editora Moderna, 2002

- Elevação da Cruz, de Pedro Peres, 1879. (página 100)

DIVALTE, Garcia Figueira. *"História"*. Série Novo Ensino Médio. Volume único. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 2003

- Detalhe de Terra Brasilis, mapa do Atlas Miller (1515-1519). Página 146
- Morte de Estácio de Sá, tela de Antonio Parreira, 1911. página 149.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. *História do Brasil no Contexto da História ocidental*. 8 ed. São Paulo: Atual Editora, 2003.

- Assalto dos Tupinambá aos Tupiniquim, de Theodore de Bry, s/d. página 56
- O caçador de Escravos, de Debret. s/d. página 66

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 2003.

- Foto de Nair de Medeiros – capa e contracapa
- Foto de Marcos Rasa/Angular. Página 145
- Assalto dos Tupinambá aos Tupiniquim, de Teodore de Bry, s/d. página 151
- Detalhe de Terra Brasilis, mapa do Atlas Miller (1515-1519). Página 138

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

- Fotos de Leonide Príncipe – capa.
- Gravuras de autoria não identificada às páginas 19, 36 e 41;
- Fotos de autoria não identificada às páginas 33,34,35 e 37.

ENSINO DE ARTES VISUAIS: TRAJETÓRIAS DE MESTRES

Neli Klix Freitas¹

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar resultados iniciais da pesquisa *Imagens Formadoras e Significados na Trajetória de Professores de Artes Visuais*, por nós desenvolvida junto à Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi empregada metodologia qualitativa: Método da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). As categorias emergentes revelaram a existência de diferentes significados nas imagens formadoras de professores de Artes Visuais. Foram identificadas situações de vida que tiveram um papel importante na caminhada dos professores entrevistados, repercutindo em sua identidade e formação profissional, permeada por continuidades e rupturas.

Palavras-Chave: Imagens – Significados – Formação Permanente

¹ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Revista Textos & Debates, Número 10, jan/jun de 2006.

Defrontamo-nos em nossos dias, com o paradoxo resultante dos contínuos avanços tecnológicos, que permitem aos seres humanos conquistas e inovações e com a exclusão social, resultante da miséria absoluta, que exclui, que deteriora e que, em muitos casos, resulta em violência e destruição. Nesse cenário, alguns cientistas alertam para a necessidade da busca de significados sociais da ciência, e lutam por uma ciência com rosto humano. Estes estudiosos estão comprometidos com uma ciência holística ou, dito de outro modo, com uma poética científica em diálogo permanente com a natureza e com os seres humanos.

Papert (1993), teórico da inteligência artificial, mergulhado profundamente no mundo da eletrônica, mantém uma militância incansável para colocar a informática a serviço da solidariedade social. Para Papert (1993), a opção pela tecnologia tanto pode ampliar a sede pelo poder, que é destrutiva e destruidora, como pode contribuir para a formação continuada e permanente, necessária a todas às áreas do conhecimento. Nesse sentido, seres humanos encontram um duplo desafio: ou permanecem presos nas armadilhas tecnológicas, que direcionam a vida em sociedade através da produção e do consumo desenfreado de bens, ou podem avançar rumo ao convívio solidário, no qual a tecnologia une-se aos processos de subjetivação tipicamente humanos.

Um ambiente pobre em significados, segundo Vygotsky (2001) diminui as oportunidades de interação saudável com a realidade, e falta matéria-prima fundamental para a emergência de possibilidades de reconstrução das representações mentais que caracterizam a vida saudável dos seres humanos, a partir de interações sócio-culturais. Pode-se afirmar que, quando falta o significado, a patologia da alienação se instala. Deixa de existir a mediação entre o sujeito que aprende e o conhecimento.

Uma cultura pobre em estímulos simbólicos não oferece condições adequadas para o processo de construção do conhecimento. Este é o caso de muitas escolas. Muitos professores ignoram como uma pessoa aprende, como interagem os complexos processos neurológicos, imaginativos e psicossociais. Nessa perspectiva, bloqueiam o próprio

acesso a qualquer tipo de vínculo com a aprendizagem significativa (Melrieu, 1996).

Existe, então, um descompasso entre o saber e o conhecimento. O saber possui uma dimensão inconsciente, que reporta ao significado das vivências e ao imaginário, enquanto o conhecimento envolve a consciência. Quando o conhecimento não coincide com o saber do sujeito que aprende surge uma fratura importante, que pode ser patogênica e bloquear o desenvolvimento.

O Construtivismo em Psicologia e Educação apóia-se na concepção de que, para que haja conhecimento, deve existir uma ação sobre a realidade e uma ressignificação simbólica. Essa concepção sobre o conhecimento inclui o saber, porque valoriza o significado individualmente atribuído e culturalmente simbolizado. Trata-se de uma constante interação dialética eu-outro, que é fundamental nesse processo (Wallon, 1979).

Fatos sociais idênticos têm significados distintos para os seres humanos. É pela via dos significados que cada sujeito se apropria de si e do mundo, diferenciando-se qualitativamente. A vida simbólica representa uma saída para a alienação, pois se relaciona com a emancipação humana (Wallon, 1979; Vygotsky, 1987).

No campo da educação, também na área das artes visuais, essas reflexões impelem a novos movimentos e instigam outras reflexões. A didática positivista e conteudística tende a conduzir o professor a uma relação autoritária com seus alunos. Ao mesmo tempo, responsabiliza o professor quando um grande número de alunos não aprende. O professor se vê na posição de regular os desejos dos educandos, bem como os próprios desejos e frustrações. Ou seja: o processo educativo inclui uma fratura, que se identifica com o fracasso.

Cada professor e cada educando tem sua lógica e seus traumas peculiares, derivados da impossibilidade de resgatar o prazer necessário às novas conquistas oriundas do conhecimento. Trata-se de uma trama indissociável entre a educação, o imaginário e o conhecimento, de uma dinâmica que se insere no cotidiano do processo do ensino e da aprendizagem, bem como da própria escola (Freitas, 2004).

Segundo Vygotsky (1984), o processo de construção do conhecimento ocorre em uma complexa dinâmica interativa, da qual participam três elementos essenciais: o aluno, como sujeito do conhecimento; os conteúdos e os significados; o professor, que atua como mediador. Essa concepção supõe um caminho em direção à identificação e análise dos mecanismos mediante os quais ocorre o conhecimento, a partir de significados compartilhados.

A visão do professor como mediador abre um leque de possibilidades de intercâmbio e de encontro entre as pessoas, apontando para a necessidade do conhecimento, comum em todas as culturas. Nessa direção, a busca da formação continuada passa a ser permanente, e constitui-se em uma necessidade especialmente para o professor, a quem cabe, dentre tantos desafios, o de ensinar. Com o advento de novas mídias e novas tecnologias, diferentes domínios impõem-se à formação do professor. Entretanto, as funções da recepção, da sensibilidade, da imaginação, da simbolização caracterizam áreas de ênfase na formação inicial e continuada de professores de artes visuais. Destaca-se, então, o trabalho com o lúdico, com o imaginário, com as linguagens expressivas, que se encontram na gênese do conhecimento, da apropriação da cultura e da constituição do sujeito humano como aspectos essenciais à formação permanente do educador (Coll, Palacios e Marchesi, 2004).

Muitos estudiosos têm se dedicado a pesquisar e estudar questões referentes à formação continuada e à formação permanente de professores, tais como: oficinas de novos domínios tecnológicos e pedagógicos, projetos, análise de competências escolares, dentre outras. A motivação para nossa pesquisa inclui outra dimensão: a identificação e a análise das imagens formadoras iniciais, dos significados e da importância das mesmas na trajetória de professores de artes visuais. Na realidade, muitos professores encontram-se fortemente vinculados às imagens formadoras, ou retornam a elas diante de vivências e experiências adversas do cotidiano. O desejo pela formação continuada sofre uma estagnação que, nesses casos, vincula-se à valorização excessiva das imagens formadoras iniciais e dos seus significados, como um modo de fugir do desafio pela qualificação e por novos domínios. O

professor mantém-se preso ao passado, a um modelo romanceado de formação, onde não há espaço, nem tempo disponível para novas demandas e por novos conhecimentos. Existe um descompasso entre o que foi introjetado sobre os significados de ser professor, que já não correspondem ao que se espera desse profissional na atualidade (Freitas, 2005).

O ensino de Artes Visuais envolve funções psicológicas superiores (atenção, imaginação), dentre outras. Os professores de Artes Visuais necessitam além do conhecimento teórico e técnico, de uma gama de habilidades sensoriais e da capacidade perceptiva. O desenvolvimento de funções estéticas possibilita aprendizagens sócio-emocionais e sócio-culturais, que são vinculadas à função simbólica, e que, por sua vez, levam ao estabelecimento de relações entre conteúdos e significados. (Gardner, 1990).

O ensino de Artes Visuais inclui a necessidade de referências a questões ligadas à universalidade e à diversidade das experiências humanas, sobre ordem e caos, sobre diferentes modelos de representação do universo (Eça, 2004).

Muitos professores ainda possuem uma visão romanceada de suas práticas, vinculando-as a ideais inatingíveis em nossos tempos, diante do confronto com tantos desafios que permeiam o cotidiano da educação: baixos salários, exigências pedagógicas, violência em sala de aula, indisciplina, desmotivação, desvalorização do profissional professor. É comum observar o adoecimento de professores, que podem resultar dessa inadequação entre a formação anterior, os vínculos com significados primitivos e as exigências e demandas sócio-educacionais de nossos tempos. Ao escrever sobre a lei da dupla formação dos processos psicológicos superiores no desenvolvimento dos seres humanos, Vygotsky (1987) refere que toda a função aparece duas vezes: primeiramente, no plano interpsicológico e, mais tarde, no intrapsicológico. Ou seja: em primeiro lugar, entre indivíduos e grupos e, em segundo lugar, no interior de cada indivíduo. Esse processo não é uma cópia, mas implica em uma verdadeira reconstrução. Trata-se do momento em que o professor se diferencia dos demais, como ser humano que é, apropriando-se de um modo peculiar do conhecimento e firmando-se como ser em interação com os agentes

mediadores. O professor de artes visuais de nossos tempos passa por esses processos, comuns aos professores de outras áreas, que se processam de modo dinâmico, ao longo da vida. As imagens formadoras iniciais devem passar por releituras, por uma verdadeira reconstrução para que o professor, como sujeito do processo educativo, sinta-se livre de amarras e continue sua caminhada em busca da formação continuada e permanente.

QUESTÕES METODOLÓGICAS E RESULTADOS

Em nossa pesquisa sobre *Imagens Formadoras e Significados na Trajetória de Professores de Artes Visuais* foram entrevistados vinte professores dessa área, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Cada entrevista foi gravada e transcrita, para posterior análise e interpretação. O método empregado foi a Análise de Conteúdo, seguindo-se os pressupostos de Bardin (1977).

Seguindo-se os passos do método, chegou-se à definição inicial de três categorias de análise, depois de uma releitura de todo o material da pesquisa, e que apresentamos a seguir.

Primeira Categoria: *Imagens e Significados*

A maioria dos professores referiu fortes vínculos com imagens formadoras da infância, ou dos primeiros anos escolares. Alguns professores referiram-se aos vínculos com os pais, professores, com a cidade de origem, com relações e vivências sócio-culturais de tempos remotos. Pode-se constatar essas questões nas referências de alguns professores:

...Sinto o cheiro gostoso do café...Lembro de minha mãe em sua cadeira de balanço...Como gostaria de viver hoje com essa paz que tive na infância...

...Lembro das roupas que as mulheres usavam em minha cidade: tinham cores fortes, como as da obra de Klint...

...Minha primeira professora foi muito especial... lembro até hoje do seu modo calmo de ser e de falar com a turma...Isso não dá mais hoje em dia... É motivo de deboche...Tem que gritar...Falar alto...

...Eu não sei mais o que é ser professor...Tem que ser pai, mãe, tudo, porque todos lavam as mãos, e o professor passa a ser o responsável pelas crianças.

...Não suporto a violência das crianças... até no jeito de falar, de desenhar...Tiro licença sempre que posso...É uma fuga, mas não posso ficar...

Trata-se de um confronto com a formação inicial, com os vínculos mais primitivos da vida, que tiveram significados fortes, e que, muitas vezes, formam pontos cegos que obstaculizam qualquer tipo de avanço em busca de novos domínios.

Segunda Categoria: *Imagens, Significados e Vicissitudes da Vida: Ressignificando caminhos*

Ao longo da vida, no confronto com a prática profissional é comum ouvir dos professores referências a dificuldades, tais como:

...Eu perdi minha motivação depois que perdi minha mãe... Faz mais do que dez anos...Mas para mim foi ontem.Tem certas datas em que eu fico doente...De dor...

...Já não desenho mais como antes... estou longe de minha cidade, de meus amigos, de tudo...

...Como desenhar, pintar e ainda ensinar se eu não estou bem?Minha escola é horrível, ninguém se fala..As crianças são agressivas...Eu não sou assim.Não tolero agressão, porque eu fui maltratada na infância...

...Preciso dar um jeito e voltar a viver... meu filho se foi para longe, mora no exterior, fiquei só...Fui educada para viver com os filhos, e me sinto petrificada... Deixei de crescer... Nada mais me motiva...

...Quando estudei para ser professora, eu imaginava lecionar para crianças normais...Hoje, tenho crianças doentes na sala, e não aceito isso.Sou eu que tenho sempre que me adequar a isso? E o sistema?Lava as mãos

O confronto com as vicissitudes da vida exige a elaboração do sofrimento gerado pelas perdas, que podem ser diversas: desde a mudança de cidade, até a perda por morte de uma pessoa amada. Somente o confronto com a dor, sem qualquer negação, favorece a elaboração. A partir daí é possível ressignificar as práticas profissionais e os elos com a própria vida.

?

Terceira categoria: imagens, significados e formação permanente de professores: continuidades e rupturas

A formação continuada do professor constitui-se em uma necessidade evidente em nossos tempos. Trata-se de um processo contínuo, como a própria vida. Insere continuidades e rupturas. As rupturas são decorrentes de muitas questões: desmotivação, desqualificação, baixos salários, vicissitudes da vida, dentre outras.

...Será que essa formação não vai terminar nunca? Eu já tive paz quando viviam em minha cidade, pequena, como eu me sinto hoje.Gasto o que ganho para sobreviver, e ainda me cobram tanto na escola...

...Para ensinar Artes Visuais eu preciso de material...Isso custa muito caro, e eu ganho muito pouco...Ainda tenho que trabalhar com pessoas deficientes...Não é demais?

...Eu aceito crianças doentes, pois tive esse problema em casa.Mas, eu tenho muita dificuldade para participar de cursos à noite, quando trabalho oito horas por dia...

...Estudar nos sábados...É uma exigência da Secretaria...Se não for, perco o emprego, ou me prejudico...Mas eu sinto falta da família...Como fazer?Tens uma resposta?

Entrevistar professores diante de tantas dificuldades foi igualmente difícil para essa pesquisadora. Não tinha respostas prontas, e o desafio foi constante. Na realidade, a formação humana e a formação profissional se entrelaçam, pois exigem disponibilidade constante e representam desafios permanentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre os dados dessa pesquisa novos desafios despontaram, sendo geradores de novas reflexões. A formação humana nunca é linear, e isso é de domínio comum. Em algum momento da existência, cada ser humano convive com algum tipo de sofrimento, que é mais ou menos intenso para cada um. Simultaneamente, a sociedade exige pessoas solidárias, pacientes e tolerantes. O exercício profissional também requer investimentos contínuos, para acompanhar o ritmo intenso do progresso e o modo apressado de vida que caracteriza nosso tempo.

Os professores encontram novos desafios no cotidiano da escola, além daqueles que já se configuraram como uma rotina: desqualificação profissional e baixa remuneração. As novas configurações familiares, muitas vezes geram rupturas nas relações entre pais e filhos. Os pais perdem o interesse e o afeto pelos filhos, como um modo de defender-se dos próprios problemas. Delega-se, então, ao professor a responsabilidade pela formação das crianças, pela disciplina. A violência nas escolas também é uma realidade. Há professores que sofrem agressões de alunos, tanto verbais, quanto físicas. O sistema educacional avalia os professores a cada semestre, e suspende promoções quando a avaliação é baixa. Entretanto, o professor raramente é ouvido e respeitado. Não se trata de assumir uma postura de vitimização do professor. Ao contrário. O professor é um ser humano e, como tal necessita afirmar-se e firmar-se. Alguns conseguem. Outros, não. A identidade oscila, e a auto-estima vacila.

A pesquisa assinala para algumas questões importantes, presente no cotidiano de professores, ao

identificar significados que reportam o professor ao início da vida e ao convívio com figuras primitivas, com um modelo de formação que já não condiz com nossos dias. Muitas vezes, essas questões dificultam o processo de adesão a programas de capacitação, interferem na relação professor-aluno e na qualidade do ensino.

A literatura existente sobre formação de professores inclui referências a técnicas, domínios didático-pedagógicos, mas esquece o sujeito professor. Alguns autores referem-se às questões de sensibilidade, de experiências sensíveis. Outros, entretanto, contestam essas necessidades.

Referem, inclusive, que o professor tem uma longa história de vitimização, e que isso é absurdo e irreal. Na verdade, os programas de formação são repletos de intenções tidas por muitos como altamente positivas. Políticas públicas exigem qualificação em todas as áreas, e o professor não pode fugir dessa realidade.

Entretanto, o trabalho deve vincular-se ao prazer, especialmente para o professor, que lida diretamente com a formação de pessoas. Se estiver insatisfeito, o reflexo sobre a educação é direto. Essas reflexões assinalam para a formação humana, para a formação permanente de professores, também na área das Artes Visuais. O desenvolvimento do ser humano é permeado por continuidades e rupturas, que alteram significados de imagens formadoras vinculadas a modelos primitivos de identificação. Trata-se de um movimento dinâmico, que se insere na história de cada professor, e que interfere em suas interações com o outro, com os alunos, com o objeto de estudo de sua formação, configurando novas representações mentais.

Embora aceite-se a premissa de que todas as artes devem permear o currículo das diferentes áreas do conhecimento, especialmente o ensino de crianças e de jovens, essa pesquisa teve como foco o ensino de Artes Visuais. Na interpretação dos dados da pesquisa, uma questão importante relaciona-se com o argumento expressivo. Todas as crianças e jovens podem e devem ter acesso às oportunidades de projeção dos sentimentos, emoções e aspectos de seu mundo interno através da e na arte. Na trigésima conferência da UNESCO (1999) foi lançado um

apelo global direcionado à inclusão do ensino da arte, das atividades artísticas e criativas nas escolas.

Atividades de ensino de Artes Visuais podem favorecer a compreensão de estratégias, bem como a interpretação de objetos físicos e midiáticos, que constituem a cultura visual.

O professor de Artes Visuais necessita, assim, de diferentes domínios, do exercício da função criativa e da capacidade imaginativa. A pesquisa sobre os significados das imagens formadoras na trajetória de professores de Artes Visuais adquire relevância nesse contexto. É importante conhecer os significados que professores de Artes Visuais atribuem às imagens formadoras, às experiências do cotidiano e às vicissitudes da vida. A partir dessa compreensão é possível assinalar para a importância das experiências sensíveis e da aprendizagem significativa que devem permear os conteúdos dos programas de formação continuada de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- COLL, C. ; PALACIUS, J. ; MARCHESI, Á. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- EÇA, T. Perspectivas no Ensino das Artes Visuais. IN: *Revista Digital Art&*. Ano II, N.2, Outubro/ 2004, p.1 a 4.
- FREITAS, N. K. Imaginário, Comunicação e Conhecimento. IN: *Anais. IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO E III COLÓQUIO IMAGINÁRIO*. Pelotas; Edit. UFPEL, 2004, p.46/51.
- FREITAS, N. K. El Trabajo de Creación en las Crísis: Significaciones, y el Trabajo Creativo en las Crísis: Significados. IN: *Revista Alternativas en Psicología*. México: ano X, Vol. II, Febrero/Marzo 2005, p.50/58
- GARDNER, H. *Educación Artística y Desarrollo Humano*. Barcelona: Paidós, 1990.
- MELRIEU, P. *Imagination*. Nova Yorque: Sage, 1996.
- PAPERT, S. *The Growth of Scientific Knowledge*. Basic Books: New York, 1993.

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON, H. *Do Ato ao Pensamento*. Lisboa: Moraes, 1979.

PROFISSIONALISMO E MISSÃO NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Marina Félix de Melo¹

RESUMO

O Terceiro Setor encontra-se cada vez mais cercado de novos adeptos e tem apresentado um número crescente de Organizações Não-Governamentais – ONGs - que atuam nas mais diversas áreas a fim de promoverem o bem estar social. Não obstante, muitas mudanças na forma de trabalho dessas organizações neste nosso atual contexto são percebidas, afinal, o grau de profissionalização nessas ONGs torna-se cada vez mais visível. Neste trabalho procuraremos mostrar como se dá a relação entre o tipo de profissionalismo exercido dentro das instituições e as missões das ONGs, isto é, como missão e profissionalismo podem andar, ou não, em sintonia dentro de uma organização do Terceiro Setor.

Palavras-chave: Sociologia; Terceiro Setor; Missão das ONGs e; Profissionalismo.

¹ Bacharel em Ciências Sociais – UFPE

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender os fenômenos da profissionalização e da missão nas Organizações Não-Governamentais - ONGs. Apesar de muitos tomarem ambos como sendo elementos distantes, é o inverso que verificamos na realidade. Mesmo que em alguns lugares se pense que a missão de uma ONG é voltada apenas para o lado sentimental e humanístico das práticas sociais e que o profissionalismo seria o momento de “maturidade” dessas organizações, regado pelo tecnicismo e próximo às formas mercadológicas de trabalho. Assim, tentaremos apontar ao leitor que os dois estão mais próximos do que muitos podem supor além de expor a dimensão que cada uma dessas categorias têm tomado atualmente. Ainda no tocante à profissionalização das ONGs, buscaremos apontar como tem se dado esse fenômeno e quais as conseqüências que ele pode trazer para essas organizações.

Apesar de tratarmos especificamente das ONGs, que são nosso foco de análise, nos cabe, por bem, explicitar alguns termos que as cercam. Afinal, quando pensamos em ONGs é comum que nos venham em mente palavras como Terceiro Setor, Oscips etc.

O Terceiro Setor - ONGs, Oscips², dentre outras organizações afins - corresponde a um conjunto de instituições que já representa uma força econômica bem mais considerável do que em geral se supõe, tanto nos países de capitalismo central quanto, cada vez mais, nos países periféricos. Os defensores das práticas desempenhadas pelo Terceiro Setor crêem que essas instituições desempenham o papel de ligar o cidadão comum a entidades que podem participar da solução de problemas sociais identificados.

² Oscip: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. É necessário que uma ONG torne-se uma Oscip (passe por um processo de formalização mais específico) para que possa receber recursos do Estado.

É salutar tomarmos essas organizações como sendo sem fins lucrativos, isto é, “privadas”, mas com fins públicos. Tais instituições, em especial as ONGs sobre as quais iremos nos debruçar, engendram, em sua maioria, responsabilidades nas áreas de saúde pública, educação, cultura e meio ambiente.

A noção de que uma ONG é “anti-estado” fora bastante congruente na conjuntura dos anos de 1980 ou mesmo em outras épocas. Lembremos do período da ditadura no Brasil quando, apesar da proibição de muitas práticas sociais hoje vistas dentro de ONGs, instituições afins surgiam para se opor às práticas estatais e com a predominância da resistência. O dito se torna necessário na medida em que neste trabalho visaremos o Terceiro Setor concatenado às várias realidades que o cercam, contudo, sem tolher sua lógica própria. Sobre essa assertiva, é imprescindível notar que o Estado procura as ONGs pela sua capacidade de articular soluções para problemas sociais. Não obstante, convém repensarmos quem “controla” o Estado e para que grupos ele está voltado, bem como compreendermos algumas ideologias que acusam o Estado de ineficiente e afirmam que a iniciativa privada seria uma saída conveniente para amenizarmos as mazelas sociais dentro do sistema capitalista vigente.

Esse estudo também se centra na relação que o Terceiro Setor tem com os demais setores, a saber, o Primeiro (Estado) e o Segundo (Mercado), subordinando seus próprios interesses aos objetivos desses últimos, uma vez que sua sustentabilidade financeira provém desses dois, ou também, em muitos casos, da doação voluntária de cidadãos comuns. Podemos também dizer que o presente trabalho ressalva análises acerca do tema e aspira, ainda, uma observação do que essas organizações tomam como profissionalismo dentro da construção de missão que elas mesmas elaboram.

No primeiro tópico desse trabalho trataremos sobre a idéia de missão, ou seja, o que entendemos como missão e que formas ela assume diante da atual situação das ONGs frente aos desafios que essas organizações enfrentam para executarem seus objetivos. No segundo tópico, falaremos sobre o profissionalismo nas ONGs, discutindo como o profissionalismo tem sido utilizado por essas ONGs e como a

forma de atuação das entidades tem se adaptado às novas demandas que pedem técnica e especialização e não apenas o humanitarismo como em épocas passadas. Por fim, o último tópico será sobre um balanço dos efeitos da profissionalização e buscará mostrar como a exacerbação da profissionalização pode ter seu lado perverso e trazer não apenas bons resultados para as ONGs, mas também problemas na ordem de valores e/ou morais, fomentando um debate sobre os prós e os contras dessa tendência à profissionalização. É então quando finalizaremos o texto com as considerações finais, sugerindo um apanhado de toda a discussão que se inicia com a idéia de missão, passa pelo profissionalismo e busca realizar um desenho sobre a relação desses fenômenos.

1. A IDÉIA DE MISSÃO

Levando em consideração que nosso foco de análise nessas páginas estará debruçado sobre a profissionalização e a missão das ONGs, nos cabe, primeiramente, expor o que vem a ser missão. Por ora, nos manteremos em algumas explicações sucintas sobre o termo, afinal, missão pode ser interpretada sob vários aspectos, sendo uma palavra flexível como tantas outras utilizadas nas Ciências Sociais.

De acordo com o dicionário Aurélio, o termo missão possui as seguintes interpretações:

1. Função ou poder que se confere a alguém para fazer algo; encargo, incumbência.
2. Função especial da qual um governo encarrega diplomata(s) ou agente(s) junto a outro país; comissão diplomática.
3. O conjunto das pessoas que receberam um encargo religioso, científico, etc.
4. Ofício, ministério.
5. Obrigação, compromisso, dever a cumprir: missão de pai.
6. Prédica ou sermão doutrinal.
7. Estabelecimento, instituição ou instalação de missionários para a pregação da fé cristã. (...) (Novo Dicionário Aurélio, 1994; p. 1141).

Como visto em uma fonte geral de conhecimentos, o dicionário de língua portuguesa, observamos a forte ligação do termo com o fator religioso (ligado ao aspecto moral). Isto pode

ser conferido não apenas em dicionários de línguas, mas também em dicionários próprios da área de Ciências Sociais, a exemplo da *Encyclopedia of the Social Science* (1949), em que Latourette discorre páginas nas quais a definição de missão aparece com seu enfoque religioso. Não obstante, vale salientar o ano dessa publicação, 1949. Essa observação, que sugere uma contextualização na leitura, é devido ao fato de que tratamos de uma missão “adaptada” às mudanças sociais, principalmente ao contexto de surgimento das ONGs e ao discurso atual que versa sobre a importância da missão nessas instituições³. Todavia, apesar de ter sido necessário mencionar a questão da religião, não iremos nos debruçar sobre o aspecto religioso nesse texto, pois fugiria de nosso foco de análise, mas sim, tentaremos recuperar o aspecto de missão pelo lado do planejamento presente nas ONGs.

Na obra “Private Action and the Public Good” (1999), livro escrito por uma série de especialistas sobre o tema e editado por Walter W. Powell e Elisabeth S. Clemens, seus autores não transmitem a idéia fechada de que uma ONG tem de ter sua missão simplesmente enquanto um aparato burocrático no papel. Para eles, a missão não é uma simples limitadora das ações. Nessa perspectiva, observamos a preocupação dos autores em realizar uma espécie de coleta das principais características das missões das ONGs e, a partir daí, considerar as construções que estão por trás dos papéis dos estatutos, ou seja, tomando a importância dos valores que suas missões despertam na sociedade, algo pouco sensível em outras obras.

De acordo com o site da *Aids Alliance*, uma ONG voltada à problemática da Aids, missão “é a finalidade, a razão de ser, a mais elevada aspiração que legitima e justifica social

³ Apesar do termo Instituição pertencer a uma complexa gama de interpretações, designamos as Organizações Não-Governamentais neste trabalho como sendo também instituições na forma mais simples do termo usado na Sociologia, que faz valer como instituições uma escola, um local de trabalho, uma família etc, ou seja, a instituição aqui é ligada aos papéis sociais. “Cada um dos complexos de papéis interdependentes pertence a instituições e a grupos determinados” (NOVA, Sebastião Vila, 1985, 68).

e economicamente a existência de uma organização e para a qual devem se orientar todos os esforços” (autor desconhecido, 2005). Todavia, nesse tipo de discurso fica também notória a preocupação com um planejamento estratégico para o funcionamento das ONGs, o que em outras palavras significa que “a definição da missão é o principal aspecto do planejamento estratégico, pois significa tomar hoje uma decisão que repercutirá no futuro da organização” (Ibid). Eis, então, quando nos deparamos com a pedra de toque desse trabalho, ou seja, entender como se articulam as idéias de missão como sendo uma ferramenta para a elaboração e execução das tarefas das ONGs e do papel da missão enquanto uma força maior regada pela ética e pelos simbolismos que geram as percepções de mundo das pessoas engajadas nessas organizações, os chamados ‘ongueiros’⁴. Vale lembrar também de uma prática conhecida como “advocacy” que diz respeito à necessidade de uma instituição defender um grupo que ela considere ‘fragilizado’, uma espécie de defesa sobre um determinado grupo, como por exemplo, grupo de pessoas excluídas digitalmente, de pessoas portadoras de HIV, de crianças abandonadas etc.

Deborah Eade e Ernst Ligteringen (2005) abordam o tema da missão das ONGs dentro de uma perspectiva de globalização (que apesar de não ser o enfoque de nosso trabalho, é cabível de atenção). Assim, esses autores ponderam os aspectos negativos desse processo global apontando como ele pode se reduzir erroneamente apenas à esfera econômica. Esse tipo de globalização, ou melhor, esta sua interpretação, é um empecilho para que essas organizações abracem suas missões de forma particular, uma vez que esse fenômeno as afasta de suas raízes e propósitos baseados na solidariedade, humanitarismo etc.

Autores como José Antonio Alonso (Universidade Complutense de Madrid, Espanha) atentam para a necessidade de uma melhor administração dos bens públicos internacionais e de uma autoridade global efetiva (Apud, Eade,

⁴ Termo usado para se referir às pessoas que atuam em ONGs e que defendem a existência destas para a solução de problemas sociais diversos (ativistas).

D; Ligteringen, Ernst, 2005). Sendo assim, observamos que a atividade econômica tem se globalizado rapidamente, mas que esse processo não se dá da mesma maneira com as estruturas políticas e intelectuais. Ainda no tocante à questão, podemos sinalizar que muitas ONGs têm aceitado rapidamente a idéia de que a globalização é inevitável e também que, em certa medida, algumas dessas ONGs esquecem de balancear os aspectos negativos do processo de Globalização que pode, em algumas situações, fazer com que essas ONGs se desconectem de suas missões e valores éticos para atenderem ao modelo padrão de intervenção social imposto por muitos agentes financiadores internacionais.

Entendendo como se constroem esses espectros de profissionalismo técnico, vemos que em algumas ONGs é comum que a elaboração da missão seja feita em conjunto, com os componentes da instituição. Assim, o grupo busca responder questões como “Qual o propósito da organização?”, “O que ela deveria ser?” ou “Como será a ONG no futuro?”. Dessa maneira, busca-se entender o compromisso valorativo a ser alcançado e projetar o futuro de forma estratégica, avaliando os riscos pelos quais poderão passar a instituição, decorrentes de mudança de contextos políticos, históricos etc. Em certa medida, algumas organizações tendem a se tornar flexíveis a diversos seguimentos de atuação, algo que as possibilitam se engajar em outras oportunidades relacionadas a seus focos de atuação que poderão surgir.

Um exemplo que pode ser dado para elucidar o que denotamos é quando uma ONG, voltada à problemática da Inclusão Digital, elabora sua missão de uma forma que essa não fique tão “fechada” a ponto de só trabalhar com a educação em computadores, mas sim, que essa missão realize um elo entre Inclusão Digital e outros pontos que sustentam esse tipo de inclusão, como por exemplo, a educação básica, afinal, ficaria inviável dar aulas de informática para um grupo que não possui uma educação básica satisfatória. Nesse caso do exemplo, a ONG incluiria em sua missão a necessidade de educação básica, juntamente com o seu foco de Inclusão Digital, podendo atuar nesses dois ramos que são ligados de forma conjunta e complementar.

Uma frase bastante polêmica dentro do Terceiro Setor é “As ONGs nascem para morrer”. A mensagem é colocada no sentido de que uma ONG existe para sanar um determinado problema social e quando esse problema é resolvido, ela perde seu papel. Dessa forma, muitas organizações concentram as redações de suas missões em um discurso que conota uma situação de autonomia, a exemplo, expressões como “conscientização”, “autogestão”, dentre outras. Apesar de, infelizmente, observarmos que as mazelas sociais estão longe de serem extintas, o que demonstra que as ONGs ainda terão muito trabalho pela frente caso sigam essa linha de pensamento. As missões são reelaboradas de acordo com a necessidade e o contexto em que se encontram, pois seria uma utopia alegar que todos os problemas sociais estariam resolvidos caso as missões das ONGs de hoje fossem contempladas. Afinal, as ONGs atualmente têm se extinguido mais por problemas de gestão, como a falta de recursos financeiros para suas existências, do que pela proeza de terem atingido seus objetivos, algo levado em consideração nas reflexões de algumas ONGs quando elaboram suas missões atualmente, ou seja, a missão tende a ser remodelada de acordo com o fluxo histórico, que também é suscetível a alterações de ordem econômica.

Não apenas a elaboração da missão da ONG, mas também sua divulgação, tem sido usada como mecanismos para o estabelecimento de novas parcerias com demais organizações. Assim, fica patente como a missão pode também ser elaborada com o fim de se obter uma melhor imagem institucional perante à sociedade e/ou demais órgãos competentes como empresas, governo etc.

O planejamento para instituições como ONGs tem se tornado cada vez mais comum na montagem dessas instituições. Porém, existem diferentes formas de planejar e administrar. Segundo Corcione (1998), o planejamento não pode ser elaborado como um mero calendário de atividades, pois daí resultaria uma série de eventos sem interligação, soltos. Ele acredita que o momento do planejamento não pode ser elaborado por um grupo perito (composto apenas por diretores e presidentes das instituições, por exemplo), pois tal fato isolaria a participação dos demais membros da

organização, inviabilizando o engajamento coletivo na fase de elaboração do plano de atividades, o que se refletiria na execução das tarefas da ONG.

Um outro ponto que compartilhamos com Corcione é o de que na fase de idealização da missão da ONG não se pode instituir modelos ou métodos pré-estabelecidos, como se houvesse uma receita pronta e finalizada de modo a não considerar as peculiaridades de cada organização e, em consequência, das suas missões.

Ainda de acordo com Corcione, podemos figurar algumas características de experiências inovadoras de planejamento, como uma dimensão participativa, a capacidade de articular métodos universalmente conhecidos ou mesmo a coerência lógica pautada na idéia de que um planejamento é um processo de construção, e não uma receita pronta e acabada. (Corcione, 1998; p. 02).

A fim de melhor visualizarmos o que é a missão de uma ONG, convém resgatarmos as próprias falas das instituições. De acordo com a missão da ONG Moradia e Cidadania, temos em seus objetivos: "Promover a cidadania para a população socialmente excluída, por meio da educação e da geração de trabalho e renda, e do apoio a ações de combate à fome e à miséria".

Em uma visão geral, observamos que a missão da ONG Moradia e Cidadania faz referência a uma série de ações sociais, desde a promoção de ética, paz, cidadania, democracia, direitos humanos, geração de trabalho, melhoria de vida das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência passando pelos objetivos de combater as discriminações raciais, sociais, sexuais e chegando a expor alguns de seus objetivos acerca da forma de como colocar essas metas citadas em prática, ao mencionar que é, também, uma missão da ONG realizar parcerias com demais organizações ou mesmo divulgar projetos e atividades em que a ONG está participando.

Podemos visualizar, então, a junção dos valores morais da ONG em relação ao seu objetivo central (como o de beneficência à humanidade) com os valores morais de atuação administrativa para que se alcancem tais objetivos. É essa síntese, portanto, que denominamos missão, isto é, um aparato

que abriga os valores morais que um grupo defende e que age a partir deles.

Eis então que a elaboração da missão de uma ONG é regada por elementos que transpassam a simples idéia de que a missão é um reflexo de valores e crenças aleatórios, sendo essas, mecanismos que se debatem com as relações internas e externas do grupo que a planeja e a executa de uma forma complexa e situada em um contexto.

2. O PROFISSIONALISMO NAS ONGs

Podemos visualizar três grandes eixos explicativos para o surgimento e florescimento das ONGs no Brasil (Carvalho, 1999). O primeiro eixo se refere à posição dessas enquanto um mecanismo contra o que muitos julgam como a ineficiência do Estado (que também pode ser rediscutida, pois a idéia de ineficiência tem várias interpretações), o segundo faz menção à prestação dos bons serviços que tais organizações podem proporcionar à população e, o último eixo, destaca as razões ideológicas dessas instituições que, conforme Cristina Amélia Pereira de Carvalho:

Neste caso, a ação busca fundamentalmente transmitir os valores da organização à sociedade. Estes valores se concretizam na missão da organização, em seus objetivos oficiais, mas também nos objetivos operativos que se manifestam em suas práticas e estratégias de ação (Carvalho, 1993).

Se fôssemos analisar o processo de profissionalização no Brasil veríamos claramente que na década de 1990 ocorre um fluxo intenso de profissionalização no Terceiro Setor. Essa demanda vem com o interesse de especialização e com a visão de melhorar os vínculos de informação para que as ONGs tivessem mais oportunidades de financiamento. Tal necessidade de profissionalização também pressupõe, segundo Fábio Ribas, em entrevista à revista *Psicologia Argumento* (2005), uma autocrítica dos aspectos restritivos de uma cultura assistencialista. Sendo assim, a nova forma de

trabalho nas ONGs permitiria o desempenho de vínculos de confiabilidade com as comunidades atendidas pelas instituições, mais agilidade no atendimento ao público etc, dentre outras benfeitorias, estimulando, segundo Ribas, a articulação entre carisma e técnicas de funcionamento e gestão.

É patente que as ONGs estão, cada vez mais, se munindo de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, como nos setores da educação e da saúde, por exemplo. Podemos considerar, inclusive, que muitas dessas instituições são pensadas e fundadas por profissionais especializados. Eis então quando nos deparamos com o movimento de profissionalização para além do Estado e do Mercado⁵.

Bauman (1999) coloca que a especialização torna-se uma busca freqüente e incessante, tornando-se cada vez mais comum, mas isso se daria porque ela se auto-reproduz. Em outras palavras, o conhecimento especializado não teria uma valorização una, em si mesmo, não se auto-satisfaria, gerando sempre mais a busca pelo novo e pelo desenvolvimento das atividades prestadas. Todavia, nessa linha de argumentação plantada por Bauman, a especialização ao mesmo tempo que é criada para solucionar problemas, finda por gerar mais problemas que só podem ser solucionados com mais conhecimento especializado, ou seja, gera-se um círculo vicioso.

A competência especializada cria e estimula a necessidade de si mesma. A substituição das habilidades pessoais pelas habilidades do especialista... significa a criação e principalmente uma multiplicação ilimitada de novos problemas que tornam indispensável a competência especializada (Bauman, 199; p. 233).

A especialização está, sobretudo, ligada à divisão do trabalho social. Adam Smith foi o primeiro a tentar teorizar esta divisão e foi também o criador do termo. Émile Durkheim

⁵ Existe também um fenômeno conhecido como "expertise", no qual profissionais especializados em alguma área prestam serviços específicos às ONGs.

(1995), em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, busca tratá-la como um fato objetivo que deve ser estudado em si mesmo e que o pesquisador deve investigar para que ela serve e de que depende (Durkheim, 1995). Assim, o autor advoga que não é apenas nas fábricas que esse fenômeno se faz presente. Apesar de muitos economistas verem a especialização como sinônimo de progresso, ela também não se restringe ao campo econômico, estando presente em funções políticas, administrativas, artísticas, científicas etc.

Para Durkheim, a divisão do trabalho pode ocorrer até dentro de um círculo de amizades. O exemplo é guiado pelo evento de que podemos ter um amigo com quem buscamos conselhos, um outro que escuta nossos problemas pessoais, um outro com quem sentimos prazer ao estudar etc, ou seja, quando as diferenças se completam. Porém, é patente que na obra de Durkheim visa-se a correlação entre divisão do trabalho e solidariedade social. Então perguntamos: é a divisão do trabalho que causa a solidariedade social? De acordo com o autor, sim, mas não apenas ela, pois a complexidade da solidariedade é maior. Vejamos, em alguns casos essa divisão do trabalho pode exibir seu lado perverso (anomia). “A medida que as funções industriais vão se especializando, a luta se torna mais viva, em vez de a solidariedade aumentar” (Ibid; p. 369). Durkheim alega que a divisão do trabalho social em si mesma não produz essas conseqüências maléficas de causar, por exemplo, desavenças entre patrões e empregados, greves etc, meramente por uma necessidade de sua natureza, mas apenas em circunstâncias excepcionais e anormais.

Sendo assim, temos a divisão do trabalho social durkheimiana posta em destaque, quando o homem passa a depender mais do especialista. Se em outros tempos era comum um cientista ser, por exemplo, um matemático e astrônomo ao mesmo tempo, hoje é mais comum que um cientista seja um matemático especializado em um determinado ramo da matemática. Mas essa nova concepção de mundo e de como entender a especialização na divisão do trabalho social toca em pontos éticos. Citando Durkheim:

O homem de bem de outrora já não é, para nós, senão um dileitante, e recusamos ao diletantismo todo e

qualquer valor moral; vemos, antes, a perfeição no homem competente que procura, não ser completo, mas produzir, que tem uma tarefa delimitada e que a ela se dedica, que faz seu serviço, traça seu caminho (Durkheim, 1995; p. 05).

Apesar de, como denotado acima quando citamos Bauman, o conhecimento especializado ser auto-reprodutivo, ele tem grande valor e é bastante utilizado dentro das ONGs por ser mais eficiente na resolução de problemas do que outros tipos de conhecimentos que são baseados em valores tradicionais ou na experiência (Costa, 2004; p.29).

De acordo com Costa, ao utilizar a Pesquisa *Capital Social e Terceiro Setor* realizada em 2000, o número de profissionais especializados nas ONGs só não é maior devido à significativa presença do voluntariado não qualificado nessas organizações (Ibid; p. 49). A pesquisa também aponta que muitos desses profissionais qualificados se dedicam às ONGs em tempo integral, como ocorreria se eles estivessem trabalhando no Primeiro ou Segundo setores, o que indica, segundo Costa, a aguda existência de profissionalização nessas instituições.

O termo profissionalização tem sido de uso corriqueiro no ambiente das ONGs, porém, até quando isto pode ser algo positivo para essas organizações? Tentaremos responder a essa questão no tópico seguinte do trabalho, mas já podemos passar algumas percepções de como a profissionalização tem sido a tônica no debate das ONGs. Inclusive, citando uma empresa que faz propaganda para as ONGs de sites e serviços de internet voltados para o Terceiro Setor, exhibe a frase:

Sabemos que a instituição que não se adequa ao mercado e não muda para atendê-lo, morre (...) Fortalecer a disseminação de ações sociais é imprescindível para a **sua ONG** e para o bem do mundo (autor desconhecido, 2005).

Segundo Soraia Haddad (2002), em artigo para a Gazeta Mercantil, a profissionalização deve ser usada como um caminho que as ONGs devem seguir para se firmarem no mercado do Terceiro Setor (Haddad, 2002). Haddad faz

menção à idéia de um grupo de voluntários que acredita que as entidades são mini-empresas porque têm clientes, orçamento e que se uma ONG busca melhorar o ser humano e uma empresa busca mostrar resultados, ambos objetivos devem caminhar juntos. Nessa concepção, temos que se em uma entidade não há profissionalização, a “caridade é feita por caridade”⁶ (Ibid). Já é notório, inclusive, o aumento da demanda de cursos sobre Captação de Recursos para ONGs, Elaboração de Projetos, Gestão, Marketing Social etc. Muitos desses cursos são ministrados dentro das próprias ONGs e nota-se, também, o aumento de cursos de nível superior (Pós-Graduações) voltados à temática de gestão de ONGs, dentre outros tópicos relacionados.

Leilah Landim, autora favorável ao processo de profissionalização nas ONGs, aborda como tantos outros defensores desse processo que a profissionalização é necessária, principalmente em se tratando de organizações que lidam com problemas complexos como os de ordem social, ambiental ou cultural. Landim ataca a forma como a mídia, por vezes, rotula as ONGs como “gigolôs da pobreza”, com a noção de que qualificação e salário não condizem com ação social. (Landim, 2002). Nas palavras da autora: “É interessante o paradoxo: cobra-se, por um lado, efetividade das ONGs, e por outro se questiona sua busca de profissionalismo e os necessários custos de seu trabalho” (Ibid).

Ainda no tocante às posições de Landim, a profissionalização não retiraria a importância de iniciativas informais que surgem no País a todo instante, que têm objetivos diversos e não estão centradas em missões específicas. O que entendemos como um problema na argumentação da autora, uma vez que, independentemente da importância que uma ONG dá ao quesito profissionalização em sua forma mais ampla, é preciso haver uma administração

⁶ A noção de caridade é ainda muito mais ampla do que a mera frase “caridade por caridade”, que supõe, em certa medida, que essa é apenas um sentimento disperso de bondade. Poderíamos falar, inclusive, em caridade profissionalizada dentro do contexto de nosso trabalho, já que esse prima por entender os processos de profissionalização nas ONGs.

coordenada dessas instituições, pois esta é uma das formas de se preservar a missão da ONG e fazer com que ela tenha validade e para que tal missão seja consistente.

O sociólogo Domingos Armani (1995), que já trabalha com uma posição mais crítica acerca da profissionalização, pontua diversos momentos no desenrolar da construção da concepção de ONGs no Brasil, estabelecendo, dessa forma, o que ele denomina de momento democratizante (época da aprovação da Constituição de 1988); momento privatizante (a partir do governo Collor, em 1990) e momento identitário, que seria uma resultante dos dois anteriores, marcado por problemas como a sustentabilidade dessas organizações. O autor versa sobre os percalços que as ONGs tiveram que enfrentar em um novo contexto histórico que passou a exigir dessas uma intervenção técnica e política muito mais qualificada, algo que se tornou dificultoso para alguns movimentos sociais que operavam com outros tipos de dinâmica.

No Brasil, essas instituições foram ponto de destaque nas Reformas Administrativas que ocorreram nos últimos anos. Dessa maneira, a exigência de contratos de gestão e de um maior controle das ações dessas organizações aumentou, considerando-se que o número de ONGs também teve um aumento significativo.

As crescentes parcerias entre movimentos sociais e ONG com o poder público, especialmente em nível local, mostram o interesse destas organizações em intervir, com a sua autonomia e identidade, no processo das políticas públicas, nos conselhos dialogando com representantes de órgãos públicos e mesmo desenvolvendo projetos conjuntos. Essa linha de ação obrigatória para os atores sociais da sociedade civil questiona o papel específico de movimento e o de ONG, assim como tende a fortalecer a dimensão institucional, e não necessariamente a dimensão social dos movimentos (Armani, 1995).

Um fato que ocorre com frequência significativa é a migração de pessoas que trabalhavam em ONGs e que passam a trabalhar em gabinetes do Estado, algo que, acredita

Domingos Armani, pode “ensombrear” a dimensão política da relação entre Sociedade Civil e Estado⁷. O autor ainda reforça que a exigência de profissionalização e o enfoque gerencial aos quais essas organizações precisam responder passam pelos famosos termos de planejamento estratégico, captação de recursos, marketing etc. Não obstante, existe ainda o que ele entende por enfoque sistêmico, que mescla e articula a dimensão gerencial dessas ONGs com a dimensão sócio-política. Nessa linha de argumentação de Armani, o enfoque gerencial não apenas colocaria as atividades das ONGs como complementares as do Estado, mas sobrecarregaria essas instituições com responsabilidades no combate às mazelas sociais, algo desproporcional à capacidade e recursos de que elas dispõem, o que também leva a entender que os únicos problemas dessas organizações são de ordem gerencial e de gestão, não penetrando na real complexidade que as cercam. É devido a essa óptica distorcida de profissionalização no setor que temos, como mencionado em páginas acima, a exacerbação de cursos de captação de recursos, gestão para ONGs etc.

Rubem César Fernandes (1997) atesta a necessidade das ONGs criarem modelos de autogestão e amarrarem suas ações de acordo com a lógica empresarial de atuação, elaborando projetos que gerem recursos para as próprias organizações a fim de que essas se sustentem – a famosa idéia de auto-sustentabilidade. Fernandes, defensor incisivo das ONGs, apadrinha a competição dentro do setor movida pelo utilitarismo quando essa visa o benefício de uma causa nobre como a promoção de bens sociais, por exemplo.

É notória, então, a forma como as organizações do Terceiro Setor vêm se moldando de acordo com as novas exigências do contexto em que estão inseridas. Essas

⁷ Entende-se também que muitas destas pessoas que eram ligadas ao Terceiro Setor e que migraram para o Primeiro possuíam, principalmente em décadas passadas, uma profissionalização política, diferentemente de uma profissionalização apenas técnica, bastante recorrente atualmente. Cabe também mencionar que a ligação entre partidos políticos, sindicatos, ONGs e a Igreja Católica favorece esse tipo de fenômeno.

mudanças são, inclusive, refletidas no voluntariado que, apesar de ainda carregar em muitas entidades uma tradição que não preza pelo profissionalismo, tenta se adaptar às novas condições. É, pois, com a questão do voluntariado que abrimos nosso próximo tópico.

3. UM BALANÇO DOS EFEITOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Como fora denotado no tópico anterior, é patente que a profissionalização vem sendo, a cada dia, mais solicitada dentro das ONGs. Sabemos como a idéia do voluntariado, que tanto viabilizou a emergência dessas instituições, não é uma página virada em suas histórias. Mediante tal assertiva, nos cabe colocar, mesmo que de forma breve, como tem se dado esse processo de trabalho voluntário recentemente.

Vilma Lima elaborou um trabalho de dissertação de Mestrado que visa compreender como se dá a relação do voluntariado dentro da perspectiva de profissionalização inculcada nas ONGs. Lima (2004) afirma que o voluntariado tem tido uma visibilidade crescente, o que indica sinais de mudança no Terceiro Setor. Entrementes, nos convém salientar que a forma como se tem realizado essas práticas voluntárias também mudou, uma vez que as ações agora estão sendo exercidas de forma organizada e sistemática (Lima, 2004). Para termos uma base em dados quantitativos sobre o que versamos, convém citarmos um levantamento de 1998, realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa (IBOPE):

(...) se constatou que 50% das pessoas fazem doações em dinheiro ou bens para instituições; dentre esse percentual, temos 21% que doam dinheiro e 29% que doam apenas bens, como alimentos. O número de pessoas que doam alguma parte de seu tempo para alguma instituição ou para uma outra pessoa que não faça parte de suas relações próximas, corresponde a 22,6% da amostra, sendo que 16% fazem voluntariado apenas em instituições, ou seja, 13.905.532 pessoas, com uma média de 6 horas semanais (Ibid; p. 14).

A ação voluntária é um fenômeno complexo, que vai além da troca de trabalho por resultados previstos em metas. Ela envolve a construção de vínculos, a busca pelo bem do outro e uma esfera de interesses pessoais, afinal, muitas pessoas se dedicam a esse tipo de trabalho por acreditarem que ao ajudarem ao próximo estão contribuindo para seu próprio crescimento pessoal em sua forma mais íntima. Tal complexidade se depara com os padrões de profissionalismo exigidos atualmente. Assim é que entendemos que essa complexidade se anula relativamente quando uma organização molda seu funcionamento a padrões de profissionalismo que visualizamos no tópico anterior.

O hibridismo nessas instituições também é posto em voga, afinal, como pode um voluntário atender às exigências técnicas presentes atualmente nas ONGs se ele não é um profissional assalariado ou meramente um prestador de serviços? O que existe na lógica do voluntariado que o sustenta? Conforme afirma Lima:

Entendemos também que a relevância deste tema está na possibilidade de compreender o voluntariado como uma ação híbrida onde se percebe a presença de uma pluralidade de lógicas não redutíveis aos determinantes utilitários, ultrapassando, portanto, uma visão economicista e reducionista que supõe o ser humano como um ser essencialmente egoísta, agindo em função de seus próprios interesses (Ibid; p. 17).

Se faz presente, assim, a necessidade de considerar essas interações humanas para além dos cálculos e do mero utilitarismo, algo que muitas vezes fica inviável porque a profissionalização tende a desconsiderar vínculos, uma vez que está regada pelo tecnicismo e pelas exigências já descritas. Então, podemos dizer que existe um modelo híbrido presente nas ONGs que faz com que essas tentem balizar o tecnicismo junto aos valores humanitários e ligados à benevolência. Marcel Mauss (2002) contribuiu indiretamente nessa linha de argumentação quando realizou uma pesquisa sobre os trobriandeses, alegando que o que existe na relação daquele povo é uma união entre o que entendemos como humanitarismo e utilitarismo. Apesar de Mauss não ter se

debruçado ao estudo das ONGs, ele oferece suas contribuições na medida em que, como um clássico das Ciências Sociais, seus escritos nos ajudam a visualizar que questões antigas como a relação entre humanitarismo e utilitarismo podem ser vistas em épocas diferentes sob outras lentes, ou seja, o debate travado pelo autor em épocas passadas retorna hoje em temas relacionados ao Terceiro Setor.

O trabalho voluntário é um espaço no qual o indivíduo se põe enquanto produtor e construtor da sociedade, o que não significa que deva ser levado sem compromisso. Quando versamos sobre compromisso, não nos remetemos às simples formas de como trabalhar bem e como se profissionalizar, mas sim ao compromisso que tem um enfoque significativo (o agente age em conformidade com seus valores) e, inclusive, é o que deve fomentar o interesse por tal tipo de trabalho. Em outras palavras, o trabalho voluntário atualmente tem se deparado com dois tipos de compromisso: o significativo e o utilitário. Não obstante, como dosar essas medidas de um e de outro dentro do dia-a-dia nas instituições? Dizemos, então, que com o novo fluxo de profissionalismo o compromisso significativo tende a ficar cada vez mais preterido, algo que a nosso ver se constitui em um problema.

Mesmo com as posições descritas acima, não desconsideramos a importância da racionalização nas ONGs. Segundo Falconer (1999), o profissionalismo é capaz de minimizar a noção deturpada de que o Terceiro Setor é um meio composto por voluntários abnegados. Porém, entendemos como uma dificuldade o fato desse novo voluntariado (que tem sido feito por pessoas cada vez mais profissionalizadas) estar em um veio no qual as instituições são vistas como empresas sociais em busca de resultados.

A dimensão social não deveria ser perdida com o risco de fechamento das ONGs em sistemas mais rígidos de funcionamento. O excesso de tecnicismo tende, então, a uma diminuição da participação dos voluntários, tendo em vista que tal lógica é semelhante às lógicas do Primeiro e Segundo setores.

Costa (2004), por sua vez, advoga que esse conhecimento técnico e especializado pode transformar o

vínculo social em uma relação meramente impessoal de trabalho, fazendo com que as pessoas envolvidas nessas organizações do Terceiro Setor deixem de agir em conformidade com suas experiências e valores pessoais para fazer valer a voz da técnica (Op. Cit; p. 26). Weber (1977) frisa a importância da impessoalidade como sendo uma característica das instituições públicas e privadas. Vale colocar também que na modernidade a noção de utilitarismo é aguda, entretantes, isso tende a ocorrer com maior frequência nos espaços de relações secundárias entre os indivíduos, algo combatido dentro das ONGs. - ou pelo menos deveria ser com mais constância mediante a exacerbação do profissionalismo.

Apesar de todo o denotado, existe ainda um problema envolvendo o quadro de profissionais especializados que trabalham nas ONGs. Muitos desses saem das universidades e vão para essas organizações com o intuito único de adquirirem experiência profissional e, posteriormente, migram para os demais setores, afetando o compromisso que deveriam ter com as ONGs ou com o fator social visto de um modo amplo. Isso tem ocorrido, principalmente, com os profissionais mais jovens. Cabe mencionar que esses técnicos mais jovens, que não vivenciaram os processos de mudança na história dos movimentos sociais, levam menos em conta a importância da missão nas organizações do que se comparados aos mais velhos e que dedicaram boa parte de suas vidas a uma causa social. Em outras palavras, quando o profissionalismo invade as ONGs simplesmente para realizar um trabalho técnico como outro qualquer, faz com que exista um fluxo grande de pessoas entrando e saindo das organizações com interesses pessoais, como a busca de melhorias salariais, sem uma consciência ou compartilhamento da missão.

O que a gente percebe, na maioria das instituições, é a falta de abraçar a causa. Os técnicos que chegam para trabalhar, na maioria das vezes, não vêm com o intuito coletivo, vêm com o intuito pessoal (...)⁸.

⁸ Falas retiradas de entrevistados na pesquisa de José Ricardo Ferreira da Costa (2004; p. 53).

Outra dificuldade que nós enfrentamos, e que diz respeito à questão do próprio técnico, é que, na maioria das vezes, nós encontramos pessoas com perfis para está atuando e pelo fato de termos poucos recursos e as ONGs terem pouco dinheiro, existem outras instituições que pagam melhor e a gente acaba perdendo o profissional (Ibid).

Dessa maneira, a dosagem excessiva de profissionalização coloca em xeque as relações primárias baseadas no companheirismo ou em outras manifestações de socialização primária que tendem a valorizar o vínculo entre os participantes das ONGs em vez das funções que tais indivíduos ocupam. As ONGs são famosas por tentarem diminuir a hierarquia de trabalho existente em um estabelecimento, ou seja, se uma empresa, por exemplo, tem seus cargos e funções bem definidos dentro de uma pirâmide hierárquica, nas ONGs a tentativa é o de fazer com que essas fronteiras entre as funções e cargos dos atores sociais tornem-se cada vez mais porosas, primando por uma relação horizontalizada de trabalho e é esse tipo de relação que pode ser afetada com o excesso de padrões mercadológicos que passam a ingressar nas ONGs.

Um outro empecilho nesse processo, também versado por Matos (2003; p. 49), é que com o advento da profissionalização os agentes sociais que trabalham nas ONGs procuram passar seus conhecimentos adquiridos nas universidades, por exemplo, para o ambiente de trabalho, algo elementar e que dá um grande sentido às ações desses agentes e do porquê desses serem especializados e irem ao encontro, cada vez mais, de conhecimentos. Todavia, esse tipo de conhecimento muitas vezes não está preparado para ingressar nas comunidades, devendo antes ser lapidado e adaptado às reais condições das comunidades envolvidas, algo que muitas vezes não ocorre e que passa, então, a distanciar a realidade do profissional da ONG com a do receptor da ação.

Leilah Landim, em entrevista cedida à Revista do Terceiro Setor (2002), ao ser indagada se o financiamento do governo e de empresas a ONGs interfere ou não na independência dessas organizações declara que o fato dos

mesmos serem dependentes dos demais setores interfere sim nas suas agendas. Landim aponta o erro de muitas instituições, em busca da chamada auto-sustentabilidade, passarem a se voltar ao mercado vendendo objetos, por exemplo, pois podem findar por se desvirtuarem de seus objetivos, afinal, o objetivo das ONGs não é mercadológico. Destarte, afirma que o problema da sustentabilidade sempre se fará presente de acordo com o contexto no qual essas organizações estão inseridas atualmente. Eis, então, quando fica mais visível a necessidade das ONGs em se manterem firmes em suas missões para que essas ONGs possam ter mais autonomia em relação aos demais setores, pois elas precisam trabalhar de acordo com suas missões e não de acordo com as propostas de financiamento que recebem que muitas vezes têm outros direcionamentos. Dessa forma, devemos relativizar os pontos extremos que, de um lado, afirma que as ONGs são autônomas e, de outro, alega que nenhuma ONG pode assim ser.

Por fim, podemos entender que estamos diante de um problema que ainda carece, e bastante, de amadurecimento não apenas por parte de cientistas sociais, mas principalmente pelos agentes que atuam no Terceiro Setor, a saber: as ONGs estão se desconectando de suas missões éticas e valores centrais para atenderem às demandas de profissionalismo. Ter a consciência desse fato é o primeiro passo para refletir o processo como um todo e intervir na história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso texto com a problemática da missão nas ONGs e demos continuidade a esse com o fator da profissionalização nessas organizações. Entrementes, cabe denotar porque tivemos a necessidade de expor essas duas linhas em um mesmo trabalho que, apesar de por vezes aparentar que ambas não possuem um laço tão amarrado que as liguem, busca entender a profissionalização das ONGs a partir de um enfoque que vai além do tecnicismo.

Se primássemos meramente por entender os processos de profissionalização e de como esses ocorrem no Terceiro

Setor, bastaríamos ter nos debruçado sobre os dois últimos tópicos (O Profissionalismo nas ONGs e Um Balanço dos Efeitos da Profissionalização). Todavia, referendar o fator missão é imprescindível na medida em que quando versamos sobre os problemas que esse tipo de profissionalismo pode alimentar, tocamos em pontos éticos e morais que estão presentes nos discursos das missões das ONGs. É nessa construção de missão que a instituição finda por construir a voz de seus princípios e do que essa entende por correto ou não.

O que tentamos expor é que se uma instituição do Terceiro Setor não referendar a idéia de que a prática mercadológica dentro das ONGs é negativa, essa óptica deveria estar contida em sua missão, pois para os agentes sociais que exercem tais práticas não haveria o porquê desse diálogo sobre os efeitos do mercadológico, já que eles estariam cumprindo a formalidade de se aterem fixos às suas missões. Dito de uma outra maneira, se uma ONG acreditasse que agir com profissionalismo e de acordo com a lógica de funcionamento empresarial seria algo positivo para a instituição e essa idéia estivesse contemplada pela missão da ONG e pelas percepções dos agentes sociais que dela fazem parte não haveria tanto o que debatermos. Não obstante, não se trata de apelarmos para o legalismo e defender que é suficiente o que está na missão da instituição ser posto em prática para que nosso diálogo se encerre. Dito de uma outra maneira, tentamos questionar não apenas o compromisso que as ONGs devem cumprir com rigor ao agirem em suas práticas, em coerência com o que pregam suas missões, mas também discutir a própria missão em sua forma mais ampla e aberta a novas reflexões e foi por esse motivo, então, que reservamos um tópico para 'Um Balanço dos Efeitos da Profissionalização', como um estímulo ao debate.

Podemos dizer, então, que existe um pólo que liga a missão das ONGs com o debate acerca da profissionalização. Mas onde estaria localizado tal pólo? Podemos levantar uma outra questão em cima dessa: A tensão de quando versamos sobre profissionalização no Terceiro Setor é relacionada apenas à profissionalização como um todo ou a uma profissionalização meramente utilitarista? Bem, ao toque de toda nossa argumentação, respondemos que o problema e a

grande polêmica que da missão advêm estão no tipo de profissionalização, nessa profissionalização técnica/utilitarista. Desta forma, a missão das ONGs se coloca diante do grande problema que fez gerir toda a inquietação de nosso trabalho: absorver esse valores, debatendo e refletindo, para transcodificá-los para seus estatutos e para suas práticas de ação.

Um outro ponto que também merece destaque nessas considerações finais é em torno da questão de até quando uma ONG coloca a necessidade de captar recursos de forma explícita como uma missão? Mesmo tendo claramente que sem meios não há como manter uma entidade, cabe notar que o dinheiro no Brasil e a aquisição desse é muitas vezes tido como um tabu, o que dificulta a transparência na leitura das missões das ONGs. Consideramos que uma ONG ter como sua principal missão a captação de dinheiro é algo totalmente fora do que entendemos como uma organização do Terceiro Setor, mas como essa captação de financiamentos tem que fazer parte do dia-a-dia das organizações, ela deveria ser encarada de forma mais aberta e transparente, fazendo parte, inclusive, do estatuto das ONGs, algo que hoje nem todas as instituições do Terceiro Setor realizam dessa maneira. Em outras palavras: uma ONG não pode ter como missão ganhar dinheiro, mas deve colocar claramente em sua missão que precisa levantar meios para sua sustentabilidade e explicitar, nessa missão e nos estatutos, como realizar essa tarefa.

Como horizonte para uma futura continuidade de trabalho, que ainda foi tão pequeno frente à complexidade do tema, visamos explorar a idéia que se tem de missão no estatuto, no papel, isolada da missão na prática. Rever também como a globalização interfere nesse processo e como as noções de caridade e voluntariado têm sido revisadas a cada tempo, isto é, estudar o voluntariado em seu modelo atual e não congelado às práticas mais antigas de ação social, um passo que já foi iniciado com bastante rigor por Vilma Lima (2004) e que ainda sugere novas investigações.

A tudo isso, como não poderíamos isolar, visaremos estudar a relação entre profissionalismo e as fontes de financiamento que, como dito desde o início de nosso texto, é umas das maiores inquietações que sugere nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zigmunt (1999), *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. (1999), *Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das Organizações Não Governamentais?* In: revista do GENEIT/PPGA/UFRGS. 24p.
- CORCIONE, Domingos. (1998), *Planejamento Estratégico: algumas orientações*.
- COSTA, José Ricardo Ferreira da. (2004), *Sociedade Civil, Humanitarismo e Utilitarismo: um estudo empírico sobre os padrões de solidariedade das ONGs da RMR*. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE.
- DURKHEIM, Émile. (1995), *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes.
- FALCONER, Andres Pablo (1999). *A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação de Mestrado em Administração. São Paulo: USP
- FERNANDES, Rubem César (1994). *Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1994), "Missão". In: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Nova Fronteira.
- HADDAD, Soraia. (2002). *A profissionalização chega às Organizações Sociais*. Gazeta Mercantil.
- LANDIM, Leilah. (2002). "É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG". In *Revista do Terceiro Setor*.
- LATOURETTE, K. S. (1949), *Encyclopedia of the Social Sciences*. V. 9, Nova Iorque, p. 536-546.
- LIMA, Vilma Soares de. (2004), *Dádiva e Voluntariado: Ações de Apoio Junto a Portadores de Câncer*. Recife. Dissertação de Mestrado UFPE.
- NOVA, Sebastião Vila. (1985), *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas.
- POWELL, Walter, et al. (1998), *Private Action and the Public Good*. London, Yale University Press/New Haven & London.
- WEBER, Max. (1977), *Economía y sociedad*. México: Fondo de cultura econômica. V. I.

Sites Utilizados:

Aids Alliance. Disponível em: www.aidsalliance.org. Acesso em: novembro de 2005.

ARMANI, Domingos. *Aids e Sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade*. Disponível em: www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/sustdst.htm. Acesso em: janeiro de 2006.

DEARO. Disponível em: www.dearo.com.br/website/conteudo. Acesso em: novembro e 2005.

EADE, Deborah; LIGTERINGEN, Ernst. (2005). *As ONGs e o futuro: fazer o inventário, dar forma aos debates, mudar as práticas*. Disponível em: www.developmentinpractice.org/readers. Acesso em: novembro de 2005.

Moradia e Cidadania. Disponível em www.moradiaecidadania.org.br. Acesso em fev. 2006.

RIBAS, Fábio. (2005). *Revista Psicologia Argumento*, Volume 23, nº 42, Julho/Setembro 2005. Disponível: www.pucpr.br/psicologiaargumento. Acesso em: janeiro de 2006.

ENTRE A LENDA E A REALIDADE: O FASCÍNIO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Márcia d'Acampora¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar como, a ocupação do espaço amazônico desde as primeiras explorações aventureiras até as políticas governamentais desenvolvidas, se pautaram na apropriação do imaginário coletivo, utilizando-se do conhecido fascínio que as lendas da Amazônia sempre exerceram com a busca das riquezas da lendária Manoa.

Palavras-chave: lendas amazônicas; imaginário; viagens exploratórias; políticas públicas.

¹ Professora adjunta do Departamento de História da UFRR

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa realizada entre os anos de 1995 e 1999. A idéia principal era estudar a região de Roraima nos anos de 1940 e verificar como a sociedade local percebeu sua mudança de condição, deixando de ser uma parte integrante do estado do Amazonas para ser um território tutorado pela União, mas independente, uma nova e autônoma região do país. Logo no primeiro contato com as fontes percebeu-se o orgulho e o fascínio de “ser amazônico”, mas ninguém conseguia definir o que era este ser amazônico.

E para que se compreendesse este significado, primeiramente, foi preciso identificar historicamente de onde surgiu o fascínio que a região amazônica exerce sobre o imaginário popular, não somente nos dias atuais com temas tão em voga como as questões indígenas, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, mas desde as primeiras “aventuras dos homens” nas navegações, fazendo-se um contraponto entre a realidade e as lendas.

1 - A DESCOBERTA DO RIO AMAZONAS – REALIDADE E LENDA

Pode-se afirmar que a conquista dos sertões, a marcha para o oeste, chegando até às políticas de integração dos governos militares se pautaram em todo um imaginário que definia a Amazônia como uma terra de riquezas sem fim, disponível para quem tivesse ousadia e coragem. Carvalho explica que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”. Por meio do imaginário é possível “atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. (Carvalho, 2001)

Desde as primeiras viagens marítimas, quando o europeu saía em busca de novos caminhos para as Índias, ou do El Dorado, do Paraíso na Terra, enfim de um lugar repleto de riquezas, ele tinha em mente as histórias das aventuras de Marco Pólo e outros exploradores, nas quais o mítico e o real se misturavam (Buarque de Holanda, 1994). Segundo a lenda, a mais difundida entre os viajantes da época, existiria um reino,

Manoa, cujo Imperador tinha ouro em pó espalhado pelo corpo todos os dias; como forma de um ritual, banhava-se nas águas de um grande lago, deixando, desta forma, o ouro depositado em seu leito.

Para que se compreenda o fascínio que as áreas consideradas inexploradas, como as da região Amazônica, por exemplo, exerciam, é necessário lembrar que para estes homens, dos séculos XV, XVI e XVII, a possibilidade de conseguir fama e fortuna era mais importante do que sua própria segurança, justamente pela nova condição de vida pela qual a Europa passava. Após o término da Idade Média, com a nova realidade imposta pelo Mercantilismo, as oportunidades de crescimento não estavam na agricultura em solo pátrio, mas sim na busca de novas terras, do caminho para as Índias, com suas especiarias, nas Navegações e no comércio. A procura por metais preciosos, o enriquecimento garantido, a aventura através do desconhecido, tudo se misturava e fazia parte do imaginário popular dos homens que embarcavam em expedições exploratórias, que nem sempre obtinham êxito.

Este sentimento é reforçado na medida em que se recorda que praticamente não havia mobilidade social naquele período, a expectativa de progresso econômico pessoal girava em torno da possibilidade de enriquecimento através destas viagens. Segundo Gondim “o descobrimento da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia em ascensão um novo campo de atividade”: a descoberta e colonização da América, os mercados do Oriente, o intercâmbio entre as colônias e a multiplicação dos meios de troca acelerou o desenvolvimento do elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (Gondim,1994,14). A maioria das notícias que se tem sobre as viagens são relatos feitos por cronistas, alguns destes religiosos, que normalmente acompanhavam estas expedições.

Uma grande parte dos feitos extraordinários empreendidos pelos viajantes ou dos seres exóticos que habitariam estes lugares ermos provêm destas crônicas. Falava-se da existência de homens com olhos no meio do peito, com os pés para trás, com duas cabeças, criaturas aladas, enfim, características que marcariam bem a diferença entre os seres que poderiam habitar as terras longínquas e os

viajantes do velho mundo. A imaginação em relação ao que se poderia encontrar nas viagens, além da riqueza praticamente garantida, fazia parte do dia-a-dia daqueles exploradores.

Colombo, por exemplo, quando de sua 1ª viagem à procura de nova rota para as Índias, em 1492, “não podia ter certeza de que no fim do oceano [Atlântico] não havia um abismo, e, conseqüentemente, [não haveria uma] queda no vazio” (Todorov,1993,7). Também não podia ter certeza de que a viagem para oeste não significava uma descida e que para voltar teria que subir o oceano, pois se acreditava que o velho mundo ficava no topo da terra. Assim as cartas náuticas, que também eram feitas com base nos relatos ou crônicas das viagens, poderiam sofrer com o excesso de imaginação do seu autor.

Desta forma, torna-se possível compreender porque as esperanças superavam os medos. Para o homem da época, tudo estava envolto numa aura mística, perpetuada pelos mapas traçados, pelos relatos dos cronistas, pelas notícias que se tinha que misturavam a realidade e a fantasia, criando inúmeras lendas. Os exploradores, de uma maneira geral, ao se aventurar em terras desconhecidas, ignoravam as características preexistentes das sociedades locais, impondo sua presença e seus hábitos. Dentro deste espírito desbravador, por mais remota que fosse a possibilidade de tornar-se um verdadeiro senhor de seu próprio mundo, levava os homens às expedições. Para Francisco de Oliveira:

Descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O conquistador por essa lógica, se arvora de todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o Conquistador quase um deus (Francisco de Oliveira in: D’Incao, Maria A. & Silveira, Isolda M. . A Amazônia e a crise da Modernização,1994.p.85)

As regiões ao Ocidente da Linha de Tordesilhas não foram descobertas junto com o Brasil de Cabral, elas tiveram de ser desbravadas, exploradas, conquistadas. O espírito expansionista dos homens da modernidade teve, em relação

às Américas, papel primordial na formação dos espaços e fronteiras, conforme vemos atualmente.

Os aventureiros do século XVI, que queriam ser os donos e senhores dos grandes espaços vazios, viam nestas regiões inexploradas a promessa de uma riqueza inesgotável, quer na forma de ouro, pedras preciosas e especiarias, quer como o desafio de domar o espaço selvagem e dele retirar tudo o mais que a natureza pudesse oferecer.

A corrida em busca do El Dorado com a lenda de Manoa e o Parima (ou Parime), seu lago repleto de ouro, levou os homens à região Amazônica, mais especificamente ao antigo estado do Amazonas, em busca da confirmação das lendas, porque este reino poderia estar situado em algum lugar do mundo amazônico (Gondim,1994,119). Conseqüentemente, esta procura foi desbravando os espaços e tornando-os relativamente conhecidos. Os exploradores, de posse de cartas náuticas repletas de fantasias e erros, mas as únicas disponíveis naquele momento, acreditavam na sua existência e imaginavam que o reino de Manoa às margens do lago Parima não deveria ser de difícil localização. Com informações deste tipo, e não somente atrás do El Dorado, os portugueses e os espanhóis partiram em busca de novos mundos a conquistar.

Os aventureiros chegaram à América e aqui disputaram, palmo a palmo, todo o continente. Além dos rigores da selva, ambiente totalmente diferente daquele a que os europeus estavam acostumados, o choque com os índios locais foi inevitável. Mas também foram, aos poucos, reconhecendo o contexto, realidades que não constavam nos mapas que possuíam.

1.1 – OS PRIMEIROS NAVEGANTES

O primeiro relato que se tem notícia sobre o contato de um europeu com as águas do rio Amazonas deu-se em 1499, através de Vicente Yañes Pizon, que veio da Espanha, e, descendo através do Caribe, ao costear o litoral norte brasileiro, percebeu estar navegando em águas doces. Após navegar por sua desembocadura, seguiu a costa do litoral do atual Estado do Amapá, e sempre em direção ao norte, passou

pela foz do Oiapoque. Pinzon batizou o rio que se encontrava com o oceano como “Santa Maria de la Mar Dulce” (Souza, 1994,22). No início de 1500, Diego de Lepe, que se aventurou pelo litoral brasileiro seguindo a mesma rota de Pinzon, também chegou à foz do Amazonas, que denominou de rio Marañon.

Por volta de 1540, já circulavam na Europa as histórias sobre a revelação das Américas, sobre o rio Grande de la Mar Dulce ou Marañon, e, junto com elas, a história do El Dorado. No território Inca, no Peru, havia rumores sobre a existência de grandes riquezas a leste de Quito. Dizia-se que, além dos Andes, ficava o país de La Canela e do El Dorado. Ainda em 1540, os espanhóis Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana começaram a organizar, em Quito, uma expedição para a exploração e tomada de posse das terras orientais espanholas americanas, segundo garantia o Tratado de Tordesilhas, onde estariam localizadas as terras amazônicas. Pizarro, seguindo os passos dos exploradores da época, tinha em mente dois objetivos: o primeiro era encontrar especiarias, principalmente a canela, e o segundo era o de encontrar o reino do El Dorado.

No ano seguinte, Pizarro e Orellana partiram com sua expedição descendo dos Andes rumo ao Atlântico, através do Mar Dulce de Pizon, penetrando na região da floresta. Esta viagem foi documentada pelo frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição, que em seu relatório “Relacion del Nuevo Descubrimiento del Famoso Rio Grande de las Amazonas” afirmou que Orellana sabia como se aproximar dos índios e aprendia sua língua rapidamente. Segundo ele “depois de Deus, o seu entendimento das línguas foi o fator pelo qual nós não sucumbimos” (Souza,1994,26).

Ainda segundo Carvajal, uma das lutas mais ferrenhas enfrentadas pela equipe de Orellana deu-se quando eles estavam próximos ao rio Tapajós. Em meio aos guerreiros, eles avistaram mulheres, as chamadas Amazonas “que pareceram-lhe muito altas, corpulentas e brancas com o cabelo trançado e enrolado na cabeça, em pêlo, mas com um ligeiro sendal, com arcos e flechas nas mãos”(Correia Filho, 1942,266/67). Em agosto de 1542, a expedição através do rio terminou, com a equipe de Orellana desembocando no mar e subindo em direção ao Caribe, à procura da ilha de São Domingos.

Carvajal explicava que devido a este confronto, o antigo Mar Dulce chamar-se-ia agora rio das Amazonas.

Mais uma lenda que se misturava com a realidade na epopéia expansionista na Amazônia. Após esta viagem de Oréllana e os relatos do frei Carvajal, outras expedições se aventuraram pela Amazônia, usando o rio como porta de acesso. Entre os anos de 1530 até o final de 1600, várias expedições penetraram na região. Os alemães George de Spires (1536) e Philip von Hutten (1541) desceram dos Andes em direção à floresta tropical. Em 1549, chegou à fronteira do Brasil com o Peru um contingente de índios tupi que havia migrado, subindo o rio. Eles afirmaram que estavam fugindo dos conquistadores portugueses que queriam escravizá-los, e falaram também sobre o reino de Paititi, onde, segundo afirmavam, havia muito ouro e pedras preciosas (Oliveira, Adélia, 1983, 164). Para verificar a veracidade destas informações, o vice-rei do Peru organizou uma expedição com o objetivo de chegar a este reino de fabulosas riquezas e enviou os espanhóis Ursua, Aguirre e Guzman, em 1560. Eles percorreram todo o rio em 94 dias.

Foi somente em outubro de 1637 que foi organizada uma expedição comandada por portugueses. Desta vez, foi utilizada uma rota contrária a dos primeiros exploradores: Pedro Teixeira saiu do Pará em direção a Quito do Atlântico rumo aos Andes. Esta foi considerada como uma expedição exemplar em termos logísticos, Pedro Teixeira seguiu para os Andes na companhia de mais de duas mil pessoas. Até esta época, o ponto mais avançado que os portugueses haviam percorrido era no atual Estado do Maranhão, onde haviam erigido o fortim de Gurupá em substituição ao de Mariocai, dos holandeses.

Esta expedição de Teixeira, que fez a viagem de ida e volta, foi mapeando e reconhecendo em favor da coroa portuguesa a região, e “por meio dela, ocupou todas as terras, desde a foz do Amazonas até a foz do rio Napo, em nome da coroa portuguesa” (Oliveira, Adélia, 1983, 178). O cronista desta expedição, padre Christobal Acuña, descreveu pela primeira vez os habitantes da região, fazendo um relato sucinto sobre os mais variados grupos indígenas, em “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas”. Escreveu também sobre a

fartura e a variedade de frutas comestíveis e abundância peixes e caça, enfim, descreveu o estilo de vida dos seus habitantes (Correia Filho, 1942, 18).

Segundo as informações de Acuña, ainda nesta época a região era intensamente ocupada por nações indígenas, além de brancos, que procuravam mão-de-obra escrava entre os índios, e outros que haviam-se estabelecido na região. Durante estes quase cem anos, decorridos entre a primeira viagem pelo rio Amazonas, descrita pelo frei Carvajal, e a viagem de Pedro Teixeira de ida e volta de Belém a Quito, narrada pelo o padre Christobal de Acuña, haviam sido instaladas ao longo da Amazônia algumas bases de vários países que também tinham interesse em tomar posse da região.

1.2 – TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO EUROPÉIA ANTES DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA

Depois destas viagens exploratórias, “a imensidão do Mundo Amazônico, com sua pujança, seus índios incontáveis, suas lendas e a possibilidade efetiva de tornar-se um El Dorado” despertou o interesse de vários aventureiros do mundo europeu (Oliveira, Adélia, 1983, 165). Antevendo a possibilidade da exploração de seus produtos naturais, e não somente contando com a possível existência de ouro, alguns países que haviam ficado fora da partilha do mundo feita pelos tratados que culminaram com o Tratado de Tordesilhas, começaram a cobiçar esta parte da América recém descoberta. Acredita-se que foram os ingleses, entre os europeus não-ibéricos, os primeiros a aportar na região. Em 1595, a expedição de Sir Walter Raleigh chegou até a embocadura do rio Orenoco em busca do El Dorado. Em seguida, os holandeses percorreram a costa norte desde o Cabo do Norte (atual Amapá) até o Orenoco, onde implantaram as primeiras colônias e feitorias comerciais e militares na Amazônia brasileira. De uma maneira geral, estes exploradores instalaram-se entre o Oiapoque e as cercanias do rio Tapajós, ao longo do Amazonas e seus tributários. Os ingleses e, provavelmente, os irlandeses, fixaram-se na costa do Amapá e em torno de Marajó; os holandeses no vale do Xingu e os franceses subiram o Tocantins.

Oliveira afirma que estes empresários mercantilistas conseguiram empreender um expressivo comércio local:

Coletaram o urucu e sementes oleaginosas, exploraram as madeiras exóticas que encontraram, praticaram a pesca do peixe-boi e a exportação de diversos peixes salgados, plantaram tabaco e cana-de-açúcar e rum, comerciaram com os Aruans e Tupinambás e trouxeram escravos negros da Guiné, que eram os trabalhadores da lavoura e dos empreendimentos comerciais. Estradas terrestres não havia e o caminho que utilizaram, em suas perambulações pela Amazônia, foi o rio grande das Amazonas e seus afluentes. (OLIVEIRA, Adélia. In SALATI, Enéas e outros. Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.164).

Eles conseguiram, efetivamente, descobrir uma forma de exploração do El Dorado amazônico. Os holandeses fundaram colônias no rio Essequibo (1616) e Berbice (1627) (Guiana Holandesa), e os ingleses no Suriname em 1651, de onde foram expulsos pelos holandeses em 1667. Os franceses, por sua vez, conceberam um “ambicioso projeto de conquista do vasto território, que ia da boca do Orenoco, ao norte, até a ilha do Maranhão, a sudeste” (Souza, 1994,47), aonde fundaram a cidade de São Luís, e estabeleceram-se também em Caiena (atual Guiana Francesa).

1.3 – LUTAS PELA ANEXAÇÃO DO TERRITÓRIO: A OCUPAÇÃO PORTUGUESA E A COLONIZAÇÃO

Dentro deste contexto de expedições e descobertas, deu-se a entrada dos portugueses neste território tão disputado. Isto ocorreu, segundo Correia Filho, após a viagem bem sucedida de Pedro Teixeira em 1637, que “evidenciou a imensidão do território devassado, que reclamava ocupação efetiva por quem tencionasse anexá-lo aos seus domínios” (Correia Filho, 1942, 275). Os portugueses já estavam decididos a ultrapassar o meridiano das Tordesilhas, bem como de descobrir no Brasil riquezas semelhantes as das

possessões espanholas, provavelmente, o que os portugueses queriam, na realidade, ao expulsar seus concorrentes, era ficar com o mercado de açúcar e das “drogas do sertão” e para isto necessitavam ocupar, efetivamente, a área cobiçada (Adélia Oliveira, 1993, 169).

Para Meggers, “aos olhos dos estrangeiros, a Amazônia era principalmente uma fonte de produtos exóticos que podiam ser vendidos por preços elevados” (Meggers, 1977,192). E o Amazonas era a grande estrada de ligação de toda a região, por isso era necessário dominá-lo com o auxílio, e o estímulo, das expedições exploratórias. Portanto, a luta pela anexação desta região e a garantia de sua posse efetiva exigiram a tentativa de fixação de elementos nacionais, civis ou militares, junto a regiões fronteiriças. A primeira providência era a de garantir a posse do rio e com este objetivo, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado ao norte onde fundou, sobre a baía do Guajará, um forte que denominou Presépio, lançando as bases para a fundação da cidade de Santa Maria de Belém (atual cidade de Belém). A finalidade deste povoamento era a de assegurar a foz do rio Amazonas, garantindo para Portugal o controle de toda a bacia Amazônica e as terras que pertenciam à Espanha.

Após a expulsão dos franceses da região do Maranhão, os portugueses elaboraram uma estruturação administrativa nas terras conquistadas na base de capitânicas, sem cunho hereditário, para o estabelecimento de colonos como forma de ocupação efetiva do solo. Como esta parte do Brasil comunicava-se com muito mais facilidade com Portugal do que com Salvador ou Rio de Janeiro, além de ser uma área muito grande que necessitava de um governo independente que pudesse agir com rapidez para sua defesa, as capitânicas do Norte do país foram desmembradas do Estado do Brasil, e foi criado o Estado do Maranhão. Posteriormente Estado do Maranhão e Grão-Pará, cujas decisões políticas e administrativas vinham diretamente de Portugal.

A lenda espanhola do El Dorado ainda se repetia entre os aventureiros. Ao descrever este período de expansão interna, Teixeira Soares afirma que:

Nesta fase da fundação e povoamento do Brasil tudo pode ser lendário, tudo pode ser mítico, tudo pode ser fantasioso. Apalpava-se a terra. Mas havia muita coisa de verdade nas informações que os portugueses obtinham com penoso sacrifício e muita espionagem. Como quer que seja, a terra ali estava a seduzir o aventureiro, porque é verde, é imensa, é cortada de rios, porque o mistério a deja em toda a parte. É a angustiosa epopéia do devassamento das terras. É a epopéia do achado das riquezas. É a epopéia da mistura de sangue europeu e índio. É a epopéia da Cruz, da Espada e da Esperança. (TEIXEIRA SOARES. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1973. pp. 28-29).

Começou o ciclo de explorações nas terras demarcadas pelo Tratado, e alterando a linha pré-estabelecida pelo acordo feito entre as coroas espanhola e portuguesa, o território português foi se ampliando. Estas expedições saíam sempre em direção ao Oeste e, desbravando cada vez mais o interior, subiam ou desciam, ampliando gradativamente a configuração das fronteiras, alargando o território nacional. As expedições rumo ao norte tinham por meta chegar à bacia do Amazonas, reconhecendo suas ligações fluviais. Esta expansão foi conquistando para o Brasil mais e mais territórios, auxiliando o seu crescimento, através de terras que foram se incorporando aos poucos ao domínio da Coroa Portuguesa.

Essa incessante procura por riquezas, do séc. XVII em diante, propiciou o surto de vilas e cidades, abrindo o caminho para a conquista também do espaço Amazônico. Conseqüentemente, além do rio Amazonas, os portugueses começaram a exploração de seus afluentes. Durante o séc. XVIII percorreram os rios: Negro, Branco, Trombetas, Jari, etc. Começaram a ocupar as chamadas terras altas, aonde encontraram os espanhóis ou muitas vezes, ainda, os índios já submetidos ao comando dos holandeses, ingleses e franceses estabelecidos nas costas das Guianas, nas feitorias e entrepostos comerciais que haviam estabelecido. Desde este período, a Amazônia, no norte, e o Mato Grosso, no oeste, eram as fronteiras mais frágeis, devido a sua amplitude e carência demográfica, e, justamente por isto, deveria receber

maior atenção. Os portugueses teriam que lutar para conservar a posse desta terra, que foram, aos poucos, tirando do legado espanhol.

Nestas disputas pela posse da terra, foi através da assinatura do Tratado de Madri firmado entre Espanha e Portugal, em 1750, que ficaram definidas as soberanias de ambas as Coroas. E, em 1763, os dois governos que faziam parte do antigo Brasil colônia, o do Estado do Brasil e o do Estado do Grão-Pará e Maranhão foram fundidos em um só, quando o Brasil passou à categoria de Vice-Reino. Na Amazônia, tendo como marco o rio Amazonas, Portugal ficou com a posse desde o Alto Peru até a foz, e com ambas as margens. Ficaram assim definidas as fronteiras do norte do país, com a incorporação da região Amazônica.

Para garantir as fronteiras do norte e do oeste, Pombal mandou construir várias fortificações. Foram edificados o Forte do Príncipe da Beira no Guaporé, a Fortaleza de Macapá, o Forte de Tabatinga e a linha de Fortins de São José de Meribaitanas na Amazônia. Dessa forma, pode-se verificar que as fronteiras do norte, imensas e despovoadas, foram construídas, primeiramente, através dos exploradores. Depois pela ocupação militar, apesar de permanecerem praticamente desabitadas. Mas sua posse definitiva foi garantida pela diplomacia do governo Português (Teixeira Soares, 1973, 50-56).

1.4 - A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO – SONHO E REALIDADE

Conforme já foi dito anteriormente, a procura por especiarias, e a esperança pela comprovação das lendas sobre terras distantes onde existiriam riquezas sem fim, foi o que motivou os espanhóis, inicialmente, a se aventurar pela selva Amazônica. Após os contatos iniciais com a realidade local, os primeiros exploradores foram deixando de lado a busca do El Dorado, procurando na região novas oportunidades de exploração.

Em busca do mercado já estabelecido pelos estrangeiros, os portugueses partiram na tentativa de tomar para si as terras amazônicas. Após expulsar os estrangeiros,

os portugueses tiveram, por sua vez, que tratar diretamente com os índios. As terras aonde pretendiam efetuar as coletas da matéria-prima eram ocupadas pelos diversos grupamentos dos quais já falava Acuña. Estes, “querendo evitar a invasão de seu território, começaram a ser hostis à caminhada de portugueses e brasileiros” (Oliveira, 1993, 169). O governo Imperial chamou, então, os missionários para juntamente com os exploradores, achar uma forma de conseguir a colaboração dos vários grupamentos indígenas.

A função destes religiosos era a de “descer” os índios das aldeias para as missões religiosas, e havia também as tropas que “apresavam” os índios, as chamadas “tropas de resgate”. Estes eram transformados em escravos e levados para trabalhar no sertão e nos diversos centros urbanos que foram surgindo. Também foram instaladas as primeiras colônias permanentes ao redor das missões religiosas e dos fortes militares. A sociedade portuguesa transplantou para a região os moldes de sua experiência com a colonização em outros locais, passando a dominar a sociedade indígena local, “além de iniciar um processo aculturativo onde, tanto o elemento português e/ou brasileiro quanto o índio passaram a trocar elementos de sua organização econômica, social e religiosa” (Oliveira, 1993,170). Começaram então as buscas pelo que se convencionou chamar de Drogas do Sertão, que pode ser considerado como um ciclo econômico da Amazônia. Por mais ou menos 250 anos, e contando com a ajuda da mão-de-obra indígena local, os homens partiram em busca de ervas variadas, que encontrariam mercado garantido junto à população européia. O principal produto extrativo, com aceitação no mercado europeu, era a canela. Desde logo se percebeu que não havia como contar apenas com sua exploração, pois na Amazônia suas árvores eram muito distantes umas das outras. Além da canela, coletaram outras essências nativas tais como baunilha, urucu, salsaparrilha, anil, sementes oleaginosas e diversas espécies de madeiras.

Em 1750, após a ascensão do Marquês de Pombal, foram criados novos estímulos, no âmbito social, em relação à Amazônia. Foram criadas leis que beneficiavam o colono, tais como a concessão de terras, ferramentas grátis e isenção de impostos. Também houve o incentivo para o casamento entre

colonos e índios, concedendo, por este meio, a liberdade aos últimos. Por fim, elevaram a categoria das povoações, com as aldeias missionárias e feitorias passando a vilas com denominações portuguesas. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, começou, então, a afirmação do poder mercantil e a aceleração do processo de formação de uma classe agrária provinda do meio indígena, "uma vez que o índio catequizado passa a se integrar cada vez mais à sociedade cabocla e rural que o envolvia" (Oliveira, 1993, 170-171). Em termos econômicos, teve início o que se poderia chamar de um novo ciclo, baseado na extração da borracha.

Com a procura da borracha, espalhada por toda a região, os homens foram se embrenhando cada vez mais, geralmente seguindo às margens dos rios, por toda a Amazônia. A extração da borracha neste período era feita de modo primitivo, ou silvestre: os grupamentos iam atrás da matéria-prima que, tal como a canela, por ser nativa, era espalhada pela floresta. Devido à grande distância das seringueiras, este era um trabalho lento, cansativo e penoso.

No início, a coleta era feita apenas em alguns municípios do Pará, mas a procura pela matéria-prima levou os seringueiros a explorar a região Amazônica, em direção ao Oeste, nos rios Xingu e Tapajós e se aproximando do Negro e Amazonas. Devido ao fato de o processo de extração ser longo, era necessário que os homens ficassem próximos da região da coleta. Assim, gradativamente, foram também lançando as bases de novos vilarejos desenvolvendo cada vez mais os núcleos em torno dos rios Negro e Amazonas, dando origem à Província do Amazonas, criada em 1850. A região passou então a ter duas grandes áreas produtivas, a região de Belém e das ilhas ao seu redor, e a área do rio Amazonas, nas cercanias da atual cidade de Manaus.

Quando da época da criação da Província do Amazonas, "ameaças imperialistas de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França pesavam sobre a região Amazônica, pois, com base em proposições tais como o 'progresso da humanidade' e o 'aproveitamento regional dos recursos naturais', desejavam suprir suas necessidades crescentes de borracha" (Oliveira, 1993, 220). O governo americano pressionava o governo brasileiro no sentido de

permitir que um grupo de empresários seus implantassem uma linha regular de vapores no rio Amazonas. Vendo nesta abertura uma ameaça potencial à soberania nacional, o governo fez um acordo com o Barão de Mauá para implantar o transporte a vapor, em forma de monopólio, numa tentativa de dominar o escoamento dos produtos (Santos, 1980, 53). Este recurso não conseguiu se manter por muito tempo. Já em 1870, o escoamento da matéria-prima em direção ao porto de Belém era uma constante, como explica Weinstein:

... Não apenas a Amazônia estava aberta a navios estrangeiros até o rio Negro e ligada a Liverpool por duas linhas transatlânticas, como também sua frota doméstica contava com 31 barcos a vapor (...) que realizavam perto de 350 viagens por ano entre Belém e o interior do Pará e do Amazonas. (WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 –1920)*. (São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1993. p.74).

Um outro problema que permanecia sem solução era em relação à concentração das forças econômicas nos seringais, criando um vazio no campo da produção alimentar. Preocupados com a fuga do homem da agricultura, houve várias tentativas de promover uma migração dirigida para este setor, por parte dos governos provinciais e por particulares, desde meados do século XIX (Weinstein,1993,87). Em 1852, Tenreiro Aranha, o 1º governador da Província do Amazonas, dizia em um relatório que “as forças econômicas estavam deixando algumas atividades agrícolas e industriais para se dedicarem ao extrativismo” (Souza, 1994,129).

Havia começado uma grande migração de nordestinos para o norte que, fugindo da grande seca que assolava sua região, iam tentar a sorte em terras amazônicas na extração da borracha, unindo-se aos amazonenses e paraenses. Este período, nos anos de 1800, em que a centralização da economia girava em torno da extração da borracha, fez com que as tentativas de uma política agrícola, e conseqüente desenvolvimento e fixação do homem ao solo, não surtiram o efeito esperado.

O governo central, sabendo da necessidade de desenvolver e povoar a região começou a incentivar uma política agrária que ajudasse a transformá-la em uma região produtiva, tal como já havia sido feito no período Imperial. Houve um forte estímulo a esta colonização agrícola, a qual acabou falhando, e o imigrante deslocou-se novamente para o trabalho com a borracha. A rotatividade entre a entrada de mão-de-obra, as tentativas de investimento na agricultura e a colocação certa na indústria extrativa tornaram-se uma constante na vida econômica da região. Embora anteriormente a região já fosse exportadora de determinada quantidade de cacau, madeira e outros produtos típicos da floresta, o crescimento da economia extrativa, com sua colocação garantida no mercado, comprometeu todo o resto. Deste modo, a economia Amazônica estruturou-se dependendo de um único produto de exportação, sujeito às flutuações do mercado externo.

Por volta de 1910, a borracha transplantada para a Ásia, começou a concorrer com a borracha nacional e no final da 1ª Guerra a borracha asiática já dominava o mercado internacional. Com o crescimento da plantação de borracha cultivada na Ásia, o mercado Amazônico perdeu sua primazia, e, conseqüentemente, houve um esvaziamento populacional nas regiões dos antigos seringais. O mercado internacional não precisava mais do ouro negro amazônico.

Desta forma, apesar do grande período de ascensão e integração que a Amazônia viveu não se alteraram na realidade as condições sociais de sobrevivência, não se conseguiu criar na sociedade uma diversidade produtiva, que, efetivamente, tivesse condições de promover o tão sonhado desenvolvimento da região. Martinello sintetiza bem este momento quando diz que:

Durante todo este período, não obstante a prosperidade do boom da borracha, as aplicações da riqueza que foi carregada para a região, não ultrapassáramos umbral do consumo, por exemplo, os espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiras que se exibiam, com toda a pompa em Manaus e Belém. E a Amazônia, que nos dizeres de Ferreira Reis, era a região dos cacauais, dos cafezais, dos engenhos, das lavouras e do pastoreio

com a valorização da borracha passa a ser a região das héveas, do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos aviadores, dos patrões, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto, na paisagem social brasileira. (MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. São Paulo: USP, 1985. Tese Mimeo. p.26.).

E, por falta de opções, de conhecimentos e de recursos, os seringueiros remanescentes vão partir para outras praças na própria região, atrás dos castanhais do Pará e do garimpo de diamantes na região do antigo Cabo do Norte (atual Amapá), esvaziando novamente grande parte da Província do Amazonas e dando continuidade a uma economia extrativa. Com esta queda acentuada, o homem amazônico se viu novamente sem recursos para sua sobrevivência.

1.5 – NOVAS TENTATIVAS – O GOVERNO VARGAS

O primeiro governo Vargas (1930/45) retornou as atenções sobre a região, tentando promover a exploração da Amazônia. Em sua visita à região, procurou estimular todos, através de suas palavras - reproduzidas para todo o país pela imprensa, sempre presente - a acreditar que este era um plano diferente dos anteriores. Alegava que este plano havia sido estudado em seus mínimos detalhes e não visava apenas à extração da borracha, mas fazia parte de um projeto maior, das diretrizes traçadas pela Marcha para Oeste, onde haveria uma real integração norte-sul, com o desenvolvimento de todo o país. Apelando para o imaginário popular, começa o discurso da seguinte forma:

Senhores - Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros (...) As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e sua história, feita de heroísmo e viril audácia (...) Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta - foram as nossas tarefas. Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico

viesses contingentes humanos de que carece a Amazônia. (...) Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. (Discurso do Amazonas *In*: PROPAGANDA AMAZONENSE. A Visita do Presidente Vargas e as Esperanças de Ressurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1940).

Não se podia esquecer o esforço empenhado para que esta área fosse incorporada, efetivamente, ao território nacional. Em 1939, Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, verificava a hipótese de reacender o cultivo da borracha. Mas, era preciso um estudo imediato para a seleção de melhor tipo de solo nas terras do Governo ou nas margens dos rios para sua instalação, tendo em vista o mais rápido crescimento da borracha, alertando que:

Deve ser dada atenção à seleção das pequenas plantações já estabelecidas pelos lavradores locais para que seja desenvolvida sua cultura. (...) as terras pertencentes ao Governo poderão ser divididas em pequenos lotes, a fim de acomodar as famílias locais vindas das regiões onde grassa a malária, e as famílias que já residam na região, com o objetivo de plantar borracha e outras culturas imediatas. Cuidar-se-á, ao mesmo tempo, das lavouras destinadas à alimentação (Arquivo Oswaldo Aranha (OA). Solar dos Câmara (SC) /Porto Alegre/RS. OA 39.01.10/1.

Segundo este plano, grupos de famílias seriam necessários para realizar um programa de plantação determinado a cada ano, sob a direta fiscalização federal até que os lotes fossem totalmente plantados, só então o governo outorgaria os direitos da terra, acreditando que desta forma se promoveria o aumento da riqueza da região, e melhores condições de saúde e bem-estar do povo. Continuava ainda dizendo que o Governo jamais abdicaria de seus direitos de insistir na boa conservação das plantações feitas, enquanto elas fossem rendosas, e não poderia deixar de orientar os plantadores por meio de contato direto no campo, ensinando-

lhes métodos para melhorar as colheitas e estudos técnicos destinados ao mercado.

Essa nova política era uma repetição das anteriores, com alguns ajustes. Contava-se com o capital estrangeiro e a propaganda veiculada nos jornais e revistas sobre os novos rumos do Brasil, a "Marcha para Oeste", que tratava da retomada do espírito bandeirante da interiorização do homem, e conseqüentemente, do desenvolvimento econômico. Outro documento mostra como estava o espírito da época. Segundo este, sem a ajuda de capital externo, o país só poderia explorar suas riquezas num prazo de 50 anos. As jazidas minerais brasileiras não eram conhecidas, e ninguém sabia, realmente, o que elas valiam. Por isso os nossos produtos eram mais uma curiosidade do que riqueza real:

Precisamos nos convencer de que estamos na época colonial. Sem gente e sem capital nós, brasileiros, sozinhos, tão cedo não poderemos explorar o país; nem petróleo, nem o ouro, nem o diamante nem todos os outros minerais, sementes oleaginosas, fibras, etc. A exploração dos produtos tropicais é cara e exige o internamento, no hinterland, onde a natureza é opressiva.(...). É o caso de FORD, na Amazônia. Como poderia um brasileiro pobre, sem crédito, sem técnicos, atacar em larga escala o plantio da borracha em plena mata amazônica! (Arquivo Getúlio Vargas (GV), Solar dos Câmara (SC) / Porto Alegre/ RS. GV 39.01.09 documento nº 11,1939).

A justificativa para a entrada do capital estrangeiro, com a supervisão do governo brasileiro, segundo o pensamento exposto neste documento, foi fundamentada com base nos fracassos anteriores. A alegação era a de que o país não possuía capital nem técnica suficientes para uma exploração de grande porte, que gerasse uma produtividade competitiva com os outros mercados. A nova política estava definida. Com a ajuda do capital americano e o esforço maciço do povo brasileiro, foi traçado um plano de reerguimento da Amazônia.

Esse plano, constituído de várias partes, incluía o povoamento, o saneamento, a plantação ordenada de seringueiras, o aproveitamento da madeira, entre outros. Em

entrevista concedida ao Jornal do Comércio, Vargas dizia que estava na Amazônia com o objetivo de verificar as possibilidades práticas para pôr em execução um plano de “exploração sistemática das suas riquezas e do desenvolvimento econômico do grande vale”, afirmava ainda que segundo este plano, primeiramente atacaria o impaludismo, existente em algumas zonas do território amazonense. Depois de concluído este trabalho de saneamento, o crescimento demográfico seria evidente. Com isto, e cuidando de prepará-las “física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica”, as novas gerações seriam valiosos fatores do povoamento da região. Afirmava ainda que seria iniciada uma política povoadora, com grupos nacionais que se fixassem na região. Tal colonização teria uma orientação técnica: as terras devolutas seriam aproveitadas e distribuídas gratuitamente aos colonos, fornecendo-lhes ainda instrumentos agrários e sementes. Haveria o estímulo ao plantio da seringueira, da cultura da castanha, do timbó e de todas as “abundantes essências florestais nativas” (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro 15 de outubro de 1940 p. 1). Para completar esse plano, seria intensificada a exploração industrial com o apoio de empresários americanos.

Seguindo a lógica estabelecida por Rio Branco sobre o “tamponamento das fronteiras”, esta proposta de povoamento de Vargas também parecia ser pensada com vinculação à proteção territorial. Queria convidar Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia que, como tributários da bacia amazônica, precisavam fazer escoar seus produtos para o Atlântico, para uma Conferência Amazônica. Segundo ele, os assuntos a tratar nesta conferência eram da maior importância:

... Intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros.(...) para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. É claro que, assim procedendo, aumentaremos as nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção [grifo nosso] (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro 15 de outubro de 1940 p. 1).

Dentro da mesma proposta estava o possível convite aos Estados Unidos para juntar-se à Conferência, tendo em vista o seu interesse como grande mercado consumidor. Desta forma, dava-se a entender que a proposta de reascender a economia do vale amazônico era direcionada para várias frentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto acima, pode-se acreditar que as políticas de saneamento, migração, redistribuição de terras, abertura de mercado e proteção de fronteiras propostas por Vargas estavam muito próximas do pensamento corrente no início deste século de que “a fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa. (...) apesar de definida, nem sempre pôde ser definitiva” (Teixeira Soares, 1973, 23), ou seja, a manutenção das fronteiras de uma nação necessitava de um cuidado constante, específico, cuidado este que deveria garantir sua posse. Através da adoção de uma política interna de integração nacional e de uma política externa regida por uma diplomacia de convivência pacífica e de vigilância constante, as várias nações mundiais tratavam de garantir suas posses. Dentro deste contexto, a política de Vargas também vai unir suas políticas - interna e externa - por um lado acenando com as possibilidades de exploração das riquezas da Amazônia, e, por outro, cercando-se de segurança com a integração dos países vizinhos, e com os Estados Unidos, em torno deste mesmo objetivo, a garantia das fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Visão do Paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORREIA FILHO, Virgílio. "Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira". In Revista Brasileira de Geografia, ano IV, no 2, abril-junho de 1942.

D'ACAMPORA, Márcia. A Construção da Imagem do Inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945). Tese Mimeo. Fpolis, SC.

ESTERCI, Neide. O Mito da Democracia no País das Bandeiras (análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo). Tese mimeo. Rio de Janeiro:1980.

GARCIA, Nelson Jahr. O que é Propaganda Ideológica. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

GOES FILHO, Synésio S. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

MARTINELLO, Pedro. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. São Paulo: USP, 1985. Tese mimeo.

OLIVEIRA, Adélia. Amazônia: in SALATI, Enéas e outros. Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEGGERS, Betty J. Amazônia - A Ilusão de um Paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PROPAGANDA AMAZONENSE. A Visita do Presidente Vargas e as Esperanças de Ressurgimento do Amazonas. Manaus: imprensa Pública, 1940.

REIS, Artur César F. A Amazônia e a Cobiça Internacional. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. A Amazônia e a Integridade do Brasil. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste (a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800 - 1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TEIXEIRA SOARES. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora 1973.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 - 1920). São Paulo: HUCITEC/USP, 1993.

Jornais

O Estado de São Paulo - 1939/ 1940/ 1941/ 1942/ 1943 (São Paulo)

A Gazeta de São Paulo - 1940/ 1942/ 1943 (São Paulo)

Jornal do Comércio - 1940/ 1942/ 1943 (Rio De Janeiro)

Jornal do Brasil- 1940/ 1941/ 1942/ 1943 (Rio De Janeiro)

Relatórios

Recuperação Econômica da Amazônia. Indenização Aos Estados Pela Creação dos Territórios. Trabalhos da Bancada Amazonense No Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro: Impresso Pelo Jornal do Commércio- Rodrigues & C., 1946.

Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1939/ 1940/ 1941/ 1942.

Relatórios das Comissões de Fronteiras: Arquivos do Ihgb / Rio de Janeiro

Relatório Apresentado Ao Exmo.Sr. Presidente da República Pelo Dr José Carneiro da Gama Malcher. Interventor Federal do Pará 1940 - 1941 Belém - Pará Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré,1943.

Periódicos

Anais da Comissão Especial Para Valorização da Amazônia - Spva - 1^o Volume, 1948.

Boletim da Associação Comercial do Amazonas – Agosto de 1942

Outubro de 1942

Dezembro de 1942

Fevereiro de 1943

Junho de 1943

Julho de 1943

Outubro de 1943

Revista Brasileira de Geografia – Outubro /Dezembro de 1940;

Abril/ Junho de 1942;

Julho/ Setembro de 1942;

Outubro/ Dezembro de 1942;

Julho/ Setembro de 1943;

Outubro/ Dezembro de 1943;

Abril/ Junho de 1944;

Julho/ Setembro de 1944;

Janeiro/ Março de 1947.

Revista Ciência Política - Outubro de 1941

Novembro de 1941

Revista Cultura Política - Março de 1941

Maio de 1941

Julho de 1941

Revista Diretrizes. Ano 1 Nº 2. Jan/Fev. 1991. B.V/Rr.

Documentação Primária

Arquivo Osvaldo Aranha: de junho de 1938 a dezembro de 1945

Arquivo Getúlio Vargas: de fevereiro de 1937 a dezembro de 1945

DIVÓRCIO, ADULTÉRIO E DISCURSOS JURÍDICOS: SIGNIFICADOS SOCIAIS EM BELÉM NO FINAL DO SÉCULO XIX (1890 / 1900).

Ipojucan Dias Campos¹

RESUMO

As reflexões a seguir possuem como eixo central as análises das representações sociais que o divórcio, o adultério e o judiciário construíam na cidade de Belém do final do século XIX (1890 / 1900). Em conformidade com isso, os discursos que o poder jurídico utilizava e disponibilizava como critérios para julgar o que por ele era apreendido por contravenção jurídica – como as razões que davam base aos processos de divórcio – são alguns dos domínios que este artigo pretendeu focalizar.

Palavras-chave: Divórcio; adultério; judiciário.

¹ Mestre e doutorando em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bolsista CNPQ.

1. APRESENTAÇÃO.

Em 1890 ocorreram mudanças fundamentais na vida civil brasileira com o decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 que instituiu o casamento e o divórcio civis no país. Vale lembrar que estes dois institutos, antes da República, eram de domínio da Igreja Católica que, durante séculos manipulou tanto o primeiro quanto o segundo. No entanto, para que se evitem confusões futuras, necessário será esclarecerem-se duas importantes dimensões: sobre o casamento, a de que a Igreja Católica perderia a hegemonia havida sobre ele desde os tempos coloniais e quanto à segunda, separação de corpos ou divórcio, a categoria que segue não rompia com os vínculos matrimoniais, visto o casamento ser indissolúvel. A forma de divórcio analisada a seguir possibilitava apenas a ruptura dos vínculos conjugais, tão somente a separação de bens e de corpos impedindo, neste sentido, a formação de segundas núpcias e conseqüentemente de outra família que fosse apreendida como legal.

Tomando como base estes ângulos, ações de divórcio litigioso e partes da imprensa deixam presumir domínio da família e do poder judiciário, enfim exibem inúmeras peculiaridades que possibilitam penetrar numa dimensão social complexa. Desta forma, as sinuosidades revelam variadas relações em nível do privado e do público entre homens e mulheres da última década do século XIX na cidade de Belém. Destarte, será basicamente no seio das tramas construídas em algumas ações de divórcio que se pretendem analisar ações sociais, relações de força e poder; construções de verdades e interesses, de moralidade e imoralidade nos interstícios do poder jurídico. Buscam-se representações das normas construídas pelo judiciário sobre alguns personagens que desfilavam no interior da cidade oitocentista. Analisadas deste prisma, parte da sociedade belenense do final do século XIX via o casamento como instituição que compunha uma das cadeias das relações paradigmáticas do círculo social e se a cadeia se rompia através do divórcio julgava desfeito um viés da moralidade pública. Frise-se que o considerado correto moralmente no seio da sociedade *bellepoqueana* remete a várias denotações, dentre as quais a de caminhar por normas

de comportamento que uma parte da sociedade compreendia como pudicos, ou seja, procurar marchar por sobre todos os postulados que as elites de Belém viam como saneadoras, higienizadoras, e morais. Também significava discernir e obedecer a todas as representações e simbologias que os “*novos franceses*” definiram como “certas” para o conjunto social, enfim significava não compactuar com algumas representações sociais que eram tramadas por determinados sujeitos, como os divorciados. No entanto, o essencial deste artigo [repita-se] não é analisar a *Belle-Époque*, mas sim as maneiras como as referidas imagens foram forçadas no interior do poder jurídico da época.

Para parte da sociedade da capital paraense, o casamento era concebido como instituição necessária à permanência da família. Para a Igreja o enlace era indissolúvel, quer dizer, não existia possibilidade alguma de dissolução dos vínculos matrimoniais uma vez que o matrimônio era o sacramento que tinha como função preservar a família, servir à procriação, além de ser um contrato divino. Em conformidade com isso, a desconfiguração desse instrumento poderia instilar perigos morais no bojo da sociedade, dentre os quais filhos sem pai, vagabundagem, mulheres de vida airada, e mulheres sem dignidade frente à sociedade².

Apreende-se então que o matrimônio visto como indissolúvel contemplava a proposta de sanear moralmente a capital paraense. Todavia, apesar dos esforços normatizadores e das medidas prescritivas, grassava no interior da *Belle-Époque* um elemento pernicioso que atrapalhava a proposta de desodorização: o *divórcio*. Foi possível ao historiador deduzir esta proposição a partir da interpretação de um dos vários editoriais publicados no matutino “*Correio Paraense*”. Em 1892, este periódico lançou uma nota onde a manchete intitulada “A *DIVORCIADA*” encontrava-se em letras garrafais, o que permite especular que a redação do jornal posicionava-se de forma contrária ao instituto do divórcio. Segundo a folha: “É

² Sobre as ideologias que classificavam o casamento e a família como instituições que cimentava a moral pública, consulte-se: Da Liga da Boa Imprensa. *O divórcio*. Belém, secção de obras d’ A Palavra, 1915.

*uma verdadeira maldycção para a sociedade, uma ameaça para a famylia, um incentivo constante a immoralydade e a mulher tornar-se ayrada*³. Entretanto, *separar-se judicialmente*, no seio da sociedade belenense no final do século XIX, era ação empregada usualmente para dar fim a uma relação que não mais representava os mesmos significados de quando iniciada, tolhendo deste modo o projeto moldador descortinado pelos segmentos que pregavam o “*bom funcionamento da ordem pública e moral*”, o qual seria patrocinado pela economia em ascensão [a gomífera] e por endividamentos externos. (SARGES, 2000). Dessa forma, para as “*boas famílias*”, o *Decreto Número 181 de 24 de Janeiro de 1890*, acerca do casamento e do divórcio, era interpretado como subversivo à ordem pública e não raro, ainda segundo as elites, punia a mulher, pois esta seria condenada a um vitalício despojamento moral e social. Em outras palavras, a dissolução da sociedade conjugal poderia funcionar como algoz à sociedade e tinha o poder de determinar o fim das obrigações sociais e morais assumidas no ato do enlace, fosse ele civil ou religioso.

A rigor a divorciada, para uma parte da sociedade, enquadrava-se plenamente na “*lógica do negativo*”; essa premissa foi possível inferir, entre outras documentações, a partir da manchete e do próprio conteúdo editado pelo jornal “*Correio Paraense*”, de 02 de julho de 1892. Examinando atentamente as letras impressas, notam-se alguns termos chave que permitem adentrar os discursos pelos quais a sociedade interpretava o divórcio e a própria mulher divorciada do seio da cidade de Belém nos últimos onze anos do século XIX. As adjetivações, “*maldycção para a sociedade, uma ameaça para a famylia, incentivo constante a immoralydade e a mulher tornar-se ayrada*” são reveladoras para se compreender alguns discursos, denotações e referências que este jornal fazia do divórcio e dos próprios sujeitos sociais que se separavam. Em outros termos, a parte da sociedade representada na imprensa compreendia que o divórcio trazia acentuada desordem às mais nobres relações sociais, além de incentivar as mulheres separadas a lançar-se a vidas às margens dos domínios considerados salubres.

³ Correio Paraense. Belém, 02 de julho de 1892, p. 2.

2. ALGUMAS DIMENSÕES COTIDIANAS EM TRAMA.

Perceber, nas reflexões que seguem, que as personagens sociais conduziam seus casamentos, relações em família, conforme suas necessidades, desejos, interesses, apresentando transgressões às balizas gerenciadoras do “*bom funcionamento da sociedade*”, é essencial. Porém é também imperativo descortinar como estas ações históricas são matéria-prima de tentativas de condenações e normatizações tanto pela imprensa – como já se fez sentir – quanto pelo poder jurídico. Deste modo, uma das principais tarefas da imprensa e do corpo jurídico foi a de tentar construir masculinamente a imagem e a identidade daqueles (as) que dilataram normas vigentes, assim a composição de forças oferecia crescida atenção ao instituto do divórcio. A separação judicial de Adelina Roza da Cruz Louzada e Antonio Ismael de Castro, realizada em 1897, afirmava: “Certifico que por todo conteúdo da petição retro, despacho a designação do Senhor Escrivão do feito, citei em sua propria pessoa á Adelina Roza da Cruz Louzada, que ficou sciente e como declarou não saber ler nem escrever tomei a testemunha das pessoas abaixo assignadas”⁴. Adelina foi incurso no Artigo 82 inciso 3º do decreto número 181 de 24 de janeiro de 1890: *abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos*. Neste caso houve total deturpação, segundo o discurso moralizante, dos princípios morais socialmente aceitos porque o recato, a obediência ao marido, e a consolidação da família eram postulados que as “*mulheres honestas*” deveriam cultivar. No entanto a ré, ao ser citada no inciso terceiro do artigo 82, fragmentava simbologias como a de família. Tomando como referência o discurso do advogado do suplicante, Themistocles Augusto de Figueiredo, a suplicada abandonou por dois anos consecutivos o lar conjugal, rompendo portanto os limites legalmente aceitáveis dos elos familiares. Segundo as letras do advogado Themistocles Augusto de Figueiredo:

⁴ Autos civis de ação de divórcio litigioso, autor Antonio Ismael de Castro e ré Adelina Roza da Cruz Louzada, 1897.

Diz Antonio Ismael de Castro outr'ora Antonio de Castro Louzada que em dezoito de Fevereiro de 1888 casou-se pelo regimen commum com Dona Adelina Roza da Cruz Louzada; acontece que no dia 10 de Setembro de 1895 quando o supplicante voltou de seus trabalhos para a sua residencia não encontrou alhi sua dita mulher, e procurando indagar para onde tinha ella ido, foi-lhe informado pessoas da caza que para a companhia de Antonio Boulhosa com quem ate hoje vive á Rua Monte-Alegre ...⁵

O processo foi sustentado no inciso 3º do artigo 82 do decreto 181 de 24 de janeiro de 1890: "*abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos*"⁶. Legalmente os cônjuges estavam casados havia 9 anos. Entretanto, como sinaliza a petição inicial do processo de divórcio, desde 1895 os consortes se encontravam separados, ou seja, não mais viviam sob o mesmo teto. Portanto, por cerca de 7 anos viveram maritalmente e aproximadamente por 2 anos, separados. Ainda tomando como base as articulações do advogado do autor é sugerida uma outra interpretação, a qual não se tinha [ao que tudo indica] interesse de expor nos autos: a de *que o pedido de divórcio poderia ser fundado num outro inciso, o 1º do artigo 82 do decreto 181, adultério*. Quanto aos adultérios feminino e masculino, o Código Penal de 1890 afirmava ser crime passivo de prisão, conforme afirmava o artigo 279: "*A mulher casada que commeter adulterio será punida com a pena de prisão cellular por um ou tres annos*". O inciso 1º do mesmo artigo complementava: "*Em igual pena incorrerá o marido que tiver concubina teuda e manteuda*"⁷.

⁵ Palavras de Themistocles de Figueiredo advogado do impetrante começando a sua argumentação em juízo contra a ré. Processo de divórcio litigioso promovido por Antonio Ismael de Castro contra sua mulher Adelina Roza da Cruz Louzada, 1897.

⁶ *Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Décimo fascículo – de 1 a 31 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

⁷ Artigo 279, Capítulo IV: Do adultério ou infidelidade conjugal. "Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890". In: *Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Décimo fascículo, de 1 a 31 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Estas eram formas de concubinação em que os homens sustentavam outra mulher. Nestes casos a jurisprudência brasileira interpretava que o desvio de dinheiro da família legalmente constituída representava um perigo à ordem e ao bem estar da esposa e dos filhos, pois não se pode esquecer que prover a família era um dos principais papéis destinados ao sexo masculino. (SAMARA, 1995).

O presumível adultério cometido por Adelina Louzada, foi possível de ser conjecturado a partir das argumentações do advogado do autor e das testemunhas constituídas. Segundo o advogado:

(...) quando o suplicante voltou de seus trabalhos para a sua residência não encontrou ali sua dita mulher, e procurando indagar para onde tinha ella ido, foi-lhe informado por pessoas da caça que para a companhia de Antonio Boulhosa com quem ate hoje vive á Rua Monte-Alegre (...).

Tomando como base as acusações, a possibilidade de Adelina ter adulterado os vínculos matrimoniais existe, pois quando Antonio Ismael, o suplicante, chegou do trabalho já não mais a encontrou, sendo informado de sua retirada para a casa de outro homem. Considere-se igualmente a possibilidade de que as acusações pudessem ser estratégias para apressar um veredicto favorável ao divórcio, e a de que uma separação rápida interessava ao autor. É importante ainda vislumbrar [para além dessa conjectura] que as acusações logradas pelo autor e seu advogado permitem levantar ainda uma outra possibilidade: *a de que a suplicada possuía uma vida extraconjugal, a qual contrariava os princípios da moralidade.*

Desta forma, a possibilidade levantada de que também se poderia incluir a ré no inciso 1º do artigo 82 – *adultério* – fortalece-se quando se analisam as vozes das testemunhas. Antonio Ismael de Castro, o autor e seu advogado produziram quatro testemunhas de acusação; três delas expuseram que a suplicada adulterava os laços conjugais e todas naturalmente

afirmaram que Adelina abandonou o lar. Quanto à possibilidade de adultério, que está impressa no documento, a testemunha Custodio Ribeiro da Costa, 38 anos, comerciante português, era conciso:

(...) ouviu dizer que a Ré foi para a companhia de sua mãe, moradora no lugar denominado Sadrão; também ouviu dizer que depois a Ré foi para a companhia de um homem, cujo o nome ignora (...)⁸.

Custodio da Costa procurou a todo o momento em seu depoimento estereotipar e caricaturar a ré. Em seu testemunho de acusação afirma que apenas ouviu dizer acerca das duas incriminações que se faziam a Adelina, isto é, “*que a Ré foi para a companhia de sua mãe (...)*” e que também, apenas ouviu dizer, que a “*Ré foi para a companhia de um homem, cujo o nome ignora (...)*”. Pode-se abstrair do depoimento dado por Custodio quão grande importância e crédito o judiciário paraense dava às suas informações, uma vez que a testemunha somente havia ouvido dizer sobre as duas imputações feitas à requerida, isto é, estava procurando recuperar em seu depoimento o que provavelmente seus conhecidos, vizinhos, amigos, e parentes comentavam sobre Adelina. Neste sentido, percebe-se que Custodio não “viu” a ré retirando-se para a casa de sua mãe ou tampouco para a companhia de um provável amasio. Martha Abreu Esteves, mesmo analisando outro contexto histórico, é importante aqui. A historiadora vislumbra que desde os primeiros momentos coloniais apesar de todo o esforço das elites instituídas [da Igreja, por exemplo], os domínios de amor nunca foram essencialmente circunscritos às bases do casamento. Relações passageiras ou duradouras foram em vários momentos balizados sobre relações que não envolveram necessariamente votos do casamento institucional, mas sim amasiamentos. (ESTEVES, 1989). No caso em questão lançavam-se acusações de adultério seguido de amasiamento. Com efeito, sobre estas imputações é possível inferir que o corpo jurídico paraense trabalhava e aceitava, de muito bom

⁸ Depoimento de Custodio Ribeiro da Costa, 1897.

grado, o “*simples ouvir falar*”; não procurava investigar, nestes casos, se as acusações feitas pelas testemunhas eram coerentes haja vista o crédito que o jurídico deu à testemunha no que concerne às possibilidades de “*desvios de conduta*” possivelmente praticadas pela ré. Em nenhum momento Custodio afirmou que viu a ré praticar tais atos. Assim, o ouvir dizer tinha grande força no judiciário paraense. Em “*As contradições do direito*”, mesmo as interpretações discorrendo sobre domínios franceses [país aparentemente longe dos domínios belenenses do final do século XIX], em muito ajudaram a pensar delineamentos da legislação brasileira às temáticas divórcio, adultério e judiciário. Analisou-se neste trabalho que os discursos jurídico e moral não se contrapõem nos interstícios das legislações, pelo contrário, as instâncias convergem com o propósito de procurar delimitar “*razoavelmente os espaços masculinos e femininos*”. (ARNAUD-DUC, 1991).

Manoel Xavier Ferreira, brasileiro, empregado no curro, quanto ao provável “*comportamento indigno*” de Adelina declarava com firmeza o seguinte: “(...) tendo ella adulterado o lar conjugal, motivo porque abandonou a companhia de seo dito marido para ir residir em companhia de outrem (...)”⁹. Manoel Xavier Ferreira de 32 anos que conhecia o suplicante e a suplicada há mais de 8 anos, enfatizava em seu depoimento a questão do possível adultério de Adelina: “(...) abandonou a companhia de seu dito marido para ir residir em companhia de outrem ...”¹⁰. Dito de outra maneira pode-se deduzir pelo discurso construído pelos depoentes, que a requerida possivelmente pode ter burlado um pressuposto básico contido na sociedade da borracha: a *fidelidade*. Partindo dessa conjetura, presume-se que a ré pouco se preocupava com o fato de se constituir em amásia por cerca de quatro anos, entre 1895 e 1898. Essa argumentação adquire força, a partir do momento em que se interpreta o transcórre da ação e o próprio veredicto dado pelo juiz Alfredo Raposo Barradas. Em todo o processo de divórcio, em momento algum a acusada esboçou sequer uma tentativa de defesa, ou seja, não produziu

⁹ Depoimento de Manoel Xavier Ferreira, 1897.

¹⁰ Idem.

testemunhas que viessem defendê-la perante o judiciário, e quando era convocada para depor não dava resposta alguma:

(...) estando a causa em prova accusada a citação feita á dita Dona Adelina Roza da Cruz Louzada, para nesta audiencia vir depor sob pena de confesso sobre a mesma acção e requerida que sob pregão fosse havida a citação for feita e accusada, com a pena comminada¹¹.

Além do aparente pouco interesse de constituir um advogado, testemunhas e de depor, o veredicto dado possibilita recuperar partes do cotidiano da justiça. Em 1º de agosto de 1898, Alfredo Raposo Barradas, jurisconsulto responsável pelo processo, deu a sentença sem a pronúncia, pelo menos oficialmente, de uma única palavra da acusada.

Considerando, por ultimo, que, chamada a juizo, á ré não contestou a acção nem cousa alguma allegou ou provou em sua defesa para esse fim assegurados; Por todos esses fundamentos e de accôrdo com o parecer do Doutor Promotor Publico [...] julgo procedente o pedido do Autor para promulgar, como pronuncio, o seu divorcio da Ré, aquem condeno nas custas¹².

O silêncio de Adelina acerca dos trâmites legais do processo impetrado por seu marido é revelador, pois faz sentir e recuperar uma parte do cotidiano de seu enlace. Por outros termos, o silêncio da ré possibilita refletir que o consórcio matrimonial provavelmente não se lhe descortinava tão importante porquanto no decurso da ação posicionou-se de maneira inerte. Com efeito, sua postura leva a deduzir que o ideal construído por Dona Adelina no interior do processo de divórcio tenha sido a vontade de processar a separação conjugal. Este posicionamento dá a liberdade de conjecturar

¹¹ Parte da audiência em que Adelina Roza da Cruz Louzada foi convocada para depor sob pena de confesso, 1897.

¹² Veredicto dado pelo juiz de direito do terceiro distrito Alfredo Raposo Barradas no qual pronuncia ser procedente o pedido de divórcio impetrado por Antonio Ismael de Castro contra a sua mulher Adelina Roza da Cruz Louzada, 1898.

outra questão importante: *o bem estar da própria acusada*. Seu estado civil parecia não ser cômodo. Assim este pode ter sido um dos possíveis motivos que a levou a não pronunciar defesa contra as acusações do marido, proposição tornada mais forte, repita-se, em virtude do total silêncio da acusada durante todas as fases do processo.

Sobre o adultério, as testemunhas de acusação analisadas permitem deduzir que a acusada certamente possuiu outros companheiros no decorrer dos quatro anos compreendidos do abandono do lar ao julgamento final do litígio. Seus companheiros ora teriam sido Antonio Boulhosa, ora Frederico de Tal, ambos moradores na Rua Monte-Alegre. No entanto, o que pesava de fato sobre a ré era o inciso 3º do artigo 82 do decreto número 181: *“abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos”*, e não o inciso 1º do mesmo decreto e artigo: *adultério*. Os dois incisos, se transgredidos, caracterizavam-se numa brusca ruptura dos signos de moralidade, de bons costumes e dos comportamentos socialmente aceitos.

Nesta vertente o processo corria institucionalmente, pois sobre o divórcio, o capítulo IX do decreto 181 em seu artigo 82, dispunha que o pedido de divórcio só poderia fundar-se em uma de quatro possibilidades: “§ 1º adultério; § 2º sevicia ou injuria grave; § 3º abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos; § 4º mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados há mais de dois annos”.

Como já proposto em páginas anteriores o fato de um homem sustentar ação de divórcio tomando como base o primeiro inciso era bastante depreciativo socialmente, visto que seria necessário confirmar em juízo uma relação extraconjugal da mulher ou mesmo forjá-la. Mas o inciso em que a ação litigiosa se sustentou possibilita percorrer outras alamedas, dentre as quais uma provável menor participação do público numa questão que envolvia possíveis segredos do privado e o próprio constrangimento que passaria, sobretudo o marido, se o processo fosse arrolado sobre o inciso primeiro. Pode então ter sido preferida esta razão: *a transgressão do privado chegando ao constrangimento da infidelidade, por que o divórcio tenha sido baseada no inciso 3º, em vez do 1º, porém*

acentua-se que uma ação de divórcio fosse ela consensual ou litigiosa, transcenderia fatalmente o recinto do privado. As interferências do público nas ações de divórcio eram quando convenientes, evitadas. Se num determinado processo fosse suplicante um homem e a ação se pautasse em adultério, além de ser compreendida como grande escândalo moral, a ação se pautaria sobre o inciso primeiro e levaria à necessidade de se constituir um número maior de testemunhas.

O adultério feminino representava não somente uma traição ao marido e ao lar conjugal, mas também a transgressão da ordem estabelecida – moralidade pública, boa mulher e mãe, a paz e a honra da família e do marido, o recato, a submissão, a monogamia do feminino. Essas “contravenções”, para o “*bem estar social*” e para o disciplinamento eram bastante perniciosas, embora houvesse discursos disciplinadores que concorriam para introjetar na sociedade belenense o oposto desses pressupostos. O caso desta agente social não era particular. Muitas outras mulheres desafiaram e transgrediram, como fez essa personagem, a ordem desejada pelas elites. Em linhas gerais, naquele contexto histórico de embelezamento por que Belém¹³ passava as possibilidades de encontros inesperados, de galanteios, de prosas nos canteiros das ruas, enfim, de contravenções dos comportamentos instituídos, o recato, a fidelidade, o papel de rainha do lar, tendiam a ser quebrados por promessas de casamento e de aventuras “dissonantes”. Assim o importante é vislumbrar que os sujeitos sociais descortinavam o casamento, a família, a sociedade, conforme suas perspectivas, interesses, desejos, e aspirações.

Outros sujeitos da Belém do final do oitocentos podem enriquecer esta trama: Raymundo Santos Viveiros e Carlita Gonçalves Viveiros. O noivo, com 20 anos, desempenhava as atividades de *artista comerciante* à época do enlace, quanto a noiva, então com 16 anos, ocupava-se das *prendas domésticas*. Os dois eram moradores da Travessa 9 de Janeiro. Os nubentes receberam-se em matrimônio em 18 de dezembro de 1888 na sala do Palacete do Estado; no entanto

¹³ Veja-se: Código de Posturas da Intendência de Belém de 1890. Typ. d`A Republica, 1891.

após 12 anos de matrimônio, o marido, Raymundo Santos Viveiros entrou com uma ação de divórcio litigioso contra sua esposa. A petição inicial feita pelo advogado do suplicante, doutor José Augusto Meira Dantas, afirmava que a vida conjugal desses protagonistas resumiu-se a apenas 4 anos ou melhor dito, a vida matrimonial e conjugal das personagens durou somente até 1892. Ora, cerca de 4 anos de vida em comum não se pode afirmar serem uma convivência duradoura, e no espaço de tempo em que não mais conviveram sob o mesmo teto, 1892 a 1900, Carlita Gonçalves Viveiros é acusada por parte do suplicante de inúmeras transgressões relativas à ordem moral pública da sociedade, e do funcionamento da família.

Deste modo, no processo de divórcio litigioso que Raymundo Santos Viveiros promoveu contra sua esposa, há verossimilhanças com o caso de Adelina, pois em ambos existia a acusação de abandono do domicílio conjugal. Esta era a acusação central que pesava contra a ré, embora houvesse outras imputações paralelas a que a impetrada “responderia” no transcorrer do processo. Elas iriam servir como atalhos a facilitar a condenação da suplicada. Neste sentido, observam-se as letras iniciais de acusação:

Apos o nascimento do 2º filho e ultimo filho, a sua mulher seducsida pelo individuo João Bernardo de Oliveira, deixou o lar e adulterando, entregou-se á uma vida toda irregular. Deixando por sua ves, o reducto, como ficou esteve algum tempo, amaziou-se com um bombeiro municipal e ainda depois foi para Manaos, continuando a viver vida inteiramente irregular e sempre adultera. De novo voltando á Belém onde se acha á Travessa 9 de Janeiro nº 79 se amaziou-se com um outro individuo, conforme esta vivendo concubinada¹⁴.

No episódio em pauta, essas eram as principais incriminações impingidas contra Carlita. Todavia, o artigo que oficialmente pesava contra ela era o inciso 3º do decreto 181

¹⁴ Autos civis de ação de divórcio litigioso, em que Raymundo Santos Viveiros acusa em sua petição inicial a sua mulher Carlita Gonçalves Viveiros, 1900.

de 24 de Janeiro de 1890, ou seja, “*abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos*”. Tudo indica, não obstante, que Dona Carlita Gonçalves Viveiros foi cercada por outros caminhos, isto é, que no transcorrer do processo de divórcio foram utilizadas outras acusações, entre as quais a de se ter deixado seduzir; a de ter sido infiel ao seu marido; e a de constituir uma vida irregular amasiando-se com inúmeros indivíduos na existência do vínculo matrimonial. O pedido de deferimento da ação tal como as assertivas oferecidas pelas testemunhas de acusação são alguns referenciais para se compreender o cotidiano no seio deste casamento o qual, ao que tudo indica, pouco representava a Carlita porquanto, assim como Dona Adelina Roza, permaneceu em todo o transcorrer da ação litigiosa em silêncio, dando ao julgador a liberdade de deduzir o que lhe aprouvesse.

Destarte, as acusações que pesavam sobre a impetrada representavam, em última análise, um desligamento intencional dos valores preestabelecidos pelos discursos moralizadores, normatizadores e profiláticos propagandeados, visto que não se pode esquecer o casamento como uma instituição que procurava promover a higiene da família, e da sociedade. (COSTA, 1999; CAULFIELD, 2000). No entanto, não é possível esquecer que as acusações lançadas sobre as duas esposas foram imputações estruturadas a partir das visões do masculino, sendo bastante propensas a estereotipações. A rigor, sobre a mulher divorciada na sociedade belenense buscava-se cedo ou tarde, jogá-la às águas turvas da segregação social, visto que uma teia de circunstâncias se conluiavam contra a dimensão divórcio / divorciada, ou seja, estas instâncias eram entendidas como denotadoras de acrescida verossimilhança: “*flagelos da moralidade*”. Neste contexto, o importante a ser ressaltado, de qualquer modo, é que o ingresso às margens do tecido social, pelo menos no que dependesse dos atores sociais que construía os “*discursos válidos*” para a época e que, ao mesmo tempo, promoviam ações dirigidas a criar ou a recriar novos emblemas sociais, estava garantido. Entretanto, não se entende que personagens como Carlita e Adelina não plasmassem seu próprio cotidiano ou que não mantivessem relações sociais com o mundo que o

embelezamento de partes do urbano e a própria propaganda *bellepoqueana* procuravam contemplar.

Era então o inciso 3º que recaía contra Dona Carlita Gonçalves Viveiros. No entanto, outras questões vão servir de baliza para se recuperar, da melhor forma possível, os caminhos percorridos por esta personagem histórica, dentre os quais a sua abstenção em defender-se das acusações que lhe foram imputadas. Nesta mesma linha de raciocínio há como deduzir as possíveis seduções e infidelidades a nortear a vida “irregular” que aparecem no interior do litígio de modo “*secundário*”, mas que são utilizadas pelo autor, pelas testemunhas e pelo advogado de forma contundente para o objetivo central: o *divórcio*. Nesta vertente, afirmava o advogado do autor, que “(...) *a sua mulher seducida pelo individuo João Bernardo de Oliveira, deixou o lar e adulterando, entregou-se a uma vida toda irregular*”¹⁵. Nota-se que o advogado do impetrante procurou formar uma imagem de Carlita, uma versão acerca das prováveis posturas reprováveis da ré. Conseqüentemente, repita-se, no bojo de uma ação litigiosa cruzavam-se discursos, valores e visões dissonantes quando se tomavam como paradigmas as diversas vivências daquele período. Quando relatadas as acusações, o judiciário passava a construir um veredicto a partir de padrões previamente estabelecidos, entre os quais os de honestidade, moralidade, comportamento, e valores acerca da família. Eni Mesquita Samara, analisando domínios sociais, políticos, econômicos da família paulista do século XIX, vislumbrou que historicamente sempre foi lançada sobre a instituição a pecha de receptadora e portadora da moralidade (SAMARA, 1980). Infere-se, neste sentido, que estes eram os principais critérios de que a justiça paraense se munia para divulgar suas sentenças, inocentando ou punindo quem estava sendo acusado. Dessa forma, tomando esses pontos como faculdades de julgamento, tudo concorria contra as duas personagens em análise, porque as acusações iam de encontro a vários postulados entendidos como desodorizantes pela sociedade. Com efeito, uma adúltera era vista como

¹⁵ Acusação construída pelo advogado José Augusto Meira Dantas, 1900.

pessoa carente de educação moralizadora e “*amiga da boa vida*”; assim, condená-la era – naquele momento – um pressuposto comumente requisitado pela justiça, uma vez que pensava aplicar dessa forma exemplar correção às condutas mundanas.

O discurso jurídico do advogado José Augusto Meira Dantas pautava-se na tentativa de incutir o tempo inteiro, no seio do trâmite jurídico, a dimensão de que Dona Carlita não dispunha em sua formação dos pressupostos mais elementares de moralidade. Desta maneira, a ré não possuía os valores que a justiça reputava como triviais a uma mulher dita honesta. Genericamente então, pelos parâmetros higiênicos judiciais, em qualquer processo de divórcio da época em que as mulheres ocupassem a posição de suplicadas ou suplicantes seriam taxadas de carecedoras de honestidade; moralidade; dignidade; ou de serem pouco confiáveis. Para convencer a justiça paraense dos possíveis desregramentos de Carlita, o discurso enveredava pelo campo da imputação da provável vida prostituída que levava. Esta atribuição era cimentada por acusações que o marido e as testemunhas despendiam à suplicada. Deste modo, destacava o advogado no início de seu discurso acusatório: “*Desejando o suplicante regular a sua situação jurídica com a dicta mulher, adultera, requer e precisa divorciar-se (...)*”¹⁶.

Com a leitura documental pode-se deduzir, não obstante, que o objetivo central do causídico era o de enquadrar Carlita da mesma maneira que se pretendeu fazer com Adelina: *nos mais ínfimos degraus da decência*. Em outras palavras, o discurso de acusação do advogado do autor era feito no sentido de permanecer consolidando as normas morais, isto é, as dimensões apresentadas eram edificadas nos postulados do que viria a ser uma mulher desonesta e despudorada. Estas prédicas – invertidas – eram as principais argumentações que deveriam ser utilizadas por alguém que defendia uma suplicada. Assim, a principal tarefa que um advogado havia de construir para tentar inocular a ré seria a de tentar provar que sua conduta era honesta. Em outros

¹⁶ Argumentação construída pelo advogado do suplicante contra a ré, Carlita Gonçalves Viveiros, 1900.

termos, uma boa tática acerca do inverso do que se entendia por uma mulher honesta, revelar-se-ia um viés de excelência à sua condenação.

Foi o que fez o advogado do impetrante, senão vejamos:

(...) a Ré inexperadamente deixou o marido, entrepondo-se, d'esde então, ao adulterio e a uma vida toda irregular como esta provado nos autos que a Ré não contesta (...)” “(...) durante muito tempo, como a Ré se houvesse retirado para Manaos, na vida ella se entregou (...)”¹⁷.

Pode-se deduzir a partir da análise deste documento que o advogado procurava convencer o judiciário de que a imputada entretinha relação pouco aceitável, segundo os postulados burgueses de mulher e de família honestas. Procurava-se evidenciar ao jurisconsulto julgador, Manoel Maroja Netto, que a ré estabelecia relações de natureza licenciosa, ao adular os laços matrimoniais, por conseguinte muito distantes das regras e dos comportamentos moralmente aceitáveis. Com efeito, a questão da boa conduta, do regramento e da honra eram elementos que convergiam para uma dimensão bem mais ampla e o conjunto dessas circunstâncias não pode ser sintetizado como simples instrumento a ser manipulado para acusar ou defender determinados atores que faziam parte da Belém dos últimos onze anos do século XIX. Esses pré-requisitos devem ser entendidos num contexto bem mais extenso, ou seja, como a base a partir da qual o judiciário e a sociedade forjavam seus discursos de normatização e higiene. O fundamental era a permanência dos códigos de conduta e de moralidade pública, visto que essas ferramentas seriam as norteadoras da boa sociabilidade além de buscar comportar a paz e a honra das famílias.

¹⁷ Partes da argumentação final de um documento intitulado, “*Meritíssimo Julgador*”, concatenado pelo advogado, José Augusto Meira Dantas. Nesta documentação o advogado procurou a todo o momento provar os possíveis ultrajes que foram executados contra a honra do marido e à própria moral pública, 1900.

No entanto, apesar dessa vigilância houve instabilidades no funcionamento da pretensa “*boa ordem pública*”. A rigor, no seio dos processos de divórcio constata-se que mulheres de variados níveis sociais foram mentoras de tensões no casamento. Descontentes, elas demonstravam suas insatisfações, procurando assim driblar a vigilância imposta. Esta proposição é verificada quando se percebem os dramas relatados em cada um dos processos de divórcio em estudo. Quanto ao caso de Dona Carlita Gonçalves Viveiros, há uma seqüência de acontecimentos criados por outros atores da sociedade entre os quais seu marido; o advogado de acusação; as testemunhas apresentadas pelo suplicante; que forjavam uma espécie de conluio que tinha por objetivo central ao promover a culpabilidade da suplicada, ajudar a consumir o divórcio entre as partes envolvidas. Esta possibilidade ficava mais próxima de se consumir em favor de Raymundo à medida em que o processo se desenrolava pois Carlita, em nenhum momento, argüiu qualquer palavra em defesa das acusações que pesavam sobre sua conduta. Por isso afirmava e acusava o advogado do suplicante, que a ré deixava a ação correr pois:

(...) que não tendo á Ré arrasoado afinal acção no praso que lhe foi assegurado para o dicto fim, lançava-o do dicto praso e, sob pregão que seja havido o lançamento por efeito, seguindo os seus demais¹⁸.

O não arrazoamento de Carlita facilitou, repita-se, a tarefa do advogado do autor e neste sentido a comprovação de uma possível má conduta ficava mais forte para o juiz, Manoel Maroja Netto à medida que o processo avançava em seu curso judicial. Portanto, além de não existir qualquer tentativa de defesa por parte da acusada, os depoimentos oferecidos pelas testemunhas de acusação revelavam-se tramas que ajudavam a construir dimensões reprováveis da requerida. No sentido de desqualificar ainda mais a postura de Carlita, todas as testemunhas produzidas comprometiam-se a confirmar todas as acusações em juízo se assim fosse necessário.

¹⁸ Ação de divórcio promovido por Raymundo Santos Viveiros, 1900.

As testemunhas:

Nós abaixo assignados, declaramos e attestamos, para fins judiciaes, que conhecemos o Senhor Raymundo Santos Viveiros, d'esde muitos annos, assim como tambem á sua mulher Carlita Gongalves Viveiros e sabemos e attestamos que esta o abandonou d'esde alguns annos, seduczida e desviada dos seus deveres conjugaes, continuando a viver irregularmente o que confirmamos em juizo se preciso for¹⁹.

A declaração oferecida pelas testemunhas de acusação reforçava a natureza do libelo apresentado contra a acusada. O julgamento da impetrante seria mais pautado sobre a quebra ou não dos postulados de moralidade pública e menos quanto à transgressão jurídica de que era acusada, porquanto o que estava em xeque, naquele momento, eram paradigmas complexos e amplos que foram construídos socialmente e, em larga medida, eram os que definiam a condenação ou a absolvição dos acusados. Neste e em outros casos portanto, a conduta moral era o que estava em julgamento, isto é, Carlita seria vista pelo judiciário paraense a partir das acusações que as testemunhas construísem. Com os parâmetros definidos, a situação da ré se complicava, porque no seio do processo acentuavam-se as críticas que pesavam sobre sua conduta, moralidade e fidelidade conjugal. Essas acusações apresentadas ao judiciário provinham de todos os ângulos, ou seja, do impetrante, do advogado de acusação e naturalmente das testemunhas constituídas. Vele ressaltar que as ditas testemunhas foram classificadas como trabalhadoras e a natureza do trabalho era de magnitude fundamental para que o depoimento fosse levado a sério e recebesse crédito pelo tribunal, já que um homem trabalhador era um dos discursos que representava o “*bom funcionamento*” da *Belle-Époque*. Pode-se, no bojo do argumento, conjecturar ainda que para se consolidar essa premissa e para que a mesma se apresentasse sólida, no depoimento de todas as testemunhas enalteceu-se a profissão, isto é, procurou-se mostrar que eram personagens sociais que labutavam diariamente e arduamente

¹⁹ Idem.

no cumprimento do dever. Como prova da importância do argumento “labuta”, atente-se para o início do depoimento de “Vicente Francisco Pereira, com trinta e sete annos, casado, Agente de Policia, cearense e residente á Trav. 9 de Janeiro, nº 162 (...)”.²⁰

Quanto à “moralidade indigna” de Carlita, a testemunha Vicente Francisco Pereira procurava afirmar com contundência que a mesma não era merecedora da indulgência da justiça e tampouco poderia ser amparada por ela. Além de o judiciário construir suas verdades, as acusações que pesavam sobre os ombros da requerida eram rigorosas, representando um anátema à moralidade pública burguesa. Desta forma, os juristas belenenses do final do último quartel do século XIX, interpretavam os depoimentos das testemunhas dos processos embasando-se nos termos legais pautados pelas elites dominantes da época. Assim, as palavras – de adultério e sedução contra a ré – da testemunha Vicente seriam rigorosa e devidamente apreciadas pelo judiciário, já que estavam ligadas à imagem de uma mulher prostituída, devassa e mundana. Eram estas as premissas que a testemunha procurava consolidar:

(...) que há uns sette ou oito annos Raymundo Santos Viveiros separou-se de sua mulher pelo procedimento que esta tinha e tem; que a mulher de Raymundo tem tido sempre uma vida irregular e sempre adultera, que Carlita seduzida pelo individuo João Bernardo de Oliveira deixou o lar e adulterando entregou-se a prostituição; que ultimamente ella se acha amaziada, segundo consta a testemunha, com uma praça do Corpo de Cavalaria (...).²¹

Vale acrescentar que o legislador julgava, naquele momento histórico, não somente com a função normativa, mas também com o valorativo. Interpretavam-se as simbologias e discursos do direito e também os arrabaldes dos papéis sociais que cada um dos atores deveria desempenhar. Com efeito, recolhido o testemunho de Vicente, que foi taxado de homem

²⁰ Depoimento dado pela testemunha Vicente Francisco Pereira, em favor do suplicante Raymundo Santos Viveiros, 1900.

²¹ Idem.

trabalhador, a tarefa imediata dos juristas era a de alinhar os atos valorativos ou não de que a acusada dispunha, conforme o depoimento. Os valores do cotidiano das acusadas eram colocados na linha de frente para serem interpretados pelos advogados, juizes, promotores e pela própria sociedade. Enfatizava-se uma vez mais que a justiça possuía estes parâmetros como paradigmas de julgamento e réis como Carlita tinham chances reduzidas de conseguir a absolvição, porque os fatos relatados [por Vicente e demais testemunhas] eram pesados e feriam a mentalidade da época, segundo a interpretação da justiça. Exemplar neste sentido continua sendo o que testemunhou Vicente Francisco, que buscou reiterar os prováveis adultérios, seduções e amasiamentos da ré. Depoimentos desta natureza, dados à justiça, eram interpretados como “prova” cabal de cultivo de uma vida bastante irregular.

Ainda nas páginas seguintes do processo de divórcio que pesava contra a requerida encontra-se o depoimento de mais uma testemunha, Manoel Francisco Pereira, com 35 anos, solteiro, marítimo, cearense e residente à Travessa 9 de Janeiro. Como a testemunha anterior, este não hesitou em classificar de modo incisivo o fato de que o comportamento da ré se revelava indigno perante a sociedade e principalmente diante do marido, sendo que tal procedimento atentava contra os bons costumes sociais e também contra a ordem que buscava reger a sociedade. Segundo a testemunha: “(...) a mulher de Raymundo trás uma vida toda irregular; que a mesma seduzida pelo individuo João Bernardo de Oliveira, entregou-se á prostituição (...)”.²² Neste tom iniciava Manoel Francisco Pereira seu depoimento. Para Margareth Rago, a acusação de prostituição era depreciativa e pesava bastante sobre uma mulher, tanto que foi criado, na cidade de São Paulo em 1896, o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes” que tinha por objetivo conter os comportamentos taxados de escandalosos praticados pelas prostitutas que circulavam no centro da capital paulista (RAGO, 1991). A testemunha não destoou em momento algum do primeiro depoente. Procurava

²² Depoimento dado pela testemunha Manoel Francisco Pereira em favor do suplicante Raymundo Santos Viveiros, 1900.

enquadrar o comportamento de Carlita no universo desprezível do desavergonhamento moral. Num outro momento declarava com firmeza: “*que depois que a mulher do autor deixou o lar os filhos ficaram em poder do autor e de sua avó, os quais vem tendo boa educação*”.²³

Neste fragmento do depoimento observam-se os poucos rodeios que a testemunha fazia. Além de procurar localizar a suplicada num contexto adverso quanto ao regramento moral, público e social, Manoel procurava também emoldurá-la – certamente orientado pelo advogado do impetrante – no interior dos limites do artigo 82 inciso 3º do decreto 181. Por outros termos, a testemunha buscou evidenciar ao judiciário que dona Carlita abandonou por mais de dois anos consecutivos o domicílio conjugal, pois esta era a acusação principal que pesava contra a ré no seio da ação. A rigor, as outras acusações, *adultério e sedução*, funcionaram como suportes à consolidação de um provável comportamento indecoroso.

Outra questão premente a ser considerada é o fato de a testemunha esforçar-se em maximizar as presumíveis más qualidades da impetrada, uma vez que além de acusá-la de infiel, de ter sido seduzida, de ter se lançado à prostituição, ainda havia abandonado o lar conjugal, outra imputação que provavelmente foi bem examinada e mensurada pelos juriconsultos do final do século XIX além do discurso de ter abandonado os filhos havidos no matrimônio.

Neste sentido, a testemunha:

(...) que há anos conhece o autor Raymundo Santos Viveiros, bem como sua mulher Carlita Gonçalves Viveiros; que esta uns sete ou oito anos o abandonou deixando no poder do autor dois filhos ainda menores de idade, o mais novo com nove anos e o mais velho com onze anos, sendo que estes vem recebendo boa educação do próprio pai e da avó paterna.²⁴

A justiça paraense do final do século XIX, ancorada na quantidade de valores que se deveriam cultivar, tinha todos os

²³ Idem.

²⁴ Idem.

ingredientes para interpretar as acusações que pesavam sobre Carlita como verdadeiras porquanto, segundo esta testemunha, a suplicada insurgira-se contra símbolos que há tempos imemoriais buscava-se consolidar e estabelecer, como o de “santa mãezinha”. A impetrada note-se, permanecia em silêncio diante destas acusações. A justiça a intimou inúmeras vezes a qualificar qualquer contestação, assegurando-lhe o prazo legal de dez dias; contudo ela não se valeu desse direito e sequer intentou defender-se das acusações movidas por seu marido em tempo hábil e parecia não estar interessada em proteger-se. Pela razão da não defesa, o processo passou a correr à sua revelia na justiça paraense do último terço do século XIX. Várias possibilidades podem tentar explicar este silêncio: falta de recursos para constituir advogado; desejo de que a sentença fosse logo oferecida visto que uma não defesa apressava o veredicto; ou também se pode conjecturar o pouco significado que o enlace para ela representava, já que a supracitada ré não compareceu às duas audiências em que se lançaram os prazos de contestação. Por isso o advogado do suplicado em suas considerações finais, na ânsia de enquadrá-la como alguém que deixou o processo correr a revelia, afirmava com veemência: “*como esta provado nos autos que a Ré não contesta, não se oppondo mesmo ao divorcio, foi de boa vontade aceita*”.²⁵ Desta forma, no entender do poder jurídico, o silêncio da imputada às acusações das testemunhas, do advogado e do esposo convergiam para que fosse decretado o divórcio entre as partes.

Com o intuito de que o ato fosse promulgado, o suplicante constituiu ainda uma terceira testemunha, Adolpho Luiz Pereira, 34 anos, solteiro. Este para não fugir ao padrão previamente estabelecido pela justiça, era *caldereiro*, isto é, *homem trabalhador* e permaneceu na mesma linha de acusação das outras duas testemunhas que possivelmente se

²⁵ Acusações finais que o advogado do suplicante, José Augusto Meira Dantas, fez no sentido de fazer com que o juiz que estava julgando o processo, Manoel Maroja Netto, desse um veredicto favorável ao seu cliente, 1900.

conheciam.²⁶ Neste sentido, procurou colocar o comportamento de Carlita no interior de certas conveniências que o fato exigia. Em outras palavras, dentro dos valores ditos perigosos (descompromisso com a família, com o casamento, com a ordem social vigente), com o objetivo de fazer com que fosse examinada pela justiça a partir do conceito de mulher desocupada e perigosa. Seu depoimento foi igualmente importante para a construção da verdade ou das verdades segundo os critérios que o judiciário paraense entendia como coerentes. Para este debate Michel Foucault em “*A verdade e as formas jurídicas*”, é importante. O autor analisa como o judiciário é um instituto portador de relações de poder, porém como estas são construídas a partir das conveniências daqueles que desejam fabricar verdades, as quais devem ser socialmente aceitas. Trata-se, no dizer do autor, de formas de legitimação de discursos. (FOUCAULT, 2003). Para procurar concretizar um provável desregramento da suplicada e a própria verdade ou verdades que o judiciário desejava impor, a testemunha prestou o seguinte depoimento:

Que conhece tanto o autor Raymundo Santos Viveiros, como a mulher d'este de nome Carlita Gonçalves Viveiros; que há uns annos esta mulher vem trazendo uma vida irregular e adultera, abandonando o autor; que tem tido diversos amantes, entre elles um individuo de nome João Bernardo de Oliveira e um Praça do Corpo de Bombeiros; que do consorcio de Raymundo Santos Viveiros com Carlita Gonçalves Viveiros nasceram duas crianças, contendo hoje, a primeira onze annos, mais ou menos, e a outra nove; que quando a mulher do autor abandonou o lar os filhos do mesmo ficaram em seu poder, onde tem vivido ate hoje e onde recebem boa educação.²⁷

²⁶ Possivelmente se conheciam, porque as três testemunhas, Vicente Francisco Pereira, Manoel Francisco Pereira e Adolpho Luiz Pereira moravam na mesma travessa, isto é, na 9 de Janeiro. Outro elemento que se pode especular é um possível parentesco entre estas três testemunhas, pois tinham o mesmo sobrenome, *Pereira*.

²⁷ Depoimento dado pela testemunha Adolpho Luiz Pereira em favor do suplicante Raymundo Santos Viveiros, 1900.

As três testemunhas arroladas neste processo e produzidas para depor contra a suplicada eram vizinhas dos cônjuges, ou seja, moradoras da mesma travessa, a 9 de Janeiro, e todas afirmaram que conheciam o impetrante e sua mulher *“há muitos anos”*. A predominância de testemunhas que residiam às proximidades das casas dos consortes era característica que dava o tom dos processos. Presume-se que os autores ou autoras e as testemunhas possuíam não somente experiência de vida parecida, mas também que comungavam com as mesmas simbologias e tradições sociais. O historiador Sidney Chalhoub, interpretou que, nos casos de processos-crime, as testemunhas eram constituídas entre amigos e vizinhos próximos e recorria-se também aos parentes, domínios que denotavam que em momentos de dificuldades as relações de solidariedades se faziam e se reconstituíam cotidianamente. (CHALHOUB, 2001). Dessa maneira em momentos de conflitos sociais e de dramas conjugais a rede de vizinhos era acionada para depor. (CANCELA, 1997). Em relação à acusada Carlita, os predicados e adjetivos utilizados por essas testemunhas eram-lhe pouco favoráveis, pois se procurou reiterar que a ré *“trazia uma vida irregular e adúltera”, “que deixou o lar”, “que tem tido muitos amantes”, que “adulterou entregando-se à prostituição”, e que “foi seduzida”*.²⁸ Vale lembrar que essas foram acusações construídas pelos agentes masculinos [verdadeiras ou não]; o importante, neste momento, é perceber que os discursos sociais montados entre os envolvidos em uma contenda de separação conjugal envolviam laços de solidariedade. Enfim, é possível deduzir que os vizinhos estavam prontos a depor quando eram chamados por seus pares.

Acentua-se ainda que a mínima possibilidade de transgressão dos estereótipos de mulher / santa e sagrada; rainha do lar; doméstica e domesticada, poderia produzir acusações e insinuações de efeitos nefastos. (TRINDADE, 1996). Em tempos há muito passados, repita-se, estes

²⁸ Essas predicções foram confirmadas por todas as testemunhas produzidas por Raymundo contra a ré Carlita no processo de divórcio litigioso iniciado em 1900.

postulados procuravam estabelecer-se na sociedade como obrigações triviais que as mulheres deveriam tratar com zelo. Além do aparente pouco desvelo que Carlita dispensou a tais “obrigações”, Adolpho ainda a acusava de ter tomado uma vida totalmente irregular praticando o adultério com diversos amantes e de ter abandonado os filhos e o lar conjugal. Desta forma, a testemunha processou um esvaziamento das qualidades que serviam como baliza a diferenciar uma mulher honesta de uma airada. As mulheres honestas tinham de possuir condutas regradas, porquanto os padrões sociais e éticos da época o exigiam. Destarte, as acusações que pesavam contra Carlita e o seu silêncio em relação a elas, dão licença de interpretar que a requerida não cumpria rigorosamente, e tampouco com afinco as “obrigações” prescritas no ideário burguês de boa esposa / mãe.

O silêncio de Adelina Roza da Cruz Louzada e de Carlita Gonçalves Viveiros, era incomodante, mas pode-se interpretar de uma outra forma sua inércia. Se a impossibilidade financeira pode querer explicar o silêncio das duas personagens sociais, esse silêncio poderia igualmente constituir-se no caminho mais curto para que elas atingissem um objetivo desejado: *livrarem-se dos seus respectivos maridos*. Enfim, a não defesa proporcionada por essas duas protagonistas parece ter sido proposital, uma vez que se elas resolvessem enfrentar os trâmites jurídicos, poderiam prolongar as refregas judiciárias. Talvez deliberaram, até de forma estratégica, ignorar os chamados da justiça forçando a que o processo corresse à revelia e os veredictos pudessem sair em tempo breve e naturalmente favoráveis à separação de corpos. Muitas vezes o discurso do poder judiciário paraense valia-se desse descaso para produzir discursos e veredictos.

Por conseguinte, quanto ao caso de Dona Carlita Gonçalves Viveiros todas as acusações por ela sofridas foram, sem dúvida, cuidadosamente analisadas pelo judiciário paraense em 1900. As letras do início da decisão judiciária proporcionam tal análise:

Attendendo a que o autor Raymundo Santos Viveiros pediu a citação de sua mulher Carlita Gonçalves Viveiros para ser julgada a presente acção ordinária de divórcio,

allegando, com fundamento, o abandono do lar, voluntariamente, por parte de sua mulher, d'esde o anno de 1892, seguido de adulterio, e instruindo a petição de folhas 2 com a certidão de casamento, realizado á 18 de Dezembro de 1888 n'esta cidade.²⁹

O juiz acentuava o desregramento de Carlita. A grande questão quanto ao discurso executado pelo juriconsulto é a consolidação, nessas primeiras linhas do veredicto, da pouca honestidade, da imoralidade, enfim, da conduta irregular que Carlita possivelmente praticou na Belém oitocentista. De conformidade com isso, os discursos das personagens do judiciário: *advogados, juizes, promotores e delegados*, eram pautados nos postulados do padrão do que viria a ser uma mulher honesta para aquele momento histórico, ou melhor, os discursos vinham de mãos dadas com os comportamentos e as condutas desenvolvidas por quem estava no banco dos réus. As impressões oferecidas pelo juiz Manoel Maroja Netto fornecem algumas pistas em relação aos olhares que a instância superior do judiciário fazia acerca dos processos de divórcio impetrados na cidade. Este juriconsulto, ao que tudo indica, levou em consideração todas as imputações feitas pelas testemunhas e pelo advogado do suplicante visto que, em linhas gerais, pode-se deduzir que as mesmas atribuições e idéias feitas pelos personagens de acusação foram reproduzidas pelo juriconsulto: "(...) *Attendendo o que á Ré foi pessoalmente citada, mas não compareceu á juízo, tendo a causa supra e todo o seu curso regularmente, á revelia (...)*". Estes termos remetem-se à acusação que foi constantemente feita pelo advogado de Raymundo, ou seja, esses dois sujeitos – em momentos diferentes – acusaram Carlita de ter deixado os trâmites do processo correr à revelia, mesmo sendo citada para comparecer em juízo na forma da lei. Por outras palavras, tanto o advogado do suplicante quanto o juiz deram acentuada atenção ao silêncio proporcionado no interior do processo. Se o silêncio da ré foi uma ferramenta forjada por ela no sentido de abreviar a refrega judiciária, é necessário considerá-la

²⁹ Parte do veredicto que o juiz Manoel Maroja Netto deu acerca do litígio de divórcio promovido por Raymundo Santos Viveiros, 1900.

vitoriosa, porque a decisão saiu em apenas dois meses e vinte e dois dias.

Se não, em outra parte do veredicto o jurisconsulto afirma:

Attendendo o que os autos provam cabalmente, por meio de testemunhas, tudo quanto allegou na inicial. Lhe sendo os dois motivos apontados – o abandono voluntario do lar e o adulterio ficaram bem aprovados, indicando assim as custas pecuniarios da Ré (...).

Neste momento, uma das conjeturas levantadas toma relativa musculatura porque o juiz afirma nas entrelinhas que está convencido acerca das asserções que as testemunhas imputaram a Carlita. O adultério e o abandono voluntário do lar foram interpretados pelo judiciário paraense como atos praticados pela ré. Celeste Zenha, analisando o cotidiano da justiça, pode neste momento ajudar. A historiadora fez análises contundentes em relação ao jurídico, chegando à consideração de que o corpo judiciário da cidade de Capivary – uma localidade do século XIX, que a autora afirma ser “um município sem grande expressão econômica e política do Império” – construía suas próprias verdades. Em outros termos, Zenha interpretou que os veredictos que inocentavam ou culpavam os réus eram forjados pelo judiciário do município apresentando-se, para a autora, como um instrumento que se revelava concretamente como manipulação da justiça no cotidiano da comunidade. (ZENHA, 1989).

Volta-se aqui à argumentação de que as testemunhas ajudavam a construir verdades jurídicas e que, por sua vez, o judiciário interpretava os depoimentos conforme as conveniências socialmente exigidas. Esta argumentação toma força quando se procura cruzar os depoimentos oferecidos com o veredicto. Institucionalizar como verdadeiros os depoimentos prestados era conveniente às formas jurídicas e o jurisconsulto assim o fez. Ao afirmar que estava atendendo o que os autos provavam “cabalmente, por meio de testemunhas”, entende-se ser uma forma de tornar verdade uma versão, um discurso. O juiz Maroja Netto deu crédito aos depoimentos das testemunhas e afirmava em sua sentença que “tudo quanto

allegou na inicial" estava cabalmente provado, ou seja, o abandono do lar e o adultério. O judiciário firmava campos de verdades a partir de domínios sociais. Assim a análise dos discursos das testemunhas constituía-se em jogo de estratégias que buscavam a formação de linguagens adequadas às leis punitivas instituídas. Deste modo, é necessário pensar que o corpo jurídico se ocupa em construir sujeitos. Quais? *Condenados ou absolvidos*.

Esta análise não escapou de Martha de Abreu Esteves. Ter boa conduta [descortinou a autora] era indicativo de absolvição; qualidade trivial e necessária a que uma mulher fosse indultada em qualquer processo era, então, a de se mostrar honesta no casamento. Neste sentido, possuir boa correção perante a sociedade deveria transformar-se numa escola fundamental ao regramento da *Belle-Époque* e frutificar entre vizinhos e nos vários bairros da cidade que assim se vigiavam uns aos outros. (ESTEVES, 1989). A vigilância mútua entre as personagens do período *bellepoqueano* paraense nada mais era do que uma tentativa de moldar as ações de certos sujeitos históricos em relação às atividades que desempenhavam naquele cenário urbano que se queria organizado.

O substrato do discurso tanto do advogado quanto do juiz no processo de divórcio promovido por Raymundo é o de defender a boa conduta, a honestidade, a fidelidade, enfim, todos os padrões de moralidade estabelecidos à época, pois as personagens do judiciário compreendiam que essas características tinham de se sobrepor como verdades universais, ou melhor, deveriam ser extensivas a todas as camadas sociais. Desta perspectiva, o provável descomedimento praticado por Carlita mostrado nos depoimentos dados em juízo pelas duas primeiras testemunhas, Vicente Francisco Pereira e Manoel Francisco Pereira é revelador. Os depoentes acusavam a ré de ter sido seduzida e de entregar-se à prostituição e tentava-se convencer as instâncias de poder sobre esses fatos. A testemunha Vicente Francisco Pereira afirmava que:

(...) Carlita seducsida pelo individuo João Bernardo de Oliveira deixou o lar e adulterando entregou-se á

prostituição; que ultimamente ella se acha amaziada, com uma Praça do Corpo de Cavalaria (...).³⁰

Por seu turno, Manoel Francisco Pereira, determinava em seu depoimento: “(...) á mulher de Raymundo trás uma vida toda irregular; que a mesma seducida pelo individuo João Bernardo de Oliveira, entregou á prostituição (...)”.³¹ Existem nas imputações feitas pelas testemunhas dois crimes incansavelmente combatidos à época: *a sedução e a prostituição*. Magali Engel, ao debater a prostituição no Rio de Janeiro, considerou que a sexualidade prostituída era qualificada como pervertida e que normatizá-la se fazia necessário, uma vez que os médicos concebiam a sexualidade como função orgânica ligada à finalidade reprodutora. Assim, ao ser utilizada como forma de comércio e prazer representava um perigo à sociedade “moralmente correta”. A rigor, a sexualidade dita normal – segundo os estudos médicos do século XIX – era a realizada fora da livre manifestação do desejo, o campo do prazer deveria ser excluído. (ENGEL, 1989).

Finalmente, os domínios divórcio e adultério feminino não eram benquistos pelo judiciário paraense: o corpo jurídico atuava, pois, no sentido de condená-los. Percebeu-se nas ações de divórcio analisadas que todas as vezes em que os homens percorreram os corredores do judiciário argumentando práticas adulterinas de suas esposas, o judiciário tendeu a dar causa favorável ao esposo traído. Entendia-se que o marido havia sido maculado em sua honra. Deste modo, era com base nas acusações dos impetrantes, dos advogados e das testemunhas, que o judiciário partia para forjar verdades sobre os impetrados. Não se analisavam possíveis ações valorativas pregressas; o que estava em causa eram as acusações que se faziam naquele momento histórico-social.

Veja-se destarte como o judiciário construía seus próprios campos de julgamento.

³⁰ Processo de divórcio impetrado por Raymundo Santos Viveiros, 1900.

³¹ Idem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurou-se evocar as representações construídas acerca do divórcio, do adultério, e dos discursos construídos para o judiciário e pelo judiciário sobre eles. Perceber o campo de composição de forças do poder judiciário também foi importante. O pensamento e a prática jurídica em relação ao divórcio e ao adultério versavam sobre a concepção de que era essencial preservar a moralidade. Em conformidade com isso, pensar a justiça paraense é vislumbrá-la a partir de um campo que procurava e julgava aspectos da moralidade. Não é possível perceber o corpo jurídico do final do século XIX fora deste círculo. A rigor, os discursos dos advogados, dos juizes, dos impetrantes, das testemunhas em relação à norma e à moralidade revestem-se de suma importância no ato julgar. Entenda-se do exposto que as falas destas personagens sociais organizadas nestes campos passavam a apresentar valores cruciais à sociedade de então.

Os advogados são exemplares neste sentido. Os representantes do direito certamente instrumentalizavam as testemunhas para que as mesmas desqualificassem as rés dos processos em estudos e ao mesmo tempo construíssem discursos valorativos dos impetrantes diante do juiz que arbitrava as causas. Com efeito, o judiciário julgava tomando como base os discursos a ele apresentados, ou seja, as formas de discursos [deletérias ou honrosas] eram as linhas mestras do jurídico. Não obstante, o importante a ser compreendido é que os campos jurídicos deveriam ser interpretados a partir do prisma que as sociabilidades moralizantes exigiam. Assim o judiciário não era um campo imparcial e sim agia conforme as “realidades” normatizantes a ele apresentadas. E era necessário reconstruir e buscar todos os ideais e sonhos normatizantes e moralizantes para se reforçar uma pretensa tradição familiar. Infere-se deste modo que o instituto jurídico, de uma forma ou de outra, procurava expor à sociedade um sonho de perfeição familiar utilizando-se para isso dos discursos das partes em litígio.

O importante e necessário a se compreender são as malhas históricas tecidas pelos advogados, juizes, promotores, testemunhas da Belém do final do oitocentos. Mas também é

válido acentuar que estas personagens forjam “verdades”, conforme suas necessidades, desejos, interesses, e aspirações. O judiciário seria então o espaço em que se entrecruzavam valores e discursos, onde se encontravam vivências diversas as quais, ao serem esmiuçadas e julgadas, ajudavam a consolidar e a divulgar padrões de moralidade e honestidade e, naturalmente, posturas que deveriam ser punidas por fugirem aos discursos preestabelecidos.

O ato de julgar era – enfatize-se – uma construção!

DOCUMENTOS.

- Autos civis de ação de divórcio litigioso, autor Antonio Ismael de Castro e ré Adelina Roza da Cruz Louzada, 1897.

- Autos civis de ação de divórcio litigioso, em que Raymundo Santos Viveiros acusa em sua petição inicial a sua mulher Carlita Gonçalves Viveiros, 1900.

- Da Liga da Boa Imprensa. *O divórcio*. Belém, secção de obras d' A Palavra, 1915.

- Correio Paraense. Belém, 2 de julho de 1892, p. 2.

- Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Nacional, 1890.

- Código de Posturas da Intendência de Belém de 1890. Typ. d'A Republica, 1891.

- *Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Décimo fascículo – de 1 a 31 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

ARNAUD-DUC, Nicole. “As contradições do Direito”. In: DUBY, Georges. & PERROT, Michelle. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. IV. Porto: Afrontamento, 1991, pp. 97 / 137.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do*

- século XIX e início do XX. Dissertação de mestrado apresentada na UNICAMP. Campinas: Mimeo, 1997.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 / 1940)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1999.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800 / 1860)*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH / USP). São Paulo: Mimeo, 1980.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "Mistérios da "fragilidade humana": o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX". In: *Representações*. Revista Brasileira de História / ANPUH n° 29. São Paulo: Contexto, 1995, pp. 57 / 71.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 / 1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Farol do Saber, 1996.
- ZENHA, Celeste. "Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça". VAINFAS, Ronaldo (Org). In: *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 1986.

Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Cauamé e Raiar do Sol

Organizadoras:
Carla Monteiro de Sousa
Raimunda Gomes da Silva

FICHA TÉCNICA:
ISBN 85-60215-02-6
135 páginas
21 x 14 cm
Coleção Roraima em Foco N°01
Lançado em novembro de 2006



Atlas do estado de Roraima: Território e População

Rafael da Silva Oliveira

FICHA TÉCNICA:

ISBN 85-60215-01-8

CD-ROM

12 x 14 cm

Lançado em fevereiro de 2007



Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra

Jaci Guilherme Vieira

FICHA TÉCNICA:

ISBN 85-60215-00-x

226 páginas

21 x 14 cm

Coleção Roraima em Foco N°02

Lançado em abril de 2007



Normas para publicação

- 1 - A Revista Textos & Debates aceita, para publicação, trabalhos inéditos na forma de artigos, comunicações, resenhas, nas áreas de Sociologia, História, Ciências Políticas, Antropologia e áreas afins.
- 2 - Os trabalhos deverão ser encaminhados em disquete 3 1/2, acompanhados de duas cópias impressas.
- 3 - Os artigos não devem passar de 20 laudas, no editor Word, digitado em espaço simples, letra arial, corpo 12. Figuras, tabelas e outros elementos gráficos devem estar formatados e devidamente integrados ao texto, não sendo permitido anexo.
- 4 - Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol.
- 5 - As referências bibliográficas deverão ser incorporadas no próprio texto - ex: (VARELA, 1993). As notas de rodapé deverão ser reservadas para informações complementares.
- 6 - O título deverá vir em maiúsculas e centralizado. O nome do autor deverá vir logo abaixo do título à direita, seguido logo abaixo dos dados sobre o(s) autor(es).
- 7 - Devem constar no artigo resumo na língua do texto (português ou espanhol), com no máximo 10 linhas, e três palavras-chave.
- 8 - A bibliografia deverá vir no final do trabalho, obedecendo às normas da ABNT.
- 9 - As resenhas deverão ter no máximo 5 laudas, respeitando a mesma formatação dos artigos.
- 10 - É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou a sua tradução para outro idioma sem a autorização do Conselho Editorial.
- 11 - A revisão gramatical de cada um dos artigos é de responsabilidade do próprio autor.
- 12 - Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.
- 13 - Todos os artigos e material enviado, mesmo não sendo publicados, não serão devolvidos.
- 14 - Todos os textos serão submetidos à análise de dois (02) ou mais membros do Conselho Editorial.

15 – Os artigos deverão ser enviados a Revista Textos & Debates:
Centro de Ciências Humanas - CCH-UFRR, Campus do
Paricarana
Av. Ene Garcez, n. 2413, Bloco I, Sala 122, , Bairro do Aeroporto,
Boa Vista-RR.
CEP 69.304-000.
Telefone/fax (95) 6213158

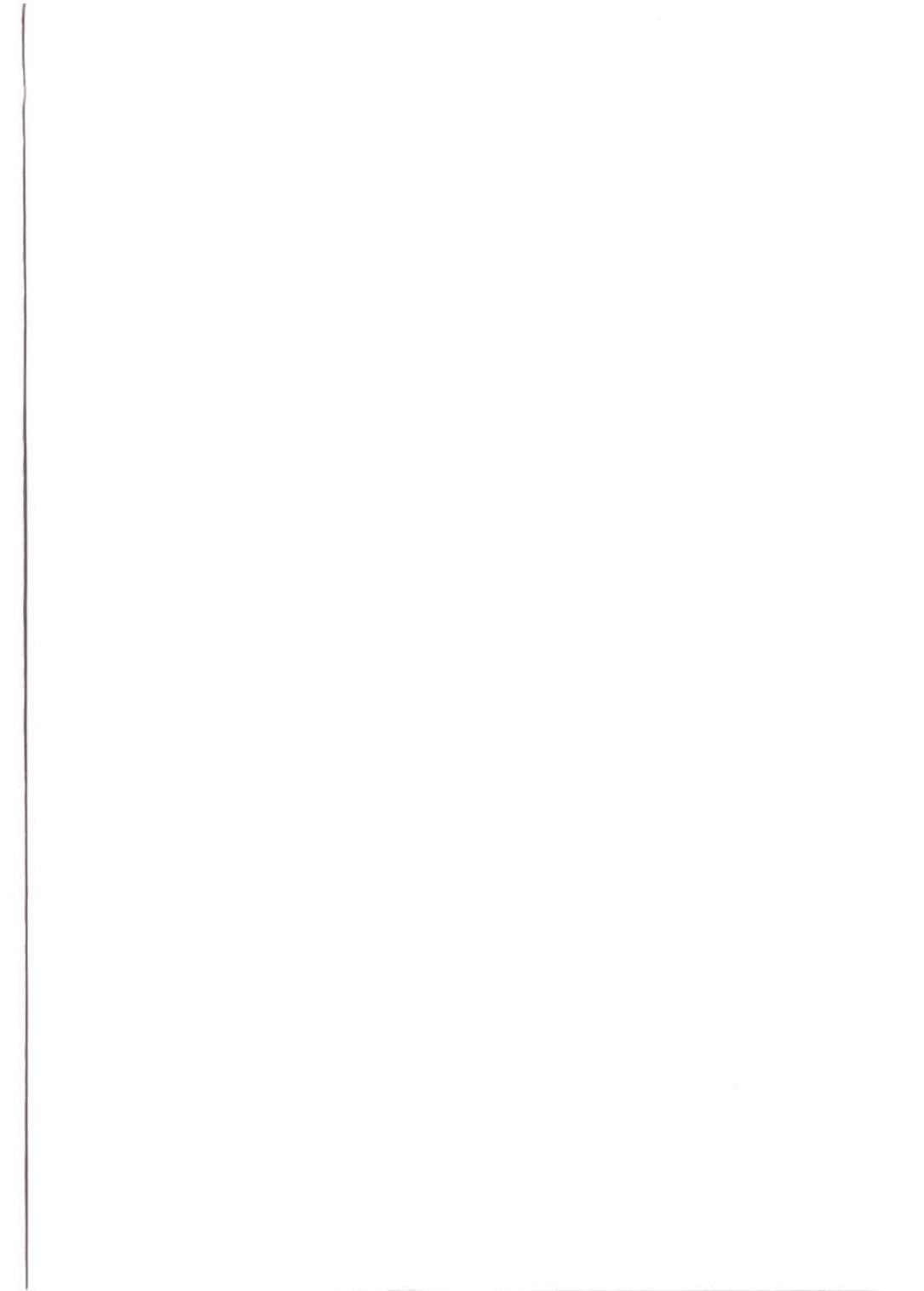
Observações:

- Devem ser incluídos endereço e telefone para possível contato durante a fase de editoração.

Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizado em publicação virtual da Revista Textos & Debates. Com a publicação do artigo, o autor receberá um (1) exemplar da revista.

Informações:

Centro de Ciências Humanas - (95) 621.3158
Professora Ana Lúcia (Deptº Ciências Sociais) - (095)621.3160
Professor Maria Luiza Fernandes (Deptº de História) - (095)
621.3161



Impresso no mês de junho de 2007 na Gráfica Ioris
Avenida Ataíde Teive, 871 - Mecejana
69.304-360 - Boa Vista Roraima
E-mail: ioris@technet.com.br